



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

**As Metamorfoses do Trabalho Docente na Passagem do séc. XX
para o séc. XXI: Uma análise no âmbito da universidade pública e
privada na cidade de São Luís Maranhão - Brasil**

MARCIO ANTÔNIO PINTO DE ALMEIDA FILHO

Lisboa, julho de 2019

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

As Metamorfoses do Trabalho Docente na Passagem do séc. XX para o séc. XXI: Uma análise no âmbito da universidade pública e privada na cidade de São Luís – Maranhão - Brasil

Márcio Antônio Pinto de Almeida Filho

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica: As metamorfoses do trabalho docente na passagem do séc. XX para o séc. XXI: Uma análise da precarização do trabalho docente no âmbito da universidade pública e privada na cidade de São Luís, Maranhão, Brasil sob a orientação do Professor Doutor Jorge Manuel de Almeida Castro.

Lisboa, julho de 2019

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, saúde e disposição para concluir esse projeto de vida. A ele, toda honra e toda glória.

Agradeço aos meus pais, irmãos e familiares, pelo incentivo e apoio.

*“Quando tudo parece que acabou é hora de
reconstruir um novo império além das
chamas, só preciso respirar e esperar a hora
certa do novo dia de aceitar...”*

Durval Lelys

Resumo

A presente dissertação fará uma exposição dos estudos acerca das metamorfoses do trabalho docente na passagem do séc. XX para o séc. XXI descreverá as mudanças ocorridas na prática docente no contexto das universidades, sendo uma pública e outras privada. Esta pesquisa se formou a partir do interesse de se entender, na perspectiva do capital financeiro, as relações sociais e de produção, juntamente com a precarização do trabalho daqueles que se dedicam à prática docente, contextualizando, ainda, as perspectivas estabelecidas pelas políticas educacionais implantadas pelo Brasil desde o século passado e até o momento atual. Assim, este trabalho buscará investigar quais são as percepções que os profissionais docentes do ensino superior público e privado da cidade de São Luís do Maranhão têm sobre as metamorfoses, pelas quais passam as instituições de ensino superior com suas realidades onde inseridas. Partir-se-á da hipótese de que a metamorfose desencadeada no mundo do trabalho do profissional docente do ensino superior vem contribuindo para a sua precarização, configurando-se em estratégias idealizadas pela política do neoliberalismo pautado na reestruturação produtiva do capital, que se iniciou no século passado nos anos 1970, acirrou-se na década de 1990 e até no presente momento. A partir do levantamento bibliográfico realizado e entrevistas com professores inseridos nessa realidade, perceber-se-á que as demandas são variáveis nas duas atmosferas, pública e privada, e que as ações que levarão a essa recuperação deverão partir de um esforço conjunto das universidades, governos e público alvo.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Ensino Superior. Metamorfoses. Papel Social. Função Social. Globalização.

Abstract

This dissertation will make an exhibition of studies about the metamorphoses of the teaching work in the passage. XX for the 21st century. XXI will describe the changes in teaching practice in the context of universities, being a public and other private. This research graduated from the interest of understanding, from the perspective of financial capital, and social relations of production, along with the precarious work of those who dedicate themselves to teaching practice, contextualizing the prospects established by the educational policies implemented by Brazil since the last century and up to the present moment. Thus, this work will seek to investigate what are the perceptions that the professional teachers of public and private higher education of the city of São Luís do Maranhão have about the metamorphoses, in which the higher education institutions with their realities where inserted. From the hypothesis that triggered metamorphosis in the work world of professional teaching staff of higher education has contributed to your insecurity, configuring in idealized by neoliberalism policy strategies based on productive capital restructuring, which began in the last century in the years 1970, incited in the 1990 and until the present time. From the bibliographic survey conducted and interviews with teachers entered in this reality, realizing that the demands are variable in both public and private, atmospheres, and that the actions that will lead to recovery, should from a joint effort of universities, Governments, and target audience.

Keywords: Teaching Work. Higher education. Metamorphoses. Social role. Social role. Globalization.

Abreviaturas

BM	Banco Mundial
CRES	Regional da Educação Superior da América Latina
CMES	Conferência Mundial de Educação
CAPES	Coordenação de Avaliação dos Profissionais Ensino Superior
CF	Constituição Federal
CEUMA	Centro Universitário Maranhense
EAD	Educação a Distância
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNES	Fórum Nacional da Educação Superior
FIES	Financiamento Estudantil
FUM	Fundação Universitária do Maranhão
LDB	Lei das Diretrizes Básicas
PROUNI	Programa Universitários para Todos
PRECAM	Prefeitura da Cidade Universitária
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedora Ensino Superior
SOMACS	Sociedade Maranhense da Cultura Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

Índice de Figuras

- Figura 1: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Há quanto tempo você leciona em uma Instituição de Ensino Superior (IES)?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 79
- Figura 2: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Em uma escala de zero a dez, em que zero significa "nenhuma mudança" e dez significa "muita mudança", quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados..... 80
- Figura 3: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas, à pergunta “Quais aspectos estão relacionados a essas mudanças? Marque quantas opções julgar necessário.", quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados..... 82
- Figura 4: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições públicas, à pergunta “Quais aspectos estão relacionados a essas mudanças? Marque quantas opções julgar necessário.", quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados..... 83
- Figura 5: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Na sua opinião, a educação superior no Brasil, melhorou ou piorou?”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 84
- Figura 6: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Você considera que passamos hoje por um processo de precarização da educação superior do Brasil?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 85
- Figura 7: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas, à pergunta “Você considera as Políticas Públicas Brasileiras de inserção da população no ensino superior privado (PROUNI, FIES), prejudiciais a essas IES? ", quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 86

Figura 8: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições públicas, à pergunta “Você considera as Políticas Públicas Brasileiras de inserção da população no ensino superior privado (PROUNI FIES), prejudiciais a essas IES? ”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 87

Figura 9: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Em que grau (de zero a dez), você considera as políticas públicas brasileiras de inserção da população na realidade do ensino superior, danosas às instituições de ensino superior?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados.....88

Figura 10: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Quais aspectos listados abaixo estão relacionados com a precarização da educação superior?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 89

Figura 11: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “A quem se pode responsabilizar pela precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados 90

Índice de Tabelas

Quadro 1: Matrícula em cursos presenciais (2013); IES que oferecem cursos presenciais (2013)	66
Quadro 2: Relação de cursos oferecidos pela Universidade Solução Acadêmica.....	67
Quadro 3: Centros de ensino da Universidade Saturno	69

Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Epigrafe.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Abreviaturas.....	vii
Índice Figuras.....	viii
Índice Tabelas.....	ix
Índice Geral.....	xi
a. Introdução.....	14
a.a. Problemática.....	18
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	20
CAPÍTULO I – AS METAMORFOSES DO TRABALHO DOCENTE	21
1.1. As metamorfoses do trabalho docente na passagem do séc. XX para o séc. XXI	21
1.2 Trabalho docente a partir da lei de diretrizes e bases (LDB 9.394/96): Quais foram às mudanças?	22
<i>1.1.1 Fordismo</i>	24
<i>1.1.2 Taylorismo</i>	25
<i>1.1.3 Toyotismo</i>	26
1.2 A relação entre o trabalho docente e o Estado neoliberal	34
<i>1.2.1 A subsunção formal do trabalho docente ao capital</i>	35
<i>1.2.2 A subsunção do trabalho real ao capital</i>	37
CAPÍTULO II –TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR	40
2.1. As (des) qualificações do trabalho docente no ensino superior	40
2.2 Trabalho Docente no Ensino Superior Público	41
2.3 Trabalho Docente no Ensino Superior Privado	42
CAPÍTULO III – O PROCESSO DE METAMORFOSE DO ENSINO SUPERIOR	44
3.1 O processo de metamorfose do ensino superior público e privado	44
3.2 O indivíduo e a sociedade do século XXI	45
<i>3.1.1 Linhas gerais sobre educação, inclusão e cultura digital</i>	49
<i>3.1.2 Educação Digital, segurança jurídica e desenvolvimento</i>	54
3.3 Processo de (Des) Qualificação Profissional	59

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	63
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	64
4.1 Introdução	64
4.2 Locus da Pesquisa	65
4.2.1 <i>A Universidade I – Universidade Ceuma</i>	66
4.2.2 <i>A Universidade II – Universidade Federal do Maranhão</i>	68
4.3 Questões de investigação	69
4.4 Objetivos	70
4.4.1. <i>Geral</i>	70
4.4.2. <i>Específico</i>	70
4.5 Hipótese e variáveis	70
4.6 Caracterização da amostra	71
4.7 Instrumentos de recolha e análise de dados	72
4.8 Dimensões e critérios de seleção da amostra	74
4.9 Ética da Pesquisa	74
4.10 Procedimentos Estatístico	76
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	78
5.1 Apresentação dos resultados	78
CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO	91
6.1 Discursão dos resultados	91
6.2 Conclusão	94
CAPÍTULO VII – LINHA FUTURA DE INVESTIGAÇÃO	98
7.1 Linhas Futura de Investigação	98
Referências Bibliográficas	100
APÊNDICE 1 – GUIA DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	104

a. Introdução

O objetivo dessa dissertação é aclarar o tema central das mudanças do trabalho docente na passagem do séc. XX para o séc. XXI, conceituando e analisando a precarização do trabalho docente no âmbito da universidade pública e privada na cidade de São Luís, Maranhão.

A passagem do século XX para o século XXI, dentro da orbita do mundo do trabalho é caracterizada pela era global. No mesmo tempo em que ocorre a proliferação da globalização do capitalismo, constata-se a globalização do mundo do trabalho. Em virtude das mais variadas mudanças sócio-políticas, econômicas e culturais ocorridas, o mundo encontra-se em um momento extremamente peculiar. Para melhor compreender o que é ser professor nesse contexto é oportuno caracterizar o século XXI.

Este estudo propõe-se a investigar as mudanças aqui referidas como metamorfoses, ocorridas na prática docente no contexto de duas universidades, sendo uma pública e a outra privada. Esta pesquisa parte do interesse de se entender, na perspectiva do capital financeiro, as relações sociais e de produção, juntamente com a precarização do trabalho daqueles que se dedicam à prática docente, contextualizando ainda as perspectivas estabelecidas pelas políticas educacionais implantadas pelo Brasil, desde o século XX até os dias atuais.

Em meios às diversas vicissitudes presentes na sociedade, a ação do docente passa por transformações para se adequar à realidade, na qual ele se encontra inserido, o que distingue o papel do professor dos demais atores sociais e agentes profissionais é a ação de ensinar.

Assim, tomou-se como fundamentação teórica o materialismo histórico para analisar as metamorfoses do trabalho docente enquanto mercadoria de simplificação do trabalho, sustentada na atualidade pelos baixos salários dos profissionais docentes, pela sua desqualificação por meio de contratos trabalhistas autônomos, levando a volatilidade e alta rotatividade desse tipo de trabalho somado à ausência de incentivo à qualificação do profissional.

Diante dos argumentos levantados, o professor está diante de um processo que movimenta-se de forma muito rápida, onde o contexto do dia-dia de seu trabalho é transformado, necessitando de sua mudança e adaptação no novo sistema competitivo da produção de formados.

Tais situações são reflexos das diferentes formas de combinar o campo produtivo do sistema capitalista, fruto da política neoliberal no país, ao âmbito das instituições de ensino superior público e privado, que tem levado à crescente privatização da educação superior e,

portanto, ao aumento do trabalho docente, que se torna produtivo para o capital privado e, dessa forma, são considerados objetos para análise dos cientistas sociais.

Conforme Antunes (2010) o conhecimento é produzido através de fatos históricos-social e o mesmo não é somente ato natural, narrado com a forma da aparência do objeto o qual é analisado onde buscamos a sua compreensão.

Ao analisar as questões políticas proporcionadas pelo Banco Mundial, voltadas para o setor da educação superior dos países periféricos na última década do século passado e na primeira década do presente século, constata-se que no Brasil, seguindo as orientações dos organismos internacionais, principalmente, do Banco Mundial - BM, em se tratando de educação superior, no período supra referido, os governos brasileiros de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2003) e Luiz Inácio o Lula (2003-2011) interferiram na educação superior brasileira para atender as reivindicações solicitadas pelo Banco Mundial, operando um conjunto de reformulações nas políticas educacionais do ensino superior, considerando dois eixos centrais: o aumento diversificado dos institutos de ensino superior (IES), como também o aumento da ofertas para inclusão de novos cursos, e ampliação de novas fontes do financiamento estudantil.

Nesse aspecto, pode-se dizer que a primeira metade da primeira década do século XXI foi marcada pelas atribuições dadas pelo governo do Brasil ao setor privado, no sentido de responsabilizá-lo pelo financiamento e oferta da educação superior, alavancadas por dispositivos diversos que privatizaram o setor público, uma vez que a internacionalização dos investimentos na educação ocorreu através da congruência de esforços de dimensões produtivas e financeiras, oferecidas aos grupos empresariais privados que almejavam injetar divisas na educação, intencionando, dessa maneira, a valorização do capital investido no sistema financeiro, usando como gangorra o ensino superior.

A partir desses quadros, foram estabelecidas hipóteses contextuais sobre as condições de precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior público e privado, visto que a vivência de tais situações ocorre de dois lados diferentes de uma mesma moeda, que é o ensino superior.

Assim, utilizou-se o contexto da rede de ensino superior pública e privada, por conta das reformas feitas pelo governo brasileiro na educação superior que, nessa perspectiva, traduz-se na desestruturação das instituições públicas, nas quais se percebe a propulsão discreta que culmina com a expansão das instituições privadas, impulsionadas, pelos programas oficiais, como exemplo “Universidade para Todos” e também fundos de financiamentos, como o FIES.

A escolha do vocábulo “*metamorfose*” que identifica esta temática, deve-se ao fato de que ele significa transformação ou mudança, original do grego antigo *metamórphosis*, fruto da composição do prefixo *meta* (mudar) e *morfón* (forma), dando origem à palavra “*mudança*” sinônimo de transformação, pela qual vem passando o profissional docente público ou privado, sujeito dessa reflexão.

A problemática se destaca em função do início da fragmentação e heterogeneização dos profissionais docentes da educação superior, pois com tal demanda, passaram a cumprir cargas horárias intensas de trabalho, para atenderem ao ingresso dos alunos nos mais diversos cursos e turnos de atendimento diferenciados, trabalho esse que vem sendo associado às péssimas condições materiais, penalizando a qualidade profissional, quando os obriga a lecionarem qualquer componente curricular para atender a essa demanda, deteriorando inclusive sua consciência de classe e, dentro desse enfoque, merece destaque a perguntas:

Quais são as percepções que os profissionais docentes do ensino superior público e privado da cidade de São Luís do Maranhão têm sobre as metamorfoses, pelas quais passam as instituições de ensino superior na realidade em que estão inseridos?

Finalmente, percebem estes profissionais docentes que estão sendo vítimas da precarização do trabalho docente metamorfoseada de mudanças com aumento de oferta de vagas em uma plêiade de cursos novos e de oportunidade para todos?

Parte-se da hipótese de que a metamorfose desencadeada no mundo do trabalho do profissional docente do ensino superior vem contribuindo para a sua precarização e se configura em estratégias idealizadas pela política do neoliberalismo pautado na reestruturação produtiva do capital, que se iniciou no século passado nos anos 1970, acirrando-se na década de 1990, e ainda presente nos dias atuais.

Essas reflexões são objeto de trabalhos científicos que afirmam que a crise estrutural iniciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 levou as sociedades capitalistas a procurarem alterar, tanto a sua estrutura produtiva, quanto o seu ideário neoliberal, com graves consequências para o mundo do trabalho do ensino superior público e privado.

Por fim, para uma análise real dos efeitos dessa metamorfose, profissionais inseridos nesse contexto foram investigados, a fim de que se traçasse o panorama atual dessas mudanças e se estabelecesse quais as perspectivas desse público para os anos futuros.

Para as análises aqui realizadas, contou-se com um percentual razoável de professores, os quais foram escolhidos de forma aleatória para serem inquiridos por questionário estruturado. O questionário é a técnica de investigação formada por um número mais ou

menos elevado de questões, tendo como finalidade o conhecimento de opiniões, crenças e sentimentos, serve para coletar as informações da realidade.

Os questionários aplicados nesse trabalho são inéditos e foram elaborados via plataforma Google forms e distribuídos para os professores das instituições via aplicativo WhatsApp que, convenientemente, facilitou a devolutiva. O questionário foi aplicado no período de 21 de maio de 2018 a 01 de junho de 2018, sendo os dados tabulados em planilha do MS Excel e analisados por estatística descritiva, a partir do cálculo percentual das respostas e uso de gráficos setorizados ou barras horizontais.

Para a construção da pesquisa, o metodologia que será desenvolvida é a dialética que tem como fundamento a construção do materialismo histórico, traçando-se de forma inicial, o sistema com referencial bibliográfico, que buscou identificar a definição entre trabalho e educação e, desenvolvendo as premissas fundamentais, notadamente relativas à educação superior, que tem sido cooptada para os mais diversos contratos de trabalho temporários, consubstanciada pela perda do poder organizacional do coletivo da classe trabalhadora ou mesmo da degradação do ambiente de trabalho, identificado pelas longas jornadas, pela insegurança nas atividades laborais ou pelas doenças ocupacionais.

Vencida essa etapa introdutória, avante ao primeiro passo desta grande caminhada a ser desenvolvida, na certeza de que as descobertas a serem inventariadas poderão trazer uma contribuição científica, ainda que o seja para que a crítica, que por sua vez, possa nos impulsionar em direção a novas conclusões, alcançando verdades que este trabalho, apenas eventualmente, não teve o mérito de atingir.

a.a. Problemática

A discussão sobre a precarização do trabalhador docente do ensino superior na sociedade capitalista está contemplada em vários campos epistemológicos, seja na literatura do Direito do Trabalho ou na Sociologia do Trabalho, bem como na Economia Política, de onde se podem destacar elementos de análise sobre a subtração de direitos fundamentais dos trabalhadores.

A educação ganha novos valores e também a necessidade de se adequar às condições do mercado, através de estratégias que procurem atender aos interesses de manutenção das condições ofertadas pela globalização.

Investigou-se assim, sobre a reforma brasileira na Educação Superior, mas especialmente, as condições oferecidas à categoria dos trabalhadores docentes do ensino superior, lançando mão de algumas agendas nacionais e internacionais que discutiram essa problemática, tais como na Conferência Mundial de Educação (CMES, 2009), da Conferência Regional da Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES, 2008) e do Fórum Nacional da Educação Superior (FNES, 2009), cujas diretrizes renunciaram atender à expansão da educação superior, com vista a atender até o ano de 2015, pelo menos 40% dos jovens com condições de ingresso no ensino superior.

A problemática se destaca em função do início da fragmentação e heterogeneização dos profissionais docentes da educação superior, pois com tal demanda, passaram a cumprir cargas horárias intensas de trabalho, para atenderem ao ingresso dos alunos nos mais diversos cursos e turnos de atendimento diferenciados, trabalho esse que vem sendo associado às péssimas condições materiais, penalizando a qualidade profissional, quando os obriga a lecionarem qualquer componente curricular para atender a essa demanda, deteriorando inclusive sua consciência de classe e, dentro desse enfoque, merecem destaque as seguintes perguntas de indagação investigatória:

- Quais são as percepções que os profissionais docentes do ensino superior público da cidade de São Luís do Maranhão têm sobre as metamorfoses, pelas quais passam as instituições de ensino superior na realidade em que estão inseridos?
- Quais são as percepções que os profissionais docentes do ensino superior privado da cidade de São Luís do Maranhão têm sobre as metamorfoses pelas quais passam as instituições de ensino superior privada superior na realidade em que estão inseridos?

- Em qual medida as políticas públicas brasileiras contribuem para a precarização do trabalho docente no ensino superior privado? O que contribui para que essa situação ocorra no ensino superior público? (i) e no ensino superior privado? (ii)
- Quem se pode responsabilizar pela precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro: público e/ou privado?

Finalmente, percebem estes profissionais docentes que estão sendo vítimas da precarização do trabalho docente metamorfoseada de mudanças com aumento de oferta de vagas em uma plêiade de cursos novos e de oportunidade para todos?

Parte-se da hipótese de que a metamorfose desencadeada no mundo do trabalho do profissional docente do ensino superior vem contribuindo para a sua precarização e se configura em estratégias idealizadas pela política do neoliberalismo pautado na reestruturação produtiva do capital, que se iniciou no século passado nos anos 1970, acirrando-se na década de 1990, e ainda presente nos dias atuais.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I

AS METAMORFOSES DO TRABALHO DOCENTE

Esse capítulo estará apresentando de forma resumida as principais relevâncias sobre a história com a formação dos professores iniciou-se no século XIX, com maior relevância no século XX, em virtude das exigências sociais e econômicas decorrentes da sociedade moderna.

1.1. As metamorfoses do trabalho docente na passagem do século XX para o século XXI

O trabalho dos professores apresenta relevante papel do ponto de vista político e cultural, o ensino escolar compõe a forma dominante de socialização e de formação nas sociedades modernas. Inseridos na sociedade moderna, os professores formam uma das principais peças da economia dessas sociedades, no que se refere ao grupo ocupacional.

Ao longo da história observa-se que a preocupação com a formação dos professores iniciou-se no século XIX, com maior relevância no século XX, em virtude das exigências sociais e econômicas decorrentes da sociedade moderna.

A partir da década de 1990, o governo brasileiro por meio de ações públicas e políticas voltadas à educação promulgou várias medidas no âmbito nacional, mas também de abrangência internacional, voltadas ao ensino superior público e privado que, sustentadas nas novas formas de acumulação flexível, traduziam-se na desestruturação das universidades públicas, especialmente, no que diz respeito à qualidade do trabalho docente em detrimento de empresas do setor privado, sendo este, um campo fértil àqueles que intentem investir na área acadêmica.

Nesse âmbito, procurou-se analisar na base legal da educação brasileira e na literatura científica especializada neste tema, tudo aquilo que, de alguma maneira, direciona a prática docente e que seja fruto das decisões políticas em níveis nacional e internacional transmutadas em alterações em nível da legislação nacional, mas que também incidam na desmoralização e precarização do profissional que se dedica à educação superior.

1.2 Trabalho docente a partir da lei de diretrizes e bases (LDB 9.394/96): Quais foram às mudanças?

A criação da LDB em 20 de dezembro de 1996, trouxe o início da transição da educação do Brasil, com isso esta legislação veio provocar debates onde podemos distribuir em dois momentos, sendo o primeiro, formado pelos vários debates concebidos entre as partes públicas, referindo-se aos debates realizados pela Câmara Federal, envolvendo o governo, os partidos políticos e educadores. Já no segundo momento, foi o seu embate relacionado pela orientação do governo e sua política educacional. Dentro de um conjunto onde são visualizados o coletivo junto com o individual, entre os meios privado e público é preponderantemente a política neoliberal a dominante não apenas numa perspectiva global, como também na condução de um trabalho de sala de aula de forma pedagógica. Apresentando como finalidade a qualidade, considerando a formação de cidadãos com maiores eficiências, bem competitivos, centrados na produção e na rentabilidade, moldados pela engrenagem da máquina e quando inserido num viés público assume o papel racional.

A elaboração da referida lei é o cumprimento de um programa, transformou-se historicamente em um marco simbólico no que tange à questão neoconservadora da educação no Brasil na década de 1990, seguindo os moldes propostos pelo ideário neoliberal.

Com o escopo de facilitar o entendimento do trabalho do professor no Brasil, fundamentado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, procurou-se adentrar no universo dos sentidos intrínsecos e extrínsecos da Lei e de como ela zela pelo trabalho docente, sendo essa uma interpretação analítica para entender melhor o objeto dessa reflexão.

Uma das basilares ferramentas que serve de suporte para este estudo, uma vez que esta pode ser aplicada ao entendimento de como o trabalho produtivo está subordinado ao capital, na medida em que o valor produzido pelo “*capital constante*”, acrescido do “*capital variável*” é a mais-valia ou o lucro do empregador, que vai corresponder a mais valia originária do “*capital constante*” e do “*capital variável*, que é a teoria marxista.

Nessa concepção, segundo Marx (2002), o trabalho alienado se constitui, também, em um processo de expropriação e alienação consentida, que não garante a permanência do emprego e tão pouco à melhoria da remuneração profissional, na realidade, dentro do contexto educacional de nível superior é a produtividade real, em número de aulas aplicadas no semestre letivo na universidade de ensino superior, inserida ao desenvolvimento de projetos

de pesquisas, participação em grupos de estudos, publicação de livros e artigos que assegura a sobrevivência do profissional docente da esfera superior.

Tais atribuições também contribuem no ensino superior público, para que esses profissionais consigam alcançar promoções e progressões que se refletem por insignificantes aumentos salariais e titulações, que vão desde a sua admissão até a sua aposentadoria, divergente do ensino privado, quando o profissional docente só tem sua promoção trabalhista, de acordo a titulação alcançada.

Verdade também que elementos promotores de avanços profissionais e salariais estão em consonância com os processos das transformações e das condições do trabalho docente na produção e reprodução, onde segundo Antunes (2010, p. 118) “*é o que garante a alteração do comportamento desses sujeitos bem como da melhoria de suas condições materiais de trabalho*” no setor público ou privado, de forma a manter o sistema funcionando.

A base material e as estruturas bem elaboradas são relacionadas de forma a fazer obedecer à força de trabalho, submetidas pela precária forma de trabalhar dos docentes, nas instituições da educação superior de ambos os setores, privados ou público.

Segundo Pochman (2000), tais metamorfoses influenciam o perfil daqueles que se dedicam ao trabalho, na medida em que o capital, ao atender às exigências da acumulação e valorização produtiva, estabelecendo o desenvolvimento de novas formas de fazer a gestão e organizando a produção, desta forma criando um processo identificado como acumulação flexível do capital. Ademais, segundo destaca Antunes (2010):

A acumulação flexível acarreta, drástica heterogeneização, complexificação e precarização do trabalho de todas as categorias funcionais, dentre elas, os trabalhadores profissionais docentes, que nesse contexto pode ser exemplificado na categoria dos trabalhadores profissionais docentes de ensino superior das instituições de ensino superior pública e privada, que na atual conjuntura se caracteriza por estar sendo uma categoria profissional vitimada pelas “*intensas horas de trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado*” (Antunes, 2010, p. 41).

Logo se compreende que a precarização do trabalho docente está estreitamente ligada às formas como o profissional é contratado. Entre elas, o contrato temporário, os denominados terceirizados, em questões salariais, isto é, no uso de mão de obra barata. Observa-se que os trabalhadores estão cada vez mais se tornando flexibilizados, não levando em consideração a qualificação, o ramo, a função e nem tampouco a profissão. Essa modalidade de contratação vai enfraquecendo a categoria dos docentes dentro de um todo. A

questão relacionada à precarização encontra-se vinculada ao processo de proletarização do trabalho docente.

Esta tendência se consubstancia na premissa de que o capital tem o poder de degradar e desfigurar o trabalho concreto, conforme Marx (2002, p. 176). Já apontava nos “*Grundrisse*”, “*o capital ao revolucionar a base técnica tende de tornar-se supérfluo o trabalho e, no limite, destruí-lo*”.

Correlacionando os escritos de Marx ao contexto atual, o que se vê é que as novas formas de acumulação flexível de capital, em especial o toyotismo, culminaram com as mudanças nos últimos anos, no mundo do trabalho, com vista a controlar o movimento operário e a luta de classes. No Brasil, esse fenômeno é mais visível a partir dos anos 1980, quando o exercício da atividade docente, para além de ensinar, passou a exigir, além do nível superior, um conjunto diversificado de especializações com vista à sua eficácia no mundo do trabalho.

É dentro dessa linha que Antunes (2010, p. 190) descreve que as décadas de 1980 e 1990 representaram o ápice da reestruturação do capitalismo com base na política econômica identificada como toyotismo, que se configurava pelo destaque na especialização dos profissionais voltada para um mercado diversificado, onde os trabalhadores não terão funções únicas e restritas, como acontecia taylorismo e no fordismo, que são os sistemas de gestão importados da ciência da administração e de grande importância relacionada ao tema da pesquisa e que serão expostos a seguir.

1.2.1 Fordismo

Conforme Fogliatti e Campos (2008) o método de gestão onde sua característica é a produção em série, foi desenvolvido por um empresário Americano, conhecido como Henry Ford, onde a fabricação em massa era o seu maior trunfo no mercado produtivo. Com sua criação em 1914 direcionou seu método para a indústria de veículos, onde foi desenvolvido toda uma linha de montagem.

Desta forma Fogliatti e Campos (2008), comenta que o objetivo do sistema estava baseado para a redução de custo, desta forma barateando o produto e tendo com isso um maior volume de vendas para os consumidores. Todo o processo era baseado pelo um sistema de produção, onde esteiras rolantes conduziam o produto de montagem e cada funcionário exercia uma montagem por etapas. Com isso os trabalhadores ficavam fixos na área de

trabalho, gerando um fluxo maior de volume na fabricação, também como a atividade era pequena, não necessitava de operários capacitados para a etapa de produção.

Também os autores Fogliatti e Campos (2008), dizem que o fordismo era um tipo de sistema baseado na produção, onde no século XX foi muito utilizado e responsável pelas produções em massa dos vários segmentos do mercado consumidor. Já nos anos 80, o Fordismo começou a diminuir o seu uso e caiu na decadência, desta forma os novos sistemas de produção começaram a ganhar espaço com mais eficiência.

Para a classe empresarial o Fordismo foi de grande necessidade para a produção, mas para a classe a salariada dos operários, vários problemas foram detectados: excesso de trabalho repetitivo com desgaste físico e mental; a cegueira do operário com as etapas da produção e a qualificação do profissional reduzida. Sem falar que este tipo de sistema tinha salários muito baixo. Todo esse processo negativo buscando a redução dos custos da produção.

1.2.2 Taylorismo

Taylor fez uma aprimoração com o método de trabalho desenvolvido anteriormente pelo Ford, onde buscou estudar de forma científica os tempo e movimentos que foi possível permitir que levantasse uma fundamentação teórica dos métodos de trabalho da classe operária de produção de escala, chegando a uma definição sobre os tempos padronizados de cada tarefa executada.

Desde a análise e regularização, Taylor ampliou uma Gestão Organização Racional do Trabalho, que versa sobre a declaração da melhor forma de ampliar cada operação fabril, isto é, do método mais competente para adimplir as tarefas.

Através dos princípios de um planejamento a equipe gestora deve trocar o hábito das operações fabris, por métodos fundamentados em metodologias científicas. Para tanto, necessitam ser consideradas as tarefas adimplidas pelo operário, separando-as em movimentos simples e situando o método mais competente para desenvolvê-las.

Enfim, a gerência necessita disseminar as responsabilidades de cada um através do processamento fabril e retornar as responsabilidades, conforme o princípio da execução. O resultado do aproveitamento dessas ideias vem de encontro a um trabalho de divisão, onde os operários concretizam uma única tarefa, de forma recorrente e predeterminada pela gerência.

Nesse sentido, Idalberto Chiavenatto assenta que na administração científica, o pagamento do trabalhador deve ser coerente com a sua laboriosidade, para que ele aumente ao

máximo a produção. Conforme Chiavenato (2014, p. 75) o operário era reconhecido pela classe alta como uma pessoa “*limitada e mesquinha, preguiçosa e culpada pela vadiagem e desperdício das empresas*”.

Também comenta Chiavenato (2014) que a organização não somente é montada por uma estrutura hierárquica de comando, pois a tecnologia é definida pela cooperação dos homens que fazer parte de todos os níveis e também da qualificação técnica que possui, isto é, a teoria administrativa tem deslocado um pouco o controle do trabalho por meio da hierarquia para o campo da tecnologia. Em certos casos, imprime, até mesmo, a própria velocidade operacional. No entanto, o que permanece na teoria administrativa, quer em Taylor, em Fayol, em Ford, ou mesmo, Mayo, é a cooperação dos operários entre si, com a tecnologia e a administração. Este tripé garante uma harmonia que tende de elevar a produção e com isso a garantia da qualidade.

Com efeito, sob o prisma do Taylorismo, o homem não é só uma variável econômica, mas também uma unidade psicossocial que tem expectativa além da matéria. Para se sentir motivado em determinado grupo, é necessário que lhe proporcionem condições de satisfação integral.

1.2.3 Toyotismo

O espaço toytista (ou toyotista) inicia-se no Japão, dentro do contexto da terceira revolução industrial. Ocorrem com base na tecnologia das máquinas e dos sistemas de produção utilizados por esse meio, assim se diferenciando das outras duas revoluções: a primeira revolução industrial que ocorre no processo de manchesterianismo, com único fundamento de acabar com as relações do capital sobre o trabalho, onde essa fase se caracterizou pelas máquinas e meios de transportes movidos à queima de carvão. Gounet (1999) comenta que:

A segunda revolução industrial ocorre com o espaço fordista que acaba com o manchesteriano, em que ocorre um novo método produção intensa. Método pelo qual o trabalhador vai produzir em grande massa e com apenas uma função em todo processo do produto. (Gounet, 1999, p. 130)

No Toyotismo, essa revolução não se introduz mais no sistema ou processo de fabricação, mas sim esta voltada em mecanismo tecnológico que predomina no sistema de gestão da demanda de produção.

O principal indutor para as mudanças apresentadas pelo sistema toyotista vai ser o computador, pois é mais fácil de ser manejado sob o aspecto do cumprimento de tarefas. Ambos os processos, taylorismo/fordismo, retiram a capacidade de criação do ser, padronizando-o para produzir em massa e levando a um prejudicial desgaste do indivíduo em relação ao aspecto do trabalho. A criação do toyotismo derruba essa ideia das duas revoluções anteriores.

No comentário de Gounet (1999) o computador substitui os grupos trabalhadores por ser mais preciso na formação do produto. Trata-se, pois, de um sistema de gestão em que é um balcão informatizado que vai determina quanto a fábrica precisa produzir.

Frisando Gounet (1999) por fim que o toyotismo mitiga eventuais crises na economia, no espaço de trabalho e na produção, que aconteciam antes nos processos fordismo e tayloriano, decorrentes do paradigma do espaço de trabalho e a classe trabalhadora. Isto pode ser deletério ou providencial, dependendo do prisma que se observe.

Gounet (1999) comenta que as primeiras revoluções tinham certa interligação, em seu meio de organizar o espaço de trabalho dentro das fábricas e o contexto social fora delas. Já a terceira, ora em apresentação, inverte essa relação, vez que é o espaço externo que vai ditar o que e quanto deve produzir o espaço interno da fábrica.

Cabe a lembrança de que a primeira e segunda revolução mencionadas se voltam para a produção e a terceira está voltada para a circulação do produto. Com efeito, no toyotismo, a preocupação que predomina é a centralização da circulação do produto, referente a balcão – fábrica, a demanda é quem determina o ritmo fabril.

Assim, o toyotismo (ou toytismo) pode até conduzir a um incremento na produção e circulação dos produtos (e também nas tecnologias empregadas). Mas sempre será necessário observar os eventuais sacrifícios imprimidos aos recursos humanos de trabalho, com a ressalva de que um sistema de produção desenvolvido pelo homem deve inicialmente se prestar a atender aos interesses do ser humano, e não do capital.

O toyotismo é o estágio mais avançado da exploração e administração da produção, pois é uma junção dos modelos anteriormente propostos, com novas tecnologias e a informatização de processos e procedimentos. Dessa maneira, é a forma atual de acumulação capitalista. Ademais, suas técnicas de organização do trabalho caracterizam-se por serem mais flexíveis, variáveis, de acordo com a demanda.

Entretanto, essa “*flexibilidade*” traduz-se numa maior exploração da força de trabalho que busca ir além da fábrica atacando a parcialidade dos trabalhadores além da exploração física, o profissional docente de nível superior, nesse contexto, consolida-se como um trabalhador com força de produção que, ao exercer o seu trabalho e agregando valor ao outro, com isso busca concorrer no processo da reprodução e da expansão do capital.

Observa-se que, na era fordista, o trabalho que perdurou pelo século XX era preponderantemente marcado pela exploração intensa do trabalhador. O operário dentro do conceito fordista sofria com o trabalho repetitivo, e, por vezes, o trabalhador era mal remunerado, portanto, o trabalho é instrumento fundamental na busca pelo lucro capitalista.

Gornet (2000) fala que esse novo modelo de produção e reprodução do capital, o padrão nesta forma não é preciso estar representado, mas incorporado na ideologia do profissional docente que busca, nas promoções e progressões, livrar-se das ameaças de punições, corte de ponto, desemprego, redução salarial, que geram medo, ansiedade e incertezas.

Desta forma Chesnais (2000) complementa:

O avanço tecnológico é um grande aliado dessa concepção econômica, pois através do ponto eletrônico, das câmeras instaladas nos ambientes de trabalho, dos relatórios de avaliação profissionais preenchidos e enviados on-line, através de qualquer artefato eletrônico, garante formas de controle do trabalhador. O docente não escapa a essa conjuntura, que é geradora de um desconforto que vai desencadeando adoecimento psíquico e somático, conforme as circunstâncias vividas (Chesnais, 2000, p. 34).

As inovações tecnológicas são grandes aliadas dessas novas concepções econômicas de trabalho, porque as marcações eletrônicas de ponto, as câmeras sempre a postos que filmam o ambiente de trabalho, as fichas e demais relatórios de avaliação profissional preenchido e enviado cada vez de forma mais dinâmica, traduzem-se em formas eficientes de gestão da equipe de trabalho. Aqueles que se dedicam à educação superior não estão isentos desse panorama causador de um desconforto que pode parecer pequeno, mas que pode culminar no desenvolvimento de problemas de ordem psíquica e somática, dependendo das situações vivenciadas.

Nessa perspectiva teórica, Braverman (1987, p. 375) corrobora a concepção de que a ciência e a tecnologia, ao lado da contínua divisão de trabalho, têm um papel determinante na acumulação capitalista, aumentando a produtividade e a extração da mais-valia, pauperizando

e desqualificando o trabalhador, na medida em que divide seu trabalho em manual e intelectual. Para o referido autor, a população atual, mesmo os mais qualificados, ainda não se encontram instruídos no nível da complexidade que o mercado exige. O autor afirma que:

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado ao domínio do ofício, isto é, a combinação de conhecimento de materiais e processos de trabalho, que exigem habilidades manuais para o desempenho de determinados ramos de produção. (Braverman, 1987, p. 375).

Segundo aquilo que defende Pochmann (2000), as mudanças econômicas que ocorreram no final do século XX e início do século XXI, na perspectiva do trabalho docente demonstraram a inadequação existente entre o sistema educacional e o aparelho produtivo, quando o suposto capital intelectual, traduzido em títulos e formação acadêmica, é visto como uma forma de o indivíduo tornar-se empregável em uma sociedade tecnológica, que exige cada vez mais qualificação por parte dos profissionais docentes.

Com relação à titulação do profissional docente, esta também fica vinculada à aprovação dos cursos superiores, seu credenciamento e reconhecimento por parte do órgão regulador da educação nacional que é o Ministério de Educação (MEC), este mesmo título cai no esquecimento, quando se trata de valorizar o seu trabalho.

Pochmann (2000) segue em seu estudo, defendendo que são cada vez maiores as exigências por qualificação profissional e aumento das expertises para a prática docente no ensino superior público, maiores até do que as demandas exigidas no ensino superior privado e, nessa perspectiva, a formação profissional inicial e continuada é altamente importante, na sua inserção no mercado de trabalho, pois lhe permite posicionar-se frente ao limitado e concorrido mercado de trabalho. O autor segue em sua narrativa:

[...] os novos requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores (Pochmann, 2000, p. 48).

Desta forma as transformações históricas processadas pela formação do trabalho humano e filiadas com as formas desenvolvidas pelas sociedades, onde chegaram através da organização para gerar uma melhor distribuição das riquezas.

Dessa forma Lowi (1992) comenta que as proposições do neoliberalismo trazem um novo sentido ao universo profissional docente, quando a formação do professor se configura apenas em um adestramento ou treino da força de trabalho para atender às necessidades postas

pela máquina capitalista. Em outra mão, a qualificação profissional vai além, uma vez que permite ao trabalhador, não somente, a experiência ao conhecimento técnico, mas também à melhoria da qualidade profissional e às oportunidades de trabalho.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 e a LDB nº 9394/96 nos Arts. 43 a 57 promulgaram alterações expressivas no contexto da educação superior no Brasil que decalcaram as políticas neoliberais nos anos 1990, especialmente naquilo relativo à privatização do ensino público, abreviando o modo privatizador da política neoliberal para o sistema educacional superior, ao direcionar a orçamentação pública para o âmbito privado, ainda que a restrinja às Instituições de Ensino Superior que evidenciem, de modo formal, fins não geradores de lucro (Art. 213).

A Constituição, ao abordar essas questões demonstrou preocupação em regular e garantir o ensino fundamental, estabelecendo prioridade ao ensino, buscando ampliar os graus de ensino, ao inserir a educação infantil também como parte do sistema, estabelecendo as competências da União, dos Estados e Municípios, no que se refere à educação e financiamento público.

Conforme postula Silva (2001, p. 25) *“ao admitir no art.213, a existência de escolas sem fins lucrativos, a Constituição de 1988 antecipa a natureza empresarial da privatização da educação, fato que se constitui a especificidade da política neoliberal para educação superior”*, o autor segue na sua afirmação que:

As políticas educacionais para o ensino superior na década de 1990 são políticas assentadas no ideário neoliberal, caracterizado pela ordem capitalista na medida em que a educação serve para proporcionar um nível de instrução para a população ser capaz de atender às prerrogativas do mercado de trabalho. (Silva, 2001, p. 95).

No âmbito abordado, a educação superior tem a função de formar pessoas, cada vez mais preparadas para esse mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, impulsionando o potencial competitivo dos indivíduos, com enfoque na eficiência individual e capacidade produtiva, uma vez que, no contexto neoliberal capitalista, são exigidas no campo educacional, as mesmas demandas observadas nas empresas. Nessa perspectiva, Reis (2016) afirma que:

[...] a taxa de exploração do capital é real e verificável na exploração da *“mais valia absoluta”* através da extensão da jornada de trabalho e do acréscimo de responsabilidades, concretizados na obrigatoriedade de participação em projetos

institucionais sob pena de não obter pontuação para a progressão funcional ou nas instituições privadas, para ter a garantia de trabalho no semestre seguinte, o que pode na verdade, produzir também a “*mais-valia relativa*”. (Reis, 2016, p. 19).

Nas Instituições de Escola Superior Pública, embora com o aumento de concursos nos últimos anos do século XX e início do século XXI, ainda se mantêm um número considerável de contratações de professores, denominados temporários ou substitutos, os quais, na atual circunstância, estão transformando-se em efetivos, embora sem as falsas gratificações do salário correspondente ao cargo efetivo. Essa informação aponta que, fora do quadro funcional do serviço público, os contratados ou substitutos permanecem metamorfoseados de efetivos, nas instituições de ensino superior públicas.

A flexibilização de direitos, característica marcante dos anos 90, repercutiu em precárias condições de trabalho, formas trabalho terceirizado. As mutações sociais provocaram alterações entre o capital e o trabalho, estabelecendo algumas características mais gerais existentes.

Para Gentili, (1997, p. 95), a evidência maior da vida precária atrelada ao trabalho docente está na massificação de cobranças acobertadas em forma de estimativas de produtividade docente, seja pelas progressões horizontal e vertical obtidas por *comprovação de títulos, tempo e qualidade de serviços prestados, bem como a “obrigatoriedade”* da publicação “*Qualis*” pontuadas pelo órgão de validação oficial, que é a Coordenação de Avaliação dos Profissionais do Ensino Superior – CAPES.

As modificações do trabalho repercutiram em diversos resultados, desdobrando-se em desigualdades notáveis nas camadas diversas da sociedade. Não sendo diferente no âmbito das Universidades Públicas brasileiras, a partir do advento do sistema neoliberal, provocando os mais diversos sentimentos no mundo acadêmico. Um desses resultados foram os poucos centros considerados de excelência, dotados de recursos em quantidade e conseqüentemente qualidade para desempenhar suas atividades, é perceptível que boa parte das instituições de ensino superior públicas enfrenta recursos escassos. A mercantilização da vida universitária é compreendida pela árdua atividade de captação de recursos para pesquisa.

Braverman (1987, p.15-16) diz que “[...] *a moderna tendência do trabalho, por sua dispensa de ‘cérebro’ e pela burocratização está ‘alienando’ setores cada vez mais amplos da população trabalhadora [...]*” tem-se a quase total neutralização da mobilização coletiva dos docentes, seja pelo isolamento acadêmico – científico, ou pela inaptidão para participar

dos sindicatos e ou associações profissionais, que atualmente estão um tanto quanto desacreditadas, em virtude de ações inconclusas de mobilização sindical.

No que se refere às IES privadas, esse quadro, o profissional docente associado a um “*vendedor*” de aulas, para garantir a máxima produtividade, com mínima aprendizagem dos seus alunos, mas que garanta sua permanência na instituição. Na maioria das vezes, a docência privada é uma “*alternativa*” para a complementação salarial (denominada de “*bico*”), outras vezes, a única fonte de renda. Especialmente nesse último caso, com o valor hora-aula pago a esses trabalhadores docentes, estes assumem muitas disciplinas, em mais de uma instituição, para aumentarem seus salários.

Fica-se a dever a Marx e seu materialismo histórico dialético, método por excelência para compreender o homem como um ser que transforma e é transformado durante seu processo da vida, as relações contraditórias, conflitantes e inerentes a esse mesmo processo.

Ao se analisar tais pressupostos, partindo dessa vertente, são considerados conceitos dialéticos que determinam a congruência das partes com o todo e deste, com as partes, um pressuposto fatídico, no qual é estabelecido que tudo no mundo se conecta e, de alguma forma, se modifica, e que, por isso, pode ser entendido de modo isolado, mas como parte de um todo maior. Frigotto (1994, p.73) traça o conceito do materialismo histórico dialético afirma este como:

Uma postura ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (Frigotto, 1994, p. 73).

O materialismo histórico dialético está vinculado a uma concepção de mundo, uma visão da realidade, que busca um conhecimento que não fique meramente na aparência do fenômeno, mas consiga apreender a essência das coisas. Por isso, a necessidade de se compreender a essência do fenômeno estudado, porque, como bem afirma Marx (2002, p. 48) “*se aparência fosse igual a essência, não precisaríamos da ciência, pois o resultado seria o óbvio, o aparente*”.

A partir da promulgação da LDB 9394/96, o Brasil passou por uma série de propostas que acabou por modificar de modo incisivo a educação superior no país, propostas essas massificadas durante o governo de FHC, pela introdução de novos métodos de avaliação desses ensinos, como também, da qualidade dos cursos superiores no país. Essas medidas

coalesceram-se com outras que se traduziram na expansão do ensino superior, o que promoveu a abertura de inúmeras instituições privadas e também a abertura de vários cursos de educação superior.

Na concepção de Bicudo (2001, p. 14), todo esse aparato está em consonância com as propostas internacionais oriundas do BM, associado à oferta do ensino superior, sob a tutela do mercado internacional que nesse contexto está metamorfoseado de benefícios ao conjunto da sociedade brasileira, traduzidos em programas facilitadores do ingresso e permanência dos alunos nas universidades públicas ou privadas, com estímulos à permanência do professor em sala de aula e mudanças na progressão da carreira docente, sendo essas algumas das propostas caricaturadas de incentivos e avanços para a educação superior.

Pochmann (2000, p. 46) já defendia em seus estudos as crescentes demandas das instituições de ensino superior brasileiras por maior e melhor qualificação profissional e com ascensão das expertises para o fazer profissional. Nesse aspecto, o desenvolvimento profissional inicial e continuado é de elevada importância, uma vez que dá os profissionais melhor posicionamento no mercado de trabalho que já está bastante competitivo. O autor segue em sua análise afirmando:

[...] os novos requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores (Pochmann, 2000, p. 48).

Na perspectiva de Pecegueiro (2018, p. 1):

A busca por novas informações, pelo diferente, pelas inovações, marca essa era e por consequência cabe indagar como o professor vem lidando com essa situação. Assim, a melhor maneira de construir a competência pedagógica é possuir instrumentação para viver/conviver com as mudanças nos contextos educacional e social. Isto porque, o educador deve estar atento para segurança/insegurança, certeza/incerteza, equilíbrio/desequilíbrio na construção do novo. (Pecegueiro, 2018, p. 1).

Assim, fica claro, portanto, que o professor de nível superior não somente se integre a essa nova era, mas também interaja incessantemente com as novas realidades e desafios que se apresentam, fazendo parte dela como protagonista e não como coadjuvante. Ademais, pode-se afirmar que a prática docente, que em outros tempos era sustentada na repetição ilógica de conceitos e assuntos diversos, obrigatoriamente deve ser realinhada, a partir da perspectiva da pedagogia reflexiva, por Freire (2011, p. 9) na qual diz que “*os homens se educam em comunhão*”.

Sobre isso, Pecegueiro destaca:

É certo que essa prática deve ser uma opção individual e consciente o que pressupõe uma formação do pensamento qualitativo, o qual não pode ser fragmentado, visto que busca a totalidade. Tudo isso evidencia que o trabalho docente tem que ser repensado, visando a construção e o fortalecimento de nova (s) competência (s) pedagógica (s). O professor, além de buscar a fundamentação teórica de sua prática pedagógica, deve compreender que é através das práticas cotidianas que se dá o desenvolvimento profissional. (Pecegueiro, 2018, p. 1)

Ainda, segundo Ribas, Schmidt e Carvalho (2003, p. 28):

[...] a formação do professor não se dá de fora para dentro. Ele se forma, não é formado. A formação não precede o exercício da profissão, ela se dá no exercício desta. E para que isso aconteça é necessária uma reorganização da universidade. É preciso tempo para o professor refletir, é preciso espaço a fim de que os professores se encontrem, estudem, troquem experiências, discutam sobre suas atitudes e ações, reflitam junto sobre suas práticas, sobre as questões que os afligem e também tenham um salário digno.

Diante do exposto, fica sem dúvida que o que se vive hoje é um período de clara fragilidade da educação superior, iniciado na última década do século XX. Sendo o professor um ser social, é natural que este sofra os impactos das mudanças sociais, sejam elas quais forem no âmbito social. Assim, a inovação e adequação a essas modificações são essenciais para a manutenção do sistema educacional superior brasileiro.

1.3 A relação entre o trabalho docente e o Estado neoliberal

Conforme Braverman (1974) as mudanças que ocorreram durante o trabalho dos docentes do ensino superior, publicado no seu livro “*Trabalho e Capital Monopolista*” afirmava que as transformações sociais e econômicas conhecidas a qual desenharam a nova realidade do trabalho do docente na atualidade, partiu de reflexões do autor. Durante muito tempo as gerações de acadêmicos buscavam entendimento sobre os processos e suas relações com o trabalho no Brasil, o autor também comenta que um país nas épocas passadas que possuía um regime político de ditadura e uma política sindical atuante, contribuíram, contudo, para dar um novo sentimento na luta pela falta da liberdade.

Após o ano de 1974, são verificadas mudanças expressivas no que hoje se entende como trabalho. Tais mudanças foram tão importantes que marcaram o que ficou definido como a passagem do Fordismo para aquilo que se conhece como diferente do mesmo,

partindo da análise da evolução pós-Braverman, com o intuito de se saber as causas das flexibilizações da prática docente, sabendo que é impossível separar a vivência pública da privada.

Segundo Rodrigues (2014, p. 771):

A tese central é a de que, enquanto a flexibilidade dos anos 1980 modificava a organização do trabalho nas empresas e era aplicada a profissionais docentes relativamente protegidos em suas relações de trabalho, a flexibilidade atual atinge os trabalhadores exatamente na proteção social. (Rodrigues, 2014, p. 771).

Nas décadas de 1980 e 1990, os profissionais podiam ser demitidos, a fim de se alcançar melhorias na produção, predefinidas por princípios de melhorias da qualidade e eficiência produtiva. Na atualidade, no entanto, não há vínculo formal de boa parte dos docentes com as instituições com as quais se relacionam. Tal fato foi intensamente favorecido a partir de 1990, depois da avalanche de contratos não convencionais, favorecidos pela flexibilização compartilhada pelas instituições de ensino superior espalhada pelo país.

Em se tratando das instituições de ensino superior pública, esse fenômeno está presente em dimensão e forma diferenciadas, visto que, enquanto, como já foi dito nesse trabalho, o ensino superior público incentivo, por meio de uma conjuntura salarial estática, explicada pela própria conjuntura econômica do país, as qualificações aceleradas ou a produção intelectual, sem condições competitivas no contexto internacional.

Por outro lado, está na contramão do valor real do trabalho acadêmico, o qual deve ser pago a um profissional docente na mesma proporção da qualidade que esse profissional merece, tendo em vista o resultado final (a formação do aluno), dado esse que não ocorre, quando as empresas educacionais não pagam aos seus profissionais de ensino o valor real da mais-valia. Dessa forma, tem-se a subsunção ou subordinação formal do trabalho docente ao capital, que leva o profissional docente a trabalhar na medida do que recebe ao final do mês trabalhado.

1.3.1 A subsunção formal do trabalho docente ao capital

Arroyo (1985) afirma que a criação de redes de ensino, públicas ou privadas, teve como objetivo a existência de um profissional que poderia cumprir uma função social educativa, visto que a tarefa de ensinar precede de forma familiar ao processo de organização

de sistemas de ensino, especialmente do ensino superior, sejam instituições particulares ou públicas com financiamento público, tais capacitações formativas, preliminarmente, não estavam totalmente submetidas ao gerenciamento do Estado.

Assim se pode dizer à luz de Marx (2002) que a subsunção formal do trabalho docente ao capital passa a existir no momento do início do capitalismo produtivo, isto quer dizer quando este capitalista é possuidor de meios que produzem a produção e trabalhadores a mercê de suas ordens, este são os operários da classe inferior, que vendem seus esforços no trabalho.

Nesse contexto, Marx (2002, p. 94) afirma:

O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobre trabalho e o que o fornece (...). É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo inquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. (Marx, 2002, p.94).

A partir desse fragmento, apreende-se que a relação de subsunção se traduz não apenas em uma relação de subordinação, mas também uma dependência do trabalhador ao capital que suprirá as suas necessidades básicas de existência. Não se fala aqui, do tipo de relação que se observou no período feudal, no qual o detentor do poder subjugava o seu vassalo por influência política ou tirania, contudo, tais relações hoje se dão pelo aumento do bem ou mais valia do proprietário.

O Estado tem uma função central na legitimação e na institucionalização da educação escolar e superior e, conseqüentemente, na organização de categorias profissionais de ensino, nas quais estão os profissionais docentes do ensino superior.

Catini (2008) destacou que:

O Estado, interessado em constituir seu sistema de ensino, inicialmente alugava as casas e móveis onde se realizava o ensino particular, os quais passavam a fazer parte de sua própria estrutura, com isso, o mestre passava a ser um assalariado do Estado.

Sua escola deixava de ser sua para ser do governo, uma cadeira a mais do sistema público de instrução. (Catini, 2008, p. 114).

Conforme a importância a ser destacada pelo trabalho do docente ficou determinadas, a partir da percepção de que este deveria prestar serviços às causas do Estado brasileiro, o que se interpretaria na transformação de doentes em pontes para a inserção de planos políticos estatais.

1.3.2 A subsunção do trabalho real ao capital

É durante os anos de 1960 a 1979 que diversos investigadores Faverge (1967); Guélaud *et al.*, (1975); Lavile, Teger e Wisner, (1975) chamaram atenção para a importância da análise do trabalho real, preocupação já traduzida na obra de Ombredane e Faverge, “*Laanalyse du travail*”, 1955, contribuindo decisivamente para um novo olhar sobre o trabalho e para os contributos da psicologia do trabalho e da ergonomia da atividade no estudo das condições nas quais essa atividade é exercida.

É fundamental destacar que, da mesma maneira que para outras formas de trabalho, sejam elas improdutivas ou produtivas, a prática docente também está introduzida no processo evolutivo, traduzindo em melhorias e dispositivos didáticos, incluindo manuais, artigos e livros até as tecnologias modernas ligadas a comunicação e a informação.

Marx (1985, p. 105) afirma que:

Na subsunção real ao capital (...) desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (Marx, 1985, p. 105).

Nesse contexto, Tristão (2010, p. 7) segue:

As “*forças produtivas sociais do trabalho*” [grifo do autor] são a forma de desenvolvimento do processo de trabalho, o qual se dá a partir do desenvolvimento das formas de trabalho social, tais quais: a cooperação, a manufatura e grande indústria.

Em consequência do desenvolvimento das formas do trabalho social, a ciência e as forças naturais se tornam forças produtivas do trabalho. Na subsunção real as forças produtivas sociais do trabalho são estranhas ao trabalhador, ou seja, a relação de produção não mais depende dele e o enfrenta como coisa, mesmo sendo produto de seu trabalho capitalizado. (Tristão, 2010, p. 07).

Nessa perspectiva, as modificações mais profundas dos protocolos e sistemas pedagógicos de ensino estão na inserção de uma fragmentação do trabalho educativo, o que resulta na perda de controle por parte dos docentes daquilo que se totaliza em seus trabalhos.

Assim, o trabalho pedagógico que precisa ser construído e a criação de um sistema de identificação entre o aluno e o docente, perde sua integridade a partir da fragmentação do trabalho do mestre Arroyo (1985). Nesse interim:

Tudo é feito ao mesmo tempo e cada um faz a sua parte, em série ou disciplina, e em sua função: uns dirigem, outros dão aula, outros mantêm a disciplina, outros limpam a casa, outros preparam conteúdos. (Arroyo, 1985, p.177).

Na visão dada aos dispositivos de controle, aplicados à gestão da prática educativa em momento anterior ao aumento significativo do atendimento educacional, estes se envolvem no modo de realizar o trabalho educativo e, dessa maneira, são criadas formas mais estruturadas para a realização do ensino e contratação de prováveis trabalhadores colocados no contexto da educação, sendo submetidos a esse ciclo hierarquizado e fiscalizado.

À estratificação do trabalho docente está também adicionada a cobrança Estatal pelos diversos dispositivos de gestão da educação, o controle do tempo e conteúdo, que culmina com o controle do processo educativo qualitativamente e quantitativamente. Assim, há aumento do número de alunos atendidos, tendência seguida por todo o país. Tal uniformização, sentida na estratificação da educação em semestres e anos letivos, segundo a idade dos alunos, é traduzida em maior eficiência do ensino.

Nota-se, nesse contexto, que em algumas vezes o número de alunos é superior à qualidade do ensino, uma vez que a quantidade de aluno é uma grandeza inversamente proporcional à qualidade do ensino.

No tocante à qualidade, as modificações no modelo escolar se desdobram em diversas vertentes, ou seja, se os docentes já tinham perdido o controle de seus meios de trabalho, a partir do momento em que o Estado absorve as escolas isoladas e as sujeita a um comando centralizado, a parcialização do trabalho educativo e a imposição de um tempo de educar

levam à perda de controle do conhecimento, que é meio de trabalho mais essencial, específico e subjetivo no âmbito da educação.

Assim, a desqualificação do docente está estreitamente vinculada à divisão dos saberes e à divisão do trabalho educativo, de maneira que o professor fica aprisionado ao ensino de uma disciplina para uma determinada série, afastando-se do processo e da totalidade dos trabalhos realizados. Desse modo, o resultado do seu trabalho não se apresenta como algo concreto, mas em alunos educados, refletindo somente uma pequena parte do trabalho realizado, na medida em que os alunos são aprovados nos exames, demonstrando que certos conteúdos foram assimilados.

Outra alteração ligada às modificações implantadas na educação no âmbito da relação entre docente e a prática de ensino encontra-se na massificação de meios padronizados de ensino. Entre eles, pode-se citar a graduação do ensino, a uniformização dos livros e a estruturação linear dos programas de ensino.

Os recursos didáticos padronizados, como meio de trabalho, fomentam a desqualificação do trabalho pedagógico, uma vez que a simplificação da atividade de planejamento das aulas, no tocante aos conteúdos e ao método, induz um meio de transmissão oculto no texto.

Isto posto, passa-se a estudar as (des) qualificações do trabalho docente no ensino superior no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo será apresentado um resumo sobre a qualificação do trabalho docente e suas atividades no ensino superior das instituições privadas e públicas.

2.1 As (des) qualificações do trabalho docente no ensino superior

Analisa-se que dentro de um contexto de sociedade capitalista, presente no século XXI, o trabalho do docente possui uma característica de historicidade que o torna cheio de conteúdo e particularidades. A educação não pode ser conceituada por uma simples conceituação de vocábulo, e sim é uma práxis humana, marcada pela produção e reprodução social. O Trabalho do professor torne-se uma alternativa de humanização, sendo necessários autonomia, desenvolvimento contínuo e condições adequadas de trabalho, de forma que aquele que o exerce não seja exposto.

Dentro desse contexto, o papel da Universidade na sociedade atual, estreitamente relacionado ao processo de aprendizagem dos discentes, diante dos novos paradigmas de conhecimento, impostos pela sociedade, exige uma postura extremamente reflexiva dos professores. Transformar-se em docente no ensino Superior representa um processo de constante crescimento em relação à atuação profissional, uma vez que as oportunidades relacionadas à formação e preparação do docente não podem ficar restritas às horas que são cursadas na disciplina.

O capitalismo como representante de uma economia considerada flexível, trouxe reflexos para a área da educação, onde a escola passa a ser um local de formação profissional, tornando-se uma esperança de empregabilidade. Assim, torna-se determinante a capacidade e a competência do indivíduo dentro do mercado educacional, buscando alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho.

Transformar-se em docente no ensino superior representa um processo de constante construção na sua trajetória profissional, sendo necessárias horas disciplinadas na metodologia e didática do ensino superior.

São profissionais situados dentro de um quadro crônico de constante pressão e sanções, sendo submetidos a um quadro de trabalho que os fragiliza, onde a capacidade de

produção dita o tom a ser assumido, no qual vigoram questões relativas à competitividade e a certo retorno aos princípios que guiam e direcionam a racionalidade técnica.

2.2 Trabalho docente no do ensino superior público

O trabalho do docente não deve ser analisado de forma isolada, deve ser interpretado de acordo com as transformações que estão acontecendo nos mais diversos setores do mundo, entre eles, o socioeconômico. Observa-se que dentro do contexto atual do capitalismo, existem políticas públicas relacionadas à globalização econômica e que de acordo com o contexto histórico vêm buscando reconfigurar as políticas sociais.

O acesso às informações e as mudanças provocadas pelo saber, tornaram próximo o conhecimento científico dos demais saberes e dessa forma contestou o conhecimento universitário hegemônico e Universalizador. Sendo o intercâmbio de conhecimentos técnicos, científicos, culturais vistos como uma prática franca e que se encontra em constante ascensão no mundo globalizado e que repercute no âmbito educacional. Nas Palavras de Gaeta (2017, p. 8), *“a globalização do ensino superior transcende fronteiras, no que se refere à capacidade do saber intelectual”*.

Os trabalhadores docentes foram afetados pelas últimas reformas educacionais que ocorreram no Brasil e isso fez com que a educação ganhasse novos contornos, e tivesse a necessidade de adaptar-se às condições do mercado através de estratégias que buscassem a manutenção das possibilidades de acumulação capitalista. A esfera educacional teve repercussões em virtude das reformas, são mudanças que fazem parte do ajuste estrutural, em que o Estado Mínimo, necessita de mudanças que atribuam ao setor privado encargos que antes eram do público e passam a ser assumidos pelo privado.

Logo, o setor educacional é submetido aos critérios de eficiência e eficácia, visando atender aos interesses do mercado, que serviram de base às mudanças do sistema de ensino. São restrições que se mostram de forma objetiva e que incidem, conseqüentemente, na vida dos professores universitários que estão principalmente vinculados à Universidade pública brasileira e são demandas que irão variar, conforme aconteçam as alterações estruturais que a Universidade irá sofrer. As mudanças provocadas pelas reformas educacionais têm como consequência a necessidade de que o docente intensifique o seu trabalho, provoque o aumento do seu raio de ação. Interpreta-se que ao ampliar a intensidade do trabalho do docente, o que se aumenta é a responsabilidade e as ações que o professor deve ter no cotidiano.

As mudanças provocadas pelas reformas educacionais e a globalização explicitaram que o aumento no número de diplomas de nível superior, não caracteriza a abertura de novas vagas no ensino público, o que ocorreu foi um significativo aumento na abertura de cursos de graduação e pós-graduação, nas instituições privadas.

2.3 Trabalho Docente no Ensino Superior Privado

A educação superior brasileira ao ser mercadorizada, apresenta como essência lógica as questões relacionadas ao mercado, estimulando os empresários a ampliarem seus negócios na área educacional, investindo nesse setor. São investidores nacionais e internacionais que estão investindo na educação superior no Brasil, compreendendo que o mercado educacional é extremamente promissor e extremamente lucrativo.

O sistema capitalista no Brasil trouxe ao mercado a lógica mercantil e privatista aos segmentos sociais, e nesse contexto o ensino superior está inserido, encarando a lógica mercantil e privatista. E a partir dessa fase, a educação superior passou a ser encarada como um negócio orientado pela economia globalizada, inserindo os mais diversos produtos.

As alterações da educação superior, transformando-a em mercadoria não é algo que possa ser interpretado como recente, suas mudanças iniciam-se nos anos 70, por meio das regras que naquela época foram estabelecidas pelas Leis de Diretrizes e Bases, de 1961, acrescidas também pela reforma Universitária de 1968.

De acordo com o proposto por Santos (2012, p. 56) e Vosgerau *et alii.* (2017, p. 104), a crescente mercantilização do setor privado de educação superior impôs barreiras ao trabalho docente. E, conseqüentemente, o professor é afetado, no que tange à questão da exigência em relação à qualificação e à competência. Dentro do atual contexto universitário, os docentes não se reconhecem enquanto unidade e disputam cada mísero recurso disponibilizado para pesquisa pelas agências de fomento.

Nos últimos anos ficou evidente que houve uma priorização das atividades de ensino superior das instituições privadas e isto é feito em detrimento das instituições de ensino superior público.

O crescimento do processo de mercantilização do ensino superior vem até o momento realizando instabilidade por falta de recurso na universidade pública, obrigando-as a procurarem recursos externos para manterem-se viva, enquanto que a universidade pública sofria com a escassez de recursos, o governo Lula, criou programas que repassam recursos

públicos para as instituições privadas, entre eles, o Prouni, Programa Universidade para Todos, constituído através da Medida provisória 213, em meados de setembro do ano de 2004. Sua finalidade era conceder bolsas que financiam os estudos de maneira integral, ou parcial, dos cursos de graduação e para os de formações específicas das instituições privadas de ensino superior.

Esse processo de mercantilização repercute de forma direta nas condições financeiras e do trabalho do docente universitário, é comum observar as reclamações dos docentes sobre o excesso de atividades paralelas. A carga de trabalho por vezes é triplicada, é perceptível que existe o aumento no número de alunos por docentes, suas atividades não se restringem ao período de sala de aula, sendo necessário que ele ainda faça o preparo das aulas, correção de provas e a atualização. São ainda atividades exercidas pelos professores, o lançamento de notas e de faltas nos sistemas informatizados.

Nesse sentido, Pinheiro (2001, p. 160) compreende a lógica da meritocracia e de mercadologia, *“os professores são avaliados e valorizados por meio de um critério de produtividade expresso por pontuações atribuídas a eles”*.

Esse critério de pontuação intensifica o trabalho do docente, obriga-o a ter produtividade, refere-se ao quanto o docente produz no sentido de aulas ministradas, orientações e publicações, dentro de periódicos de referências como. Capes. O processo de mercantilização da educação atribui ao trabalhador um valor, e seu valor é medido pela quantificação de produção de artigos que são indexados como produção do docente.

A necessidade de que o docente esteja produzindo, a intensificação do trabalho do docente, segue a lógica produtiva do capital, insere o docente na competitividade do mercado capitalista, visando atender a questões de excelência, buscando preservar a remuneração do trabalhador da educação.

A proletarização do docente é observada nos contratos de trabalho daqueles em que se exige a dedicação exclusiva, são aqueles que dedicam quarenta horas semanais, que no ensino superior público já é prática comum. Nas instituições privadas, o regime de trabalho é extremamente exaustivo e as relações contratuais são consideradas mais flexíveis.

Pelo exposto acima, Santo (2012, p. 238) refere-se ao trabalho dos professores de Universidade particular como aquele que precisam desenvolver trabalhos acadêmicos, nesse sentido além da exposição aos alunos de suas aulas é necessário que os professores auxiliem a criação de resenhas, relatórios de estágio e trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE METAMORFOSE DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo faremos uma abordagem sobre os processos das metamorfoses que aconteceram no ensino superior e a educação digital.

3.1 O processo de metamorfose do ensino superior público e privado

A demanda pela educação superior no Brasil cresce de modo vultoso em virtude da demanda do mercado de trabalho e da conscientização sobre o desenvolvimento sociocultural. O ensino superior é considerado motor do desenvolvimento econômico de toda e qualquer sociedade, sendo ainda considerado o instrumento de transmissão de experiência científica e cultural vivenciado pela humanidade.

Diversos são os mecanismos usados, visando à redução do financiamento para o ensino público, provocando a diminuição de sua expansão, entre eles, a prática do congelamento do quadro de professores, a flexibilização dos contratos de trabalho, a diversificação das fontes de financiamento e a priorização sobre a implementação de Universidades de ensino em relação à questão da pesquisa.

A universidade pública passa a ser vista em algumas situações como se fosse uma empresa, sendo que pecam pela falta de competitividade, e essa característica de competitividade vem ao longo do tempo sendo imposta em virtude do mercado global, havendo a necessidade que se crie um clima favorável na construção da identidade dessa Universidade. É deficitário o desempenho do Estado Brasileiro, quando se trata do financiamento da educação superior. É notório o estancamento dos recursos públicos para o ensino superior, contrapondo-se ao crescimento das instituições privadas.

A educação e a valorização social do professor são analisadas sobre diferentes tônicas na sociedade atual, onde são executados, planejados e avaliados normatizações, programas e práticas que buscam a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Repercutindo como um movimento que acontece entre fronteiras, ou seja, globalização.

O docente do novo século necessita estar preparado para lidar com as situações mais estranhas, inusitadas e derivadas dos avanços tecnológicos. O rompimento de barreiras culturais e de fronteiras deve estar relacionado a uma constante aprendizagem e que esta esteja em constante movimento.

Quando o docente está inserido no contexto universitário, o processo de aprendizagem torna-se extremamente relevante, o que se procura não é apenas uma formação de base e sim uma formação que permita ao acadêmico a construção de saberes.

3.2 O indivíduo e a sociedade do século XXI

O século XXI traz algumas características já discutidas pelo século passado como a globalização e o surgimento de uma nova sociedade, chamada de “*sociedade do conhecimento*”. Tal contexto provoca diversas transformações em todas as áreas da vida humana. O progresso tecnológico e a informação ganham destaque.

Olsson (2013) comenta que:

O mundo globalizado da sociedade do conhecimento trouxe mudanças significativas ao mundo do trabalho. O conceito de emprego está sendo substituído pelo de trabalho. A atividade produtiva passa a depender de conhecimentos, e o trabalhador deverá ser um sujeito criativo, crítico e pensante, preparado para agir e adaptar-se rapidamente às mudanças dessa nova sociedade. (Olsson, 2013, p. 79).

O diploma não representa obrigatoriamente uma garantia de emprego e a empregabilidade passa a estar atrelada à qualificação pessoal e as competências técnicas vinculadas ao modo de decidir, levando em consideração as novas situações onde comunicação de forma oral e escrita seja trabalhada em equipe. Assim, o profissional passa a ser reconhecido, de acordo com a sua habilidade para constituir relações e assumir liderança.

Dentro do contexto de práxis e diante de uma perspectiva de construir conhecimentos, a formação do docente não pode ser vista apenas na formação inicial, deve ser vista também durante sua prática profissional, onde, para que a práxis aconteça, deve existir a ligação entre formador, formando e conhecimento.

A questão de ensinar de modo não contextual em relação à prática não é algo que seja capaz de transformar. Na formação do professor, a questão da reflexão e que essa seja crítica, torna-se fundamental, pois ao se analisar a prática de hoje e a de ontem, o amanhã pode ser mudado. Interpreta-se ainda que os cursos de formação que se vinculam a um currículo formal com conteúdo e atividades de estágio e que ficam longe da realidade de uma escola, pouco auxiliam nas práxis docentes. Assim, para uma ação ser vista como transformadora, ela deve

ser capaz de criar um perfil do profissional docente que seja capaz de refletir sobre as diversidades.

A formação do professor ocorre ao longo da sua carreira profissional e a sua formação inicial constitui-se apenas numa primeira etapa a ser obtida, devendo-se ainda elevar os investimentos na sua carreira onde seus conhecimentos devem estar a contento do mercado.

Soares (2012) comenta que o professor através de suas habilidades é o mediador das construções de aprendizagem. E isto quer dizer que é um processo de promoção das mudanças. E a participação do professor é dada de modo geral, desde do corpo e alma. E também o autor comenta que todo esse processo de ensino e aprendizagem é fundamental a participação dos alunos de modo geral também.

Soares (2012, p. 1) comenta que *“Cada sujeito apresenta sua modalidade de aprendizagem, assim como suas dificuldades são características individuais, que estão relacionadas aos seus meios, condições e limites para conhecer”*. E dessa forma completa dizendo que cada pessoa tem sua formação única e também seus talentos e sua capacidade de aprendizagem.

Discutir sobre a base teórica da educação perpassa pela análise de desenvolvimento teórico na perspectiva de cada tempo histórico e nos processos de construção e desconstrução da sociedade. A ação caracteriza o sentido da teorização e, em vista das reflexões, analisa-se que a tarefa de teorização se refere a uma determinada realidade essa se encontra intrinsecamente ligada às formações sociais, e Lucena (2017) completa que:

No caso da visão marxista, tal teorização gira em torno da construção de um projeto em favor da libertação das classes populares, uma locução contemporânea que tem concreção vinculada às relações e aos meios de produção. A educação, por conseguinte, é invocada como instrumento de transformação das relações de produção vigente. (Lucena, 2017, p. 127).

A teoria materialista histórica de Karl Marx tinha como proposta inicial analisar a sociedade capitalista do seu século, a partir da nova realidade mercantilista surgida com a utilização da moeda e do mercado, bem como as relações do trabalho e a mais valia deste, além da clássica da conceituação de classes sociais dominantes ou burguesas e do proletariado formado pela grande massa de trabalhadores à margem dos privilégios proporcionados pelo capital à classe dominante. Sua teoria compartilhada com Engels é considerada a interpretação e teorização crítica do sistema capitalista, cujo ideologismo contido em seu arcabouço teórico

inspira movimentos subversivos, insurrecionais que se expandem por um século de efervescência, influenciando cultural e ideologicamente os continentes.

Desta forma Quintaneiro (2002) comenta que a divisão do trabalho é:

Um fato social, seu principal efeito não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas produzir solidariedade. Se isto não acontece é sinal de que os órgãos que os compõem formam uma sociedade dividida em funções que não se autorregulam, seja porque os intercâmbios ou contatos que realizam são insuficientes ou pouco prolongados. Com isso, não podem garantir o equilíbrio e a coesão social, nesses casos, o estado de anomia é iminente. (Quintaneiro, 2002, p. 176)

Quintaneiro (2002) contextua que assim como Karl/Marx, Max Weber não postula uma teoria para a educação, no entanto, em sua teoria, sobre burocracia e tipos ideais, esses conceitos influenciam uma teoria para as organizações em investigações administrativas, assim como a pirâmide social influencia a compreensão sobre o processo de estratificação social e respectivamente, influencia na década de sessenta o movimento neoweberiano, voltando às questões educacionais, embora não tenha deixado especificamente um trabalho voltado à educação.

Souza (2015) comenta que:

Em relação à divisão do trabalho, weber é reconhecido como o teórico da burocracia. Isto não quer dizer que ela fosse vista com bons olhos, uma vez que já na época em que viveu, a burocracia apresentava os mesmos vícios que são reconhecidos hoje. Porém, para Weber, é impossível organizar o trabalho em grandes empresas, nas repartições públicas ou nas grandes máquinas partidárias, se não se entregar a profissionais especializados a realização de tarefas específicas. (Souza, 2015, p. 56).

Já Quintaneiro (2002) ressalta-se que a teoria da Burocracia de Weber, entre seus componentes e aspectos, aponta para uma sociedade de tipo ideal de organizações, sistemas sociais com eficiência, em que os elementos, divisão do trabalho, hierarquias, meritocracia (competência técnica), grupos sociais fazem parte da estratificação. Representados pelas figuras dos sólidos platônicos: A pirâmide Social Weberiana representa por definição clássica as seguintes categorias: econômica, política e profissional, subestratificadas em linhas tradicionais, tecnocratas, carismáticas, proprietários, ideólogos, cultural (simbólico). E a

massa, essa figura piramidal para Weber, é passível de mobilidade social vertical e horizontal, em virtude das possibilidades de emprego e ou mudanças de status propiciadas por transformações estruturais promovidas pelo ápice da pirâmide, ou pelos estratos de poder da figura geométrica.

Segundo Quintaneiro (2002) a contribuição de Durkheim para a teoria da educação é com base na teoria da solidariedade orgânica, tendo por variáveis, valores, como ética e moral, estas, influenciando as sucessivas gerações, especificamente as crianças. Sendo subentendida a educação como um processo decorrente do social e cultural.

O avanço da tecnologia da informação e da comunicação traz para a sociedade a inclusão digital que encontra albergue nas redes sociais, fazendo surgir um novo espaço de comunicação, que é ágil, interativo e colaborativo.

A comunicação não é apenas o único benefício que a internet trouxe, existem outros benefícios de alcance global. As empresas notaram que existia uma nova forma de ampliar seus negócios e assim passaram a atuar em um novo mercado, que possibilita o gerenciamento de toda uma cadeia de valores. A internet é um dos instrumentos fundamentais na evolução social, o comércio fica dinâmico e exigente.

Assim como o cidadão do século XX é diferente daquele do século XXI, as exigências das capacidades também o são. Pensando numa vaga de emprego, no modelo antigo, grande parte das capacidades exigidas resumiam-se na mão de obra (quanto mais barata melhor), já aquelas exigidas hoje dependerão de diversas características, muito mais específicas, como por exemplo, a área de atuação, a escolaridade, o grau de instrução, os conhecimentos específicos e outros inúmeros atributos.

Diversos avanços científicos e tecnológicos, como por exemplo, notebook, tablete, celular, internet móvel, tornaram os trabalhos acadêmicos mais rápidos, mais facilitados, mais completos, capazes de conter informações do mundo inteiro, colacionadas em minutos, características jamais pensadas nos séculos anteriores. Ocorre que o uso adequado desses meios é o que torna o meio útil para o ambiente acadêmico.

É importante refletir sobre a responsabilidade do Estado no que tange a implementação de um programa de educação digital efetivo para a nação brasileira. Em que pese à existência de previsão legal nos artigos 26, 27 e 28 da Lei nº 12.965/2014, a ausência de mecanismos e de um ordenamento legal regulamentar específico, bem como a omissão do Estado quanto ao dever de promover a educação digital de forma ampla e planejada, tem dentre outras situações causado afetação da saúde e à integridade psíquica dos cidadãos, o que por consequência tem acarretado violação de garantias constitucionais, em prejuízo da

confiança depositada pelos constituintes nas instituições públicas, em especial no Poder Judiciário, cuja estrutura deveras já tem apresentado sinais de impossibilidade de entrega de uma prestação jurisdicional eficiente frente à velocidade do universo de relações jurídicas ocorridas na internet e em breve exposição é que passa a ser estudo a seguir.

3.2.1 Linhas gerais sobre educação, inclusão e cultura digital

Segundo Ferreira (2008, p. 334), educação na língua portuguesa, em essência significa além do ato ou efeito de educar ou educar-se, também, processo de desenvolvimento da capacidade física, moral, intelectual e moral do ser humano, assim incluindo-se também civilidade e polidez.

Logo, civilidade e cortesia (polidez), dentre tantas outras palavras, são inerentes à educação dos seres humanos, e se verificam nos atos dos indivíduos educados, que, por sua vez traduzem o respeito e a conduta ética necessária para produzir harmonia, segurança jurídica e paz social.

Neste viés se verifica que a educação é importante elemento para que a partir do uso consuetudinário das tecnologias da informação e comunicação, seja formada uma cultura digital adequada aos anseios sociais. Uma vez consolidada esta cultura, ela é capaz de transformar realidades e vidas, motivo pelo qual a sociedade deve reconhecer a importância da inclusão digital para viabilizar o desenvolvimento nacional, compreendidos em todos os aspectos, seja econômico, humanos, social, político ou jurídico; pelo que não se pode descurar de considerar inserido no processo educativo contemporâneo quanto ao reconhecimento da essencialidade de investimentos voltados a educação comportamental dos indivíduos, tendo-se em vista que o uso destas ferramentas tecnológicas além de benefícios podem trazer também riscos; tecnologias estas que estão cada vez mais acessíveis às pessoas, tornando-se cada vez mais essenciais à vida cotidiana de cada indivíduo e da coletividade mundial.

O conceito de cultura digital não está consolidado na comunidade jurídica, e são vários os pensamentos acerca desta expressão. Na revista digital clichê, a estudante Geórgia Graichen Bueno (2012, p. 103) indagou ao público em geral “*O que é cultura digital para você?*”; e dentre várias manifestações bastante similares, destaca-se abaixo o conceito apresentado por uma leitora, cujo pensamento expressado vale fazer alusão para auxiliar no desenvolvimento do raciocínio no presente trabalho.

Para Bianca Giordani (2012, p.1):

Entendem-se como cultura digital os processos de transformação socioculturais que ocorrem a partir do advento de aparatos digitais em detrimento dos analógicos. Pode-se dizer que é quando vários setores da vida de uma pessoa passam a estar intimamente ligados a ferramentas tecnológicas interativas, intercomunicadoras e informativas, quando tal vínculo torna-se tão relevante que passa a fazer parte da rotina do ser humano em instancias diferentes da sua vida. A Cultura digital é quando se apontam novas formas de produção, circulação e recepção de produtos e bens culturais, transformação de linguagens e novas formas de propagar informação e conhecimento.

Depreende-se da leitura acima, a idéia de que para a autora do texto a cultura digital é o processo de transformação sociocultural, produzido pelo uso das tecnologias digitais pelos seres humanos, capazes de criar novas formas de produção, circulação de bens e produtos, promover a cultura, transformar linguagens e novas formas de veicular informação e de possibilitar o acesso ao conhecimento.

Data vênia, emprestando o conceito jurídico de processo que não é um fim em si mesmo, pode se inferir que o processo de transformação sociocultural não é em si a cultura digital. Logo pode ser dito que a prática social consuetudinária já consolidada no mundo digital, é que constitui a cultura digital, sendo o processo apenas o meio pelo qual ela se consolida e se revela.

É importante tecer estas considerações acerca da expressão “*processo*”, porque é em certo momento no curso do processo que se congrega a soma de pensamentos em um mesmo sentido e, de repente se consolida a cultura digital; similar ao que acontece na formação de um campo de energias extrafísicas decorrentes de energias mentais e emoções coletivas externadas por inúmeros indivíduos, a exemplo dos efeitos contagiantes produzidos em situações de comoções solidárias ou de outro vértice, de linchamentos. Assim também, os sentimentos e intenções de cada indivíduo quando externalizado na rede pode influenciar e atingir um enorme número de pessoas, de forma positiva ou negativa, pelo que o assunto educação e cultura digital são extremamente relevantes.

O amplo acesso à informação e comunicação amplificada pela internet, além do conhecimento técnico, requer o uso adequado da tecnologia que pressupõe a inclusão e a educação digital para a navegação segura na rede social, e se revela imprescindível no contexto social contemporâneo, posto que a educação digital aplicada no uso destas novas tecnologias no mundo virtual produz efeitos no mundo físico. Portanto, contemplar viés

educativo voltado também ao comportamento humano ético na grade de ensino é de grande importância e constitui um papel fundamental para a educação digital e formação do homem para o futuro, posto que, é do conjunto de condutas semelhantes e reiteradas é que faz surgir à cultura digital e quiçá a cultura de uma nação. Este contexto nos leva a compreender o pensamento expressado pelo iluminado Rui Barbosa (2010):

O homem é um resultado moral do cérebro que a educação lhe formou. Para o mais intransigente dos espiritualistas, esta verdade é de um caráter tão inelutável, quanto para os que não admitem a alma imaterial. (Barbosa, 2010, p. 100).

Desta reflexão pode-se inferir que é no processo de inclusão digital e é no processo de educação digital que é preciso trabalhar o ensino para formação da cultura digital almejada. Nesta senda, em vista de que o comportamento humano e práticas por ele exteriorizadas e materializadas no mundo virtual produzem também efeitos reais no mundo físico, é mister voltar à atenção para a educação comportamental ou o reforço desta vez que se revela um elemento verdadeiramente imprescindível e com grande potencial para produzir significativos efeitos positivos no mundo físico, capaz de modificar culturas e tradições de certas massas.

Quanto à inclusão digital, passim, Pichetola (2016, p. 89) assevera na introdução de sua obra, que, a evolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC), esta em constante transformação de padrões tradicionais e tem promovido significativa mudança cultural, nos aspectos de desenvolvimento econômico, político, social e humano. Que a TIC tem imposto uma mudança de vida, também no pensamento e a forma de se comunicar. Assevera ainda que o papel da tecnologia no desenvolvimento tem revelado grandes impactos no que tange ao desenvolvimento humano.

Segundo Pichetola (2016, p. 89) são essenciais para inclusão digital: o acesso significativo da informação; a capacidade de seleção e uso das tecnologias; o acesso à rede digital para viabilizar a troca e tráfego de informações e comunicações diversas, o que poderia viabilizar o aprofundamento de inúmeros temas e a ampla participação na política, sendo que neste contexto, a inclusão digital para ele se define como conceito e ferramenta para corroborar a universalidade da ampla inclusão social e política dos cidadãos. Leciona ainda que, a tecnologia é uma oportunidade, logo a exclusão social impõe desigualdade de recursos, de conhecimento e desenvolvimento, ponderando que as participações sociais e digitais estão sobrepostas e traduzem a inclusão digital, em consideração ao sujeito que aprende.

Acerca do conceito de inclusão digital, em aula proferida na Universidade Damásio, pelos Ilustres Professores Marcelo Crespo e Cristina Sleiman (2018), no módulo fundamento do direito digital, na apostila sob o tema “*Educação digital*”, os nobres professores conceituaram que:

A inclusão digital nada mais é que a democratização do acesso às chamadas tecnologias da informação, possibilitando que as pessoas atuem efetivamente na sociedade da informação, inclusive melhorando suas condições de vida. A inclusão só se dá com a reunião do computador, com acesso à internet e o uso adequado desses meios. É preciso saber o que se faz com as ferramentas tecnológicas, sob pena de termos um “analfabeto tecnológico funcional”. Isto é, sabe o que é um computador, sabe o que é a rede, mas não os maneja adequadamente. (Crespo, Sleiman, 2018, p. 1).

Abrusio (2015) comenta que o conceito de inclusão digital expressado pelos ilustres professores é ainda mais abrangente e engloba a educação digital como componente. E afunilando a questão sobre educação digital, vale trazer a alusão expressada por Leo Fraiman, o qual passim, afirma que a realidade do denominado mundo 2.0 tem um caráter volátil, impactante e transformador, sendo imperioso desde já implantar como fundamento essencial da educação digital os mesmos valores humanos que nas demais aprendizagens, com objetivo de viabilizar uma atuação com responsabilidade a partir de consciências interdependentes, sustentáveis e dotadas de humanidade nas interações ocorridas no mundo digital, para que a tecnologia emane seus benefícios promovendo o bem-estar dos usuários.

Guardadas proporções, se verifica que os pensamentos dos autores acima conduzem ao pensamento no sentido de que o investimento na inclusão e na educação digital é o caminho, cujo aprendizado levará ao desenvolvimento e ao bem-estar de todos. Como se verá no decorrer deste trabalho. É este também o entendimento majoritário das comunidades estabelecidas por todo o mundo, segundo dados de relatórios levantados recentemente pela Organização das Nações Unidas, o que veremos ao longo do presente estudo.

Sobre os diferentes níveis de aprendizagem e classificação destes, José Carlos Carturan (2017, p. 67), leciona de forma simples, classificando-os em cinco. O primeiro nível, o da incompetência inconsciente, em que indivíduo sabe que não sabe, tal como um bebê não sabe o que é um computador e não tem a menor idéia de como operá-lo. O segundo, o da incompetência consciente, na qual o indivíduo descobre que não sabe sobre o assunto para desempenhar a atividade. O terceiro nível, o da competência consciente, quando o sujeito descobre que sabe o que sabe, mas ainda precisar estimular o pensamento para operar. O

quarto o da competência inconsciente, quando em dado momento no processo de aprendizagem, o indivíduo desenvolve a habilidade de por em prática o conhecimento adquirido de forma automática, sem a necessidade de enviair grande esforço de pensamento. E o quinto nível, quando o sujeito adquire habilidade de colocar em prática todo o conhecimento adquirido com excelência, de forma extremamente eficaz e adequada.

A educação digital deveria contemplar disciplinas de conteúdo cívico e moral na grade de ensino, e ter implmentada a partir de um programa à busca da excelência como objetivo a ser atingido, tal conforme a classificação de quinto nível de aprendizagem mencionado por Carturan. Contudo é minimamente aceitável que seja alcançado ao menos o quarto nível, para que durante a nevegação o usuário tenha ao menos noção dos riscos que seus atos podem produzir para si, para outro indivíduo ou para a coletividade.

De acordo com os professores Marcelo Crespo e Cristina Sleiman (2018), conceituam “*Educação digital*” como:

A conscientização e treinamento das pessoas para o uso das tecnologias, permitindo-lhes atuação correta, ética, livre de riscos ou com estes minimizados, de modo a não incorrerem especialmente em práticas danosas e com consequências jurídicas não desejadas. E a educação digital deve ser feita não só de forma leiga, mas com a assessoria que a complexidade de consequências exige. Todavia, a educação digital não é e não deve ser algo complexo. Educar digitalmente não pode se resumir a ensinar o uso, na prática, da tecnologia, como o envio de uma mensagem de texto pelo aparelho celular ou de se fazer uma vídeo-chamada entre computadores. É preparar as pessoas para que possa diante da fluência de informações e da enxurrada de novos aparelhos eletrônicos, atuem adequadamente, permeados pela ética e pelas normas jurídicas. (Crespo, Sleiman, 2018, p. 1).

Neste condão, segundo a inteleção dos autores e que expressam um dos mais completos conceitos sobre a educação digital, pode-se verificar que consiste na conscientização e treinamento de pessoas para o uso adequado das tencologias, de forma ética, segura e sob a égide das normas jurídicas. Portanto, o treinamento e a conscientização são elementos chave para implantação de um programa de educação digital eficaz.

Os mesmos autores que asseveraram que não se trata da utilização básica dos dispositivos, e sobre a educação digital, quando comparada à educação inglesa, em que pese algumas escolas do Estado de São Paulo no Brasil terem incluído esta disciplina na grade de ensino, o ensino britânico é muito mais avançado em vista da lista de algumas capacidades

prevista na grade, para o desenvolvimento do programa Inglês de educação digital, e cuja grade curricular da matéria voltada para crianças entre 5 e 7 anos naquele país, no chamado Key Stage 1, elenca:

- a) O aprendizado sobre o que são algoritmos e como são utilizados para construção de programas em dispositivos digitais, e como os programas executam instruções precisas e inequívocas;
- b) Criar e depurar programas;
- c) Desenvolver o raciocínio lógico para teste de programas digitais;
- d) Utilizar a tecnologia de forma responsável para criar, organizar, armazenar, manipular e recuperar conteúdos digitais;
- e) Reconhecer usos comuns da tecnologia da informação fora da escola;
- f) Aprender a fazer uso da tecnologia de forma segura e com respeito, cuidando da privacidade e das informações pessoais, bem como a identificar onde procurar ajuda de suporte em caso de dúvidas acerca do conteúdo ou contato realizado pela internet, e ainda aprendem sobre outros meios quanto ao uso de tecnologias on-line. (Crespo; Sleiman, 2018, p.1). Assim, havendo sido estabelecidas algumas premissas e traçadas estas linhas gerais relativas à cultura digital e o entrelaçamento com a inclusão e a educação digital.

3.2.2 Educação Digital, segurança jurídica e desenvolvimento

Para os efeitos da externalização da conduta dos seres humanos na rede e a possibilidade quanto à afetação negativa irradiada para a esfera de direito dos indivíduos e de uma coletividade, em relação à saúde e à vida a partir do plano digital, bem como se se considera que o sentimento de confiança (fé/esperança) é o que sustenta as relações promovidas entre as instituições educacionais e os sujeitos; assim como a confiança é que gera o importante sentimento de segurança, imprescindível para manutenção da ordem e da paz social; sobre o conceito de segurança jurídica se faz necessário tecer algumas considerações, vez que pela palavra “*segurança*” se subsume certa previsibilidade e tranquilidade, que, hodiernamente diante do dinamismo e tendências comportamentais formadoras de culturas digitais, tornam-se uma tarefa cada vez mais difícil.

Logo sobre os conceitos de confiança e de segurança jurídica, vale trazer à baila o conceito de Paul Kirchhof e Dieter Birk (2016):

Confiança é o fundamento do relacionamento humano, assim também do Direito. Quem deseja aprender algo de outro, fazer alguma coisa com ele ou se orientar no seu modelo, deve confiar nesse homem. Por isso é a confiabilidade do ordenamento jurídico uma condição fundamental de uma constituição libertária. O homem só confia num Direito que lhe dá confiança. Somente a confiança na continuidade das instituições estatais e na vinculação das regras cria a base para o desenvolvimento da liberdade humana. (Kirchhof e Birk, 2016, p117).

Conforme Brasil (1988) a confiança gerada pela Lei da segurança jurídica, e com isso possui um sentimento de paz que promove um ambiente ideal para sustentação do Estado e dos sistemas de governo, não sendo naturalmente que o Poder judiciário é considerado um dos poderes independente no tripé sob o qual se sustenta a nossa Constituição da República Federativa do Brasil (art.2º da CF/88), a qual enumera como objetivo o desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos (incisos I, II, III e caput do art.3º da CF/88).

No preâmbulo da Constituição Federal do Brasil de 1988 ao ser instituído

O Estado Democrático de direito, na declaração se pretendeu outorgar ao cidadão o sentimento de segurança e paz, quando se justificou para a promulgação, estar destinada em assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, cujos direitos foram confirmados nos caputs e incisos dos artigos 5º e 6º da Constituição Federal do Brasil. (Incisos I, II, III e caput do art.3º da CF/88).

Conforme o pensamento de Radbruch e Siches (2016) é interessante fazer uma reflexão a respeito dos princípios ligados a justiça jurídica da segurança quando a aplicação da norma, vez que remete a essência determinante do que seria adequado ao caso concreto.

Também os autores Radbruch e Siches (2016) afirmam

que segurança do Direito exige positividade do Direito: quando não pode ser constatado o que é justo, então deve ser fixado o que juridicamente deve ser, de modo que aquilo que ele determina também esteja em condições de se impor. Poderá haver

Direito injusto ou falho, mas nunca inseguro, pois a ausência de segurança nega a essência mesma do jurídico. (Radbruch e Siches, 2016 p. 117)

Vê-se a partir da classificação da segurança jurídica como fato, atribuída por Gometz, Ramírez, Pfersmann e Kaufmann (2016):

A segurança jurídica pode referir-se a um estado de fato, isto é, a uma determinada realidade concreta passível de constatação. Nesse sentido, a segurança jurídica não diz respeito a um comportamento que deva ser adotado ou a um estado ideal de coisas que deva ser atingido. Ela se vincula, em vez disso, a uma realidade fática que se entende existente.¹³ Sendo assim, o emprego da expressão “segurança jurídica” denota, nesse aspecto, um juízo de fato a respeito daquilo que se julga existir no plano da realidade. A expressão “não há segurança jurídica no Brasil, porque os órgãos aplicadores não confirmam as previsões feitas para a maior parte das suas decisões” representa essa significação. A segurança jurídica, nessa compreensão, significa, pois, a possibilidade de alguém prever, concretamente, as consequências jurídicas de fatos ou de comportamentos. Para o contribuinte a segurança jurídica significa a possibilidade de saber, antecipadamente, aquilo que vai de fato ocorrer. É, enfim, a capacidade de antecipar uma situação de fato ou prever efetivamente uma situação. Trata-se, como se vê, de uma concepção jusrealista de segurança jurídica, que pressupõe um conceito descritivo. (Gometz, Ramírez, Pfersmann e Kaufmann, 2016, p.126).

Do pensamento acima esposado, verifica-se que a segurança jurídica é uma realidade fática daquilo que tranquilamente se acredita e se espera que aconteça no plano da realidade, e produza um sentimento de tranquilidade e paz. Deve à segurança jurídica dotar o indivíduo de certa previsibilidade acerca dos acontecimentos jurídicos possíveis, fatos ou de comportamentos que possam dotá-lo da capacidade de prever antecipadamente o fato ou situação, de modo a estimular o sentimento de confiança.

As relações *intra* e *interpessoais* assim como o comércio globalizado acontecem nos dias atuais no dinâmico ambiente digital, e em que pese o empenho das comunidades espalhadas pelo mundo se voltarem para envidar esforços visando à expansão do acesso às tecnologias da informação e comunicação, este crescimento desenfreado sem que esteja acompanhada de igual esforço quanto ao fomento e incentivo para a educação digital adequada não só no aspecto técnico, mas também voltado ao comportamento humano, poderá acarretar severos danos e de difícil reparação.

O estabelecimento de regras específicas voltadas a educação do ser humano no âmbito digital ainda carece de regulamentação, para afunilar e conferir mais efetividade ao direito

preconizado em Lei, sem o que a nação ficará atrasada em relação aos demais países do mundo que estão investindo nisto.

Como visto, sem a devida educação digital relacionada ao comportamento do indivíduo na rede, muitos são os males causados às pessoas e às coletividades, desde doenças, cometimentos de ilícitos e de delitos, que, ocorrem devido à falta de senso, de orientação e instrução adequada, ou seja, em razão da carência de educação digital apropriada.

Sobre segurança jurídica e o comportamento humano, vale trazer a baila o pensamento de Hans Kelsen citado por Daniela Lima (2011) no artigo “*Segurança Jurídica na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen*” publicado na revista digital “*Âmbito Jurídico*”:

Hans Kelsen afirma que o princípio do Estado de Direito é, no essencial, o princípio da segurança jurídica. Para o autor, Estado de direito é [...] uma ordem jurídica relativamente centralizada segundo a qual a jurisdição e a administração estão vinculadas às leis - isto é, às normas gerais que são estabelecidas por um parlamento eleito pelo povo, com ou sem a intervenção de um chefe de Estado que se encontra à testa do governo os membros do governo -, os membros do governo são responsáveis pelos seus atos, os tribunais são independentes e certas liberdades dos cidadãos, particularmente a liberdade de crença e de consciência e a liberdade da expressão do pensamento são garantidas. (Lima, 2011, p. 1).

Lima (2011) comenta que a segurança jurídica atesta certas liberdades dos cidadãos, como o direito a crença e de consciência, bem como o direito de expressão dos pensamentos os quais são assegurados, assim como o direito de liberdade positivado no inciso VI do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil. Entretanto é imperioso que o exercício deste direito fundamental não seja óbice à devida educação digital, para que os indivíduos e a sociedade não sejam assolados pelos tantos problemas possíveis que vimos até o presente momento, neste estudo.

Segundo Kelsen (*cit in* Lima, 2011, p.1): “[...] *o direito consiste em um sistema de normas que regulam o comportamento humano. Com o termo norma ele quer dizer que algo deve ser ou acontecer, que um homem se deve conduzir de determinada maneira.*”

Sobre a segurança jurídica, vários autores manifestaram seus pensamentos e, como se vê abaixo, em trechos extraídos do artigo de Daniela Lima (2011, p.1), o qual citou alguns autores como, José Afonso da Silva, Carlos Aurélio Mota de Souza, Norberto Bobbio, todos se expressaram segundo a linha de raciocínio de Kelsen (2001). Veja-se.

José Afonso da Silva leciona que a segurança no direito pode ser entendida em duplo sentido: segurança do direito e segurança jurídica. A segurança do direito “[...] exige a

positividade do direito e é, neste contexto, que a segurança se entronca com a Constituição, na medida em que esta constitui o fundamento de validade do direito positivo”. A segurança jurídica é “[...] uma garantia que decorre dessa positividade. Assim é que o direito constitucional positivo, traduzido na Constituição, é que define os contornos da segurança jurídica da cidadania [...]. (Kelsen 2001 *citado em* Lima, 2011, p.1).

Carlos Aurélio Mota de Souza adverte que os conceitos de segurança e certeza possuem sentidos distintos. Dessa forma, pode-se depreender que segurança “é fato, é direito como *factum visível*, concreto, que se vê, como uma pista de uma rodovia em que se transita que dá firmeza ao caminhante, para que não se perca nem saia dos limites [...]”. Já certeza pode ser definida como “[...] valor, o que vale no direito, aquilo em que se pode confiar, porque tem validade. [...] (Kelsen 2001 *citado em* Lima, 2011, p.1).

Para (2005, p. 163) o direito constitucional positivado confere força para irradiação e contornos do sentimento da segurança jurídica da cidadania. Depreende-se dos pensamentos acima expressados, tanto de Silva como de Carlos Aurélio Mota de Souza (1996), em síntese, que, a segurança jurídica é formada pela certeza e confiança no valor, validade e eficácia do direito positivado.

Neste diapasão se considerar que os efeitos negativos irradiados pelas condutas humanas podem acarretar o desencadeamento de inúmeros problemas em massa, em especial no âmbito digital conforme já comentado, pode afetar os sistemas e por consequência a ordem pública, bem como acarretar inúmeras demandas canalizadas para o Poder Judiciário, somando assim um infindável número de processos de forma a tornar ainda mais morosa à entrega da prestação jurisdicional, a vista destas demandas que desaguarão com pedidos de tutela de direitos sociais e fundamentais, relacionados à saúde, a vida, a honra e a privacidade.

Logo estará prejudicada a confiança e a segurança jurídica, sem a qual o Estado Democrático de Direito não se sustenta, sendo imperioso, voltar à atenção para que se estabeleça um programa de educação digital que inclua na grade, o ensino voltado ao comportamento humano, relacionado à orientação sobre ética e saúde, em prol da dignidade da pessoa humana e de forma reflexa, da segurança jurídica.

Conforme se viu, existe projeto de Lei que intenta elevar o direito de acesso da internet ao patamar do direito absoluto buscando o direito da igualdade e também das oportunidades que o acesso a fácil informação e comunicação podem oferecer, mas também conforme proposto no presente trabalho, o reconhecimento expresso do direito a educação digital voltado ao comportamento humano, relacionado à ética e voltado à saúde, deve ser

incluído como obrigatório na grade de ensino, e em conjunto ser reconhecido como direito fundamental, para corroborar a manutenção da ordem e da segurança jurídica.

É certo que para existência e preservação da segurança jurídica é preciso um complexo de fatores, elementos e acontecimentos, contudo, a considerar que o ambiente digital tem a magia de potencializar de forma exponencial os efeitos no mundo físico, este compromisso se mostra um gigante e uma árdua tarefa, mas que precisa ser concretizada.

A preservação da segurança jurídica se verifica ameaçada, em vista da velocidade, complexidade e dinamismo das relações ocorridas no mundo digital em que os usuários estão desprovidos de uma educação digital voltada ao comportamento das pessoas, e ao passo que a máquina estatal que ampara o sistema e o Estado Democrático de Direito diante de tal velocidade, não poderá entregar uma resposta jurisdicional rápida e efetiva equiparada a agilidade necessária para conter a propagação de eventuais efeitos maléficos causados, sendo de rigor primar pela prevenção.

Neste sentir, é muito importante voltar a atenção para a criação de um programa de educação digital, cujo ensino esteja voltado para a formação de cidadãos digitais e para a conscientização dos indivíduos, o que é de suma importância para preservação da paz e da ordem social, sustentadas pelo sentimento de confiança, paz e tranquilidade produzem o fortalecimento da segurança jurídica.

Diante do que fora explicitado nos parágrafos acima, acerca do contexto em que se insere e deveria se inserir a educação digital, bem como esta se entrelaça com a segurança jurídica e guarda liame com os direitos fundamentais demonstrados, assim como o grau de importância do programa de educação digital para corroborar a tutela de todos os outros direitos constitucionais correlatos, que, neste passo soma com outras matizes para a consecução dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, passa-se nos parágrafos seguintes o estudo do processo de (des)qualificação profissional.

3.3 Processo de (Des) qualificação profissional

A educação tem sido vista como um investimento atrativo e isto vêm fazendo com que empresários desejem investir, tornando-se um nicho de mercado para o setor privado. Porém, analisa-se qual educação é almejada pelo empresário que participa desse ramo? Para o empresário, a educação que se desenvolve é aquela que produz mais valia, que aceita a apropriação de um quantum de trabalho docente não pago.

Leontiev (1978, p. 92) assevera que as condições de trabalho humano são elementos subjetivos, e representa uma atividade consciente. Ao estarem inseridas numa sociedade capitalista, estas condições podem ser afetadas, relacionando-se com a grandeza do objetivo para o processo de trabalho, no qual o sujeito está envolvido.

Afastar a centralidade da educação enquanto produto, no sentido de sua análise enquanto sujeito que comanda a ação educativa é, sobretudo, identificar e reconhecer que existe um processo de trabalho que se destaca e que possui relação fundamental entre o professor e o aluno na produção educacional. Sendo que não basta apenas o reconhecimento da existência da ação docente junto ao aluno, mas é necessário adequar o conhecimento e as habilidades adquiridos pelo professor em realizar o seu trabalho, sem os quais esse trabalhador especializado, o professor, sem estar devidamente qualificado, não consegue realizar sua atividade de trabalho, a docência.

Santos (2012, p. 45), entende que o processo de trabalho produtivo é objetivo, em virtude de gerar mais valia e, dessa maneira, compromete a autonomia da execução das tarefas dos operários. No trabalho do docente, o processo não é algo tão objetivo quanto os demais, a margem de autonomia nesse caso é maior, o professor pode selecionar sua metodologia, a forma como expõe seus conteúdos e ainda é contemplado por poder escolher suas práticas em atividades pedagógicas, o que por vezes impossibilita de o Estado controlar o trabalho do docente.

O professor em outras épocas era visto como aquele que exercia um sacerdócio, dentro de um contexto contemporâneo; hoje, a imagem do professor retrata que ele vive do seu salário e é esse salário que promove implicações no *status* social e nas condições de vida, provocando de certa forma a precarização do trabalho do docente e demonstrando a proletarização.

A questão para se refletir é sobre a compreensão do processo de valorização do trabalho do docente, em virtude da reestruturação produtiva e que está em curso de maneira mundial, o assalariamento transforma-se num aspecto fundamental em relação ao trabalho do docente.

É importante não apenas analisar o processo de trabalho docente é necessário também compreender quais as mudanças no mundo do trabalho. Compreender o processo de subordinação do docente em relação ao capital.

Enguita (1991, p. 20) e Apple (1987, p. 14) asseguram que a atividade de ensino não sofre, na mesma velocidade das demais atividades, o processo de depreciação do trabalho e

que também não sofre no que diz respeito à autonomia e à participação política e social, em relação ao processo de desqualificação do operário.

A questão relacionada ao processo de trabalho não é modificada pelo fato de ele estar sendo executado dentro de um contexto capitalista e isto também acontece no processo de trabalho docente, não havendo distinção, se o trabalho é executado no âmbito público ou privado.

Diante do capitalismo, a força de trabalho é consumida por esse sistema e repercute em dois fenômenos peculiares, quais sejam o trabalhador exerce sua atividade sob o controle capitalista, no sentido de a quem pertence seu trabalho e o capitalista paga pela sua força de trabalho. E neste contexto está inserida a força de trabalho do professor.

Santos (2012, p. 45) analisa que o papel social da função do docente é atribuído ao professor que desempenha sua função apenas para sobreviver, desenvolve sua força de trabalho apenas pelo salário, porém, o sentido atribuído ao papel do professor é o de demonstrar ações concretas, de um lado está o profissional que ensina e que aprende com seus alunos, de outro, aquele profissional que é detentor de responsabilidade social e política.

A expansão do Ensino Superior Privado no Brasil vem provocando uma precarização ao trabalho docente, dentro desse quadro crescente de instituições de ensino superior privado estão os professores horistas, detentores de menor formação acadêmica, que possuem pouco tempo de serviço na função e dentro da instituição, além de serem os que possuem maior carga de trabalho de docência, com atuação em várias instituições. Sendo também os de maior vulnerabilidade em relação às infrações das leis trabalhistas.

O produto que está sendo tratado é o da educação superior, que se torna propriedade capitalista, assim a educação é considerada o instrumento do desenvolvimento social e o empresário da educação é visto como aquele que defende o progresso nacional. Porém, não é o valor de uso da educação que estimula os empresários desse setor a investirem na educação, dentro das instituições privadas de ensino superior não se produz educação pela educação, o que se produz no âmbito privado é a educação pelo seu valor de uso, na proporção em que ela é portadora de um valor que pode ser trocado.

O empresário da educação quer produzir um valor de uso, que tenha nesse sentido um valor a ser trocado, no caso, o empresário está criando um produto destinado à comercialização, o empresário cria uma mercadoria. Posteriormente a isso, ele quer que o valor atribuído a essa mercadoria seja alto, o valor do seu produto seja bem mais alto, do que o necessário para o produzir, com os meios de produção e de força de trabalho que foram empregados naquele contexto.

Portanto conclui-se que o empresário da área educacional produz não apenas um valor que é de uso, e sim uma mercadoria e um valor, formando a mais valia.

A educação superior produzida em instituições privadas, que possuem como finalidade o lucro, transforma-se em mercadoria e seu valor é produzido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção educativa. No entanto, o trabalho docente no âmbito do ensino superior deveria desenvolver-se como uma atividade que serve para transformar o jovem e os adultos, visando sua formação acadêmica, profissional e técnica.

PARTE II
ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para refletir sobre essas hipóteses iniciais, parte-se dos princípios do materialismo histórico e dialético que têm entre seus pressupostos a análise crítica do modo de produção capitalista, para problematizar o crescimento da precariedade do profissional docente do ensino superior, relacionado com a exploração do trabalho docente que se materializa na vida cotidiana e profissional desses trabalhadores.

Nosso objetivo é analisar as percepções dos profissionais docentes do ensino superior público e privado sobre as metamorfoses, pelas quais passam as instituições de ensino superior pública ou privada em São Luís do Maranhão, para identificar o grau de conscientização dos mesmos sobre a precarização do trabalho docente, à qual estão submetidos.

O objeto dessa investigação é a precarização do profissional docente do ensino superior, a partir da metamorfose engendrada pelos organismos internacionais e colocada em prática pelas autoridades educacionais do país.

4.1 Introdução

Devido à natureza dos dados investigados e dos objetivos a serem alcançados, propõe-se utilizar a abordagem interpretativa e descritiva do objeto investigado, que se define pelo processo e a reflexão de uma análise voltada a realidade, utilizando-se de métodos e técnicas para uma compreensão minuciosa do objeto que se deve ser estudado, levando-se em conta seu contexto histórico, conforme sua estruturação, o que implica nas observações realizadas com a aplicação dos questionários, as entrevistas e sua análise.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de casos. Com origem na sociologia e na antropologia, tem o propósito de apresentar como características os atributos de uma vida social.

Entendemos que o estudo de caso, não é somente uma metodologia de pesquisa, é um formato particular de um estudo e uma escolha com suas particularidades a ser estudada.

Esta pesquisa fundamenta-se em estudo de caso, por ter seus objetivos selecionados com base teórica para verificação dos atributos intrínsecos a esse caso. Para isso, utilizou-se a

revisão bibliográfica e o estado da arte, recorrendo, também, a Yin (2005), André (2010), Martins (2008) e Minayo (2010), entre outros, para fundamentar este trabalho.

Além disso, pretende-se descrever um contexto acadêmico, onde será feita a intervenção, a fim de se conhecer e compreender situações reais, nas quais não se tem clareza dos resultados, procurando-se chegar até eles com a ajuda de determinados instrumentos de investigação.

Para tanto, será utilizada a análise qualitativa e quanto aos seus fins, a metodologia descritivo-explicativa, pois se pretende expor como são tratados, no âmbito de uma instituição de ensino superior, os deveres, direitos e a valorização dos professores que atuam em duas instituições de ensino superior em São Luís.

4.2 Lócus da Pesquisa

Segundo dados aferidos no IBGE (2018, p. 1), no Estado do Maranhão, de acordo com o censo estimado de 2017, a população estimada é de 7.000.229 pessoas. Chagas (2017, p. 40), afirma que o Estado é dividido em cinco mesorregiões, totalizando 217 municípios, concentrando conforme mostra SEMESP (2015) atualmente com:

33 instituições de ensino superior, 1,8% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Norte Maranhense é responsável por mais de 72 mil matrículas (66%). Em 2013, na rede privada, houve um aumento de 10,7% nas matrículas, atingindo a marca de 64 mil, ultrapassando os 58 mil, do ano anterior. Na rede pública o índice teve um crescimento de 8,4%, totalizando 45 mil matrículas em 2013, contra 42 mil no ano anterior. (SEMESP, 2015, p.1).

Chagas (2017, p. 40) afirma que “ *as matrículas em cursos à distância, o denominado EAD, registram um aumento de 2,3% na rede privada, chegando ao percentual de 13,3 mil matrículas no ano base de 2014*”. Contrapondo-se a esses dados, a rede pública apresentou no mesmo ano algo em torno de 20%, perfazendo 7,2 mil matrículas, em 2014.

O IBGE (2013) revela que o Estado do Maranhão apresenta 116 mil empregados nas IES registrados em carteira de trabalho e com o ensino superior completo.

Chagas (2017) comenta que:

O Maranhão também foi responsável pela formação de 13 mil estudantes universitários (11 mil em cursos presenciais e 2 mil em cursos EAD) e apresentou 309 mil alunos matriculados no ensino médio em 2013. A remuneração média por grau de instrução no estado, para os profissionais com ensino superior completo, teve um

aumento de 1,8% de 2012 para 2013, passando de R\$ 3,4 mil para R\$ 3,5 mil. (Chagas, 2017, p. 41).

MESORREGIÃO	MUNICÍPIOS	MATRICULAS	IES
Centro Maranhense	42	5.261	05
Leste Maranhense	44	13.034	09
Norte Maranhense	60	72.327	20
Oeste Maranhense	52	16.386	08
Sul Maranhense	19	2.381	04

Quadro 1: Matrícula em cursos presenciais (2013); IES que oferecem cursos presenciais (2013)
Fonte: Sindata (Semesp) Base: Censo INEP/IBGE; Extraído de Chagas (2017, p. 41)

A pesquisa buscou seu desenvolvimento diante duas instituições de ensino superior, onde-se destaca a primeira de estudo a universidade com características de privada, conhecida como CEUMA I, que teve início em meados de março de 90 na cidade de São Luís, com assinatura de sua autorização em decreto realizada pelo Presidente da República Dr. José Sarney. Teve como início de seu funcionamento 05(cinco) cursos, onde quatro da área de ciências sociais e um da área de educação.

Como a segunda Universidade de estudo, foi escolhida a instituição pública Federal, também localizada em São Luís, possuindo uma origem iniciada pela faculdade de Filosofia com sua fundação em 1953, constituída pela iniciativa da Academia de Letras do Maranhão, ligada a fundação Paulo Ramos e a igreja católica. Tendo como mantenedora a própria fundação, mas fez sua integração após alguns anos para Sociedade Maranhense de Cultura, constituída em 1956.

4.2.1 A Universidade I – Universidade Ceuma

A universidade Ceuma teve seu nascimento em 02 de março de 1990, através do decreto do então Presidente da República José Sarney, esse decreto autorizava a atividade dos cursos: Ciências contábeis, administração, pedagogia, economia e letras. Para fins de didática, nesse trabalho, a Universidade Privada foi identificada com o codinome de Universidade I.

Teve seu início de aulas agregado ao colégio Meng, instalando-se em sede própria em 1992 e no ano de 1993, foi autorizado o curso de Direito.

Estima-se que até meados de 2015, essa renomada instituição formou aproximadamente 33.620 profissionais, contribuindo ao desenvolvimento do Estado, em virtude da formação de profissionais qualificados. Dentro de seu quadro funcional, estima-se

que existam em torno de 1235 profissionais, divididos entre doutores, mestres e especialistas, além de consultores, técnicos e auxiliares administrativos. Funcionários que buscam promover para a Instituição sua excelência, competência e talento.

Assim a instituição já conta com mais de 33 (trinta e três) cursos, também possui cursos de pós-graduações de *lato sensu* e *stricto sensu*. Seu quadro funcional é composto atualmente por mais de 1.000 profissionais, que trabalham com o objetivo de formar profissionais de excelência e competência, haja vista seus formandos quase sempre serem aproveitados no mercado profissional local e nacional.

No ano de 2013, foi inaugurado na cidade de Imperatriz um outro campus, a segunda maior cidade do estado do Maranhão, expandindo o desenvolvimento das pesquisas aplicadas, promovendo-se assim maior qualidade no ensino e na aprendizagem com a responsabilidade social.

Em seu levantamento, Chagas (2017, p. 42) destacou que a Universidade I oferece atualmente 13 cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, identificada como Especialização na área de Ciências Biológicas e 13 na área de Ciências Exatas, além de 07 cursos na área de Humanidades, conforme

Quadro 2 a seguir:

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS EXATAS	HUMANIDADES
<u>Biomedicina</u>	<u>Arquitetura e Urbanismo</u>	<u>Administração</u>
<u>Ciências Biológicas</u>	<u>Design</u>	<u>Ciências Contábeis</u>
<u>Educação Física</u>	<u>Engenharia Ambiental</u>	<u>Direito</u>
<u>Enfermagem</u>	<u>Engenharia Civil</u>	<u>Jornalismo</u>
<u>Estética</u>	<u>Engenharia de Computação</u>	<u>Psicologia</u>
<u>Farmácia</u>	<u>Engenharia de Petróleo</u>	<u>Publicidade e</u>
<u>Fisioterapia</u>	<u>Engenharia de Produção</u>	<u>Propaganda</u>
<u>Fonoaudiologia</u>	<u>Engenharia Elétrica</u>	<u>Serviço Social</u>
<u>Gastronomia</u>	<u>Engenharia Mecânica</u>	
<u>Medicina</u>	<u>Engenharia Química</u>	
<u>Nutrição</u>	<u>Sistemas de Informação</u>	
<u>Odontologia</u>		
<u>Terapia Ocupacional</u>		

Quadro 2: Relação de cursos oferecidos pela Universidade Solução Acadêmica

Fonte: site da Universidade Solução Acadêmica

Feita a identificação mais apurada da Universidade I, passa-se ao detalhamento da Universidade II.

4.2.2 A Universidade II – Universidade Federal do Maranhão

Segundo dados apresentados no portal da Universidade II, ela se configura como uma instituição da iniciativa pública federal de ensino superior UFMA (2018) originada da não mais existente:

Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, a partir de iniciativas da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís (UFMA, 2018, p.1).

Conforme UFMA (2018) a Faculdade de:

Filosofia do Maranhão, de orientação católica, foi criada para oferecer os cursos de Artes, Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia e abriu novos horizontes para o ensino superior maranhense, resultando na instituição da Sociedade Maranhense de Cultura Superior—SOMACS, criada em 1955, que posteriormente daria início à Universidade do Maranhão em 1958. (UFMA, 2018, p.1).

Dificuldades financeiras enfrentadas pela SOMACS provocaram a necessidade e criar a Fundação da UFMA, essa mantida pelo Governo Federal, que naquele momento estaria reunindo todas as instituições existentes, dando origem na atual Universidade Federal do Maranhão, em 1966. Também comenta UFMA (2018) que:

Esta instituição recebeu, em 1967, uma parte da área do Sítio Sá Viana, equivalente a 241 hectares, por doação do Governo do Estado, visando a construção do Campus Universitário do Bacanga, inaugurado em 1972, com a construção do prédio Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, que é o principal espaço de relações da Universidade Federal do Maranhão, onde se concentra a maior densidade de pessoas, com intenso um fluxo, que caracteriza o sistema universitário.(UFMA, 2018, p1).

Após estes fatos foi criada a PRECAM que significa a Prefeitura da Cidade Universitária, que tinha como incumbência a administração dos serviços da construção, da manutenção, da conservação, da limpeza, do paisagismo, do transporte, da segurança, da fiscalização como também os controles dos espaços da instituição.

Alguns fatos históricos merecem destaque como mostra UFMA (2018),

Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976 de 31/12/1959, dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar

a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, que fora criada em 29/01/1956, visando promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive criando uma Universidade Católica. (UFMA, 2018, p. 1).

Fundada pela SOMAC em 58, a Universidade foi reconhecida pela União em 61, pelo decreto 50.832, e assim foi chamada de Universidade do Maranhão.

Conforme UFMA (2018) comenta que para realizar a gestão administrativa da Fundação, foram realizadas uma divisão em sua estrutura, onde sua distribuição era composta pelo conselho diretor, este com sua composição de seis membros com dois suplentes, onde suas nomeações são realizadas pelo Presidente da República.

A Universidade II conta com 44 cursos de graduação, 35 de pós-graduação em nível de mestrado e 15, em nível de doutorado. Atualmente, possui um quadro de professores efetivos com mais de 1.300 docentes, distribuídos entre mestres e doutores. Para atender à sua demanda, conta ainda com professores com contratos temporários, distribuídos por seis centros, a saber:

CENTROS DE ENSINO DA UNIVERSIDADE SATURNO	SIGLAS
Centro de Ciências Exatas e Tecnologias	CCET
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	CCBS
Centro de Ciências Sociais	CCSO
Centro de Ciências Humanas	CCH
Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnológicas	CCSST
Centro de Ciências Agrárias e Ambientais	CCAA

Quadro 3: Centros de ensino da Universidade Saturno
Fonte: Extraído do portal da UFMA (2018, p.1)

4.3 Questões de Investigação

Após apresentado na Introdução o contexto do problema, alguns enfoques, merecem destaque para as seguintes perguntas de indagação investigatória:

- Quais são as percepções que os profissionais docentes do ensino superior público da cidade de São Luís do Maranhão têm sobre as metamorfoses, pelas quais passam as instituições de ensino superior na realidade em que estão inseridos?

- Quais são as percepções que os profissionais docentes do ensino superior privado da cidade de São Luís do Maranhão têm sobre as metamorfoses pelas quais passam as instituições de ensino superior privada superior na realidade em que estão inseridos?
- Em qual medida as políticas públicas brasileiras contribuem para a precarização do trabalho docente no ensino superior privado? O que contribui para que essa situação ocorra no ensino superior público? (i) e no ensino superior privado? (ii)
- Quem se pode responsabilizar pela precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro: público e/ou privado?

4.4 Objetivos

4.4.1 Geral

Analisar as percepções dos profissionais do ensino superior público e privado sobre as metamorfoses constituídas através do tempo pelas instituições de ensino superior: públicas ou privadas em São Luís do Maranhão.

4.4.2 Específicos

- Identificar na educação superior pública a existência da precarização do trabalho metamorfoseada de mudanças para sua melhoria e eficácia.
- Identificar na educação superior privada a existência da precarização do trabalho metamorfoseada de mudanças para sua melhoria e eficácia.
- Demonstrar a mercantilização da educação do Ensino Superior privado.
- Analisar as transformações das políticas neoliberais e a expansão do Ensino Superior.

4.5 Hipóteses e variáveis

Como hipótese principal Linhart (2014) aponta que as transformações acontecidas no processo da passagem do século vinte ao vinte um, pelas instituições de ensino superior e principalmente com o trabalho do professor, são caracterizadas pela grande diversidade das tarefas realizadas, como também pela multiplicidade de suas obrigações, das alternativas, dos interesses e tensões. Onde levam a uma maior motivação e interesse, como também levantar a curiosidade dos docentes e pesquisadores, com objetivo de buscarem informações, que possam refletir e sejam críticos aponto de produzir conhecimento sobre os conteúdos de

trabalho, também nos conflitos, nas tensões, nos múltiplos papéis que são inseridos no seu trabalho, dentre outros fatores. Mas, o que está, mas evidente, é seu sofrimento em consequência do seu medo com a instabilidade do emprego atual no país e com isso alerta o sentimento de indefesa, esses mostrados como figura corriqueira da precarização do trabalho.

4.6 Caracterização da Amostra

A população da amostra da pesquisa foi construída pela relação da literatura composta nesta dissertação, baseada no tema de estudo, onde foram indexados através dos bancos de dados feitos em planilhas do Excel avançados e o Google Livros. Nas amostras, foram selecionados e utilizados artigos e teses que se mostravam de interesse através das variáveis contida no tema, isto é, um total de 30 artigos e 15 teses.

Foi realizada uma seleção criteriosa dos trabalhos acadêmicos, que foram encontrados através das bases de dados online, onde buscamos selecionar apenas as literaturas que conta os entendimentos criterioso das inclusões definidas neste estudo. Desta forma incluímos apenas documentos publicados que estavam conforme o contexto das questões definidas para o estudo, estas com publicações entre 1999 a 2017, consideradas em idioma português, onde tiveram todos os tipos delineamentos metodológicos aceitos.

Para concluir esta dissertação, todas as informações foram obtidas de forma sensatas, onde buscamos através de um questionário de 09 (nove) perguntas ligadas diretamente com o assunto montado através do tema, com sua aplicação juntos aos professores das instituições do CEUMA – Universidade Particular e professores da UFMA – Universidade Federal, perfazendo um total de 14 (quatorze) professores de cada instituição, isto é um total de 28 (vinte oito) professores de um universo geral de 160 (cento e sessenta) professores, onde utilizamos uma média de 17% do universo amostral. Sendo que a pesquisa e campo foi desenvolvida entre o mês de janeiro até o mês de abril de 2019.

Portanto, para esta pesquisa foi utilizada como via de cálculo, através de uma amostragem, a fórmula que de acordo com Pinheiro (2011), para trabalhar matematicamente em universos finitos devemos utilizar:

O cálculo $n = (S^2 \cdot Z^2 \cdot N) / (S^2 \cdot Z^2 + e^2 \cdot (N-1))$, onde as variáveis de estudo da amostra do universo total de pessoas, devido à sua variância da amostra ser universos finitos tem-se o valor fixado em 0.25. Para um valor de tolerância em relação aos resultados da pesquisa, assume-se um erro amostral de índice Z com desvio padrão

tanto para mais quanto para menos em um intervalo de confiança que será definido de acordo com a tabela de intervalos de confiança. (Pinheiro, 2011, p. 83).

4.7 Instrumentos de coleta e análise de dados

Para a realização de toda e qualquer pesquisa é importante que exista o emprego de técnicas de pesquisa, as técnicas são interpretadas como procedimentos que operacionalizam os métodos. Observa-se que para todo método de pesquisa, existe a relação com uma ou mais técnica. E essas são relacionadas com a coleta de dados.

Chagas (2017, p. 43) interpreta que para *“as diversas técnicas e instrumentos, é oportuno observar que o participante pode contribuir por meio de entrevista e análise documental”*. A observação é procedimento empírico necessário a todo processo de investigação científica, uma vez que ele pode se relacionar através de outras formas para a coleta de dados. A coleta de dados relaciona-se, através da determinação da população a ser pesquisada, elaborada por meio de instrumentos de coleta e programação da coleta.

A coleta de dados é precedida de uma fundamentação teórica que fornecerá aos observadores os elementos que os auxiliem no seu projeto de investigação. Chagas (2017, p. 53) entender ser um *“exame minucioso que necessita de envolvimento e atenção do pesquisador na coleta e na análise dos dados.”*

Esta técnica permite momentos de intensa interação, como nos intervalos de aula e o resultado da mesma será registrado no diário de campo, acerca das características do ambiente observado, suas condições físicas de funcionamento e as interações sociais observadas entre os atores que compunham o ambiente investigado.

Gil (1995, 78) esclarece que a observação *“ativa consiste no tipo de observação, na qual existe a real participação do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. O observador assume o papel de um membro do grupo”*. Corroborando este entendimento, Richardson (2009, p. 215) aponta que na observação participante *“o observador não é apenas o espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado”*.

De acordo com Sampaio (2013):

No jogo interpretativo que se estabelece numa pesquisa qualitativa não só as palavras que falam, mas os gestos, os olhares, as entonações, as exclamações, os silêncios, tudo tem significado. Nessa matriz de significações, há pontos de encontro e de “*ancoragem*” que vão se configurando à dinâmica interativa e dão sustentação ao movimento de compreensão (Sampaio, 2013, p. 58).

O instrumento “*entrevista por questionário*” possibilita recolher informações sobre as instituições pesquisadas em seus aspectos estruturais, didático-pedagógico, socioeconômico, político e funcional para que se possa compreender as relações que permeiam esse ambiente.

A escolha desse instrumento foi feita em virtude de sua natureza auto aplicativa, possibilitando atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, implicando menores gastos com pessoal e garantindo o anonimato de pessoas, dado relevante quando se trata de obter respostas que envolvam questões de poder, embora apresente algumas limitações, como o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, requerendo uma análise mais apurada de seus resultados.

A entrevista por questionário tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre sua vivência, seus conflitos nas relações sociais. Assim, nesta investigação, alguns dados foram gerados através de uma entrevista aberta, pois acredita-se ser este o instrumento mais apropriado para a pesquisa qualitativa.

Na formulação do protocolo da entrevista por questionário, foram destacados os objetivos pretendidos através das questões elencadas que, nesse caso, foram fechadas estruturadas, o que permitiu uma melhor interação entre as partes entrevistadas, oportunizando mais liberdade e amplo diálogo, além de poder de comparação entre as duas instituições, uma vez que os questionários atenderam a uma mesma padronização. As notas de campo serão formas sistematizadas em registros que servirão como um protocolo de observação semiestruturada realizado no Diário de Campo.

As técnicas de análise de dados desta pesquisa objetivam descrever detalhadamente comportamentos, experiências expressas experiências únicas apresentadas pelos pesquisados, também foram utilizadas gravações das entrevistas diretas e diversas interações que foram criadas com os sujeitos. Assim os dados recolhidos foram subdividido nas unidades menores, para depois serem agrupadas nas categorias buscando compartilhar temas e conceitos.

Partindo-se dos pressupostos propostos por Chagas (2017, p. 50), na medida em que os dados vão sendo coletados, o pesquisador deve ir fazendo as generalizações e interpretações

necessárias, gerando novas questões e aperfeiçoando as existentes num processo de “*sintonia fina*” que vai até a análise final da pesquisa. O método adotado nessa pesquisa é o quantitativo, ele foi usado em virtude da aplicação do questionário analisado. Esse método visou alcançar elementos que auxiliassem a identificar a característica do foco do trabalho, o docente desenvolvido pelo capitalismo e os docentes do setor público e do setor privado.

4.8 Dimensões e critérios de seleção da amostra

Conforme comenta Vergara (2005) que os sujeitos de uma pesquisa são as pessoas que contribuem fornecendo dados ou fatos, que o pesquisador busca para tal projeto. Às vezes é confundido esta amostra quando está relacionado com as pessoas. Assim informamos que esta pesquisa foi definida principalmente pelo critério de acessibilidade que o pesquisador possui com os professores com as referidas instituições escolhidas para as amostras da pesquisa. E segundo Vergara, os procedimentos estatísticos que estão longe de sua eficiência e impossibilitados de executar, este utilizado, seleciona uma maior facilidade para acesso a eles. Com isso o nosso acesso as pessoas selecionadas para a execução desta pesquisa, foi condicionada com a rede de relacionamento que o pesquisador possui com os sujeitos.

No total dos entrevistados, foram alcançados 30 professores, mas somente 20 se propuseram a realizar a entrevista direta e 08 preencheram o questionário nas salas de professores em suas instituições. Outro ponto importante dos sujeitos da pesquisa que na sua maioria entrevistados possuem mais de 05 anos atuando como professor e possuem idades superior a 30 anos. Desta forma mostra-se que a amostra foi realizada com sujeitos de experiências bem relativa em relação com outras instituições que na maioria do seu efetivo é composto por jovens professores.

4.9 Ética da Pesquisa

Conforme relata Figueiredo (2008) a pesquisa científica, apresenta-se como um instrumento, mas seguros para informação que mostra conhecimento. Esta é iniciada através de utilização de fontes e informações que trazem conteúdos almejados, como os livros, as teses, as dissertações, e os artigos acadêmicos. Pois através destas informações contidas nos trabalhos, chegam-se as conclusões, onde o padrão e o rigor científico é seguido de forma específica, nesta forma podemos compreender que os determinados conhecimento poderão se afirmar no meio acadêmico. Tudo parece bem simples, mas conseguir este respaldo e o

conhecimento será fundamental uma reunião para colher informações de fontes confiáveis, bem como um bom planejamento de todo o processo da pesquisa e principalmente todas as observações a respeito dos princípios éticos de uma pesquisa acadêmica. Diante deste contexto que se torna tão dificultoso a realização de uma pesquisa onde existe uma qualidade aceitável, e isso é necessária dedicação, uma boa disponibilidade de tempo, de interesse do investigador, também uma boa leitura bem diversificada e uma boa visão crítica referente aos conhecimentos contidos nos livros e suas críticas exigidas pela pesquisa.

Na explicação de Nosella (2008) comenta que em todos os contextos e situações, que porventura pensarmos na palavra ética, logo nos chega em mente a palavra valores, a moral etc. Certo que isso já é muito comum este tipo de confusão, pois o mesmo explica que a palavra esta referida ao mundo dos valores, dos hábitos, dos deveres, das obrigações, também ao certo e errado e do justo ou injusto.

Já Japiassu; Marcondes; apud Almeida e Battini (2013) comentam que:

Ética é a parte da Filosofia prática que tem por objetivo uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.) mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas (Japiassu, Marcondes, 2001 apud Almeida; Battini, 2013, p. 9).

Desta forma, entendemos se o pesquisador. Caso não obedecer às regras de condutas e éticas estabelecidas através dos métodos obrigatórios contidas em uma pesquisa científica, onde os padrões de qualidade são exigidos pelos órgãos aprovadores e reconhecidos pelo meio científico, onde muito improvável que esse legado será deforma integra deixado com sua credibilidade.

Também, consideramos nesta ótica que com o excesso da ampliação de utilização da internet o documento plagiado tem sido muito difundido e em geral tem sido alvo de preocupação com destaque maior no meio acadêmico. Desta forma é importante que nós, pesquisadores ou alunos de graus diferentes, possam utilizar através dos princípios éticos, ferramentas consideradas importantes de apoio, destacando-se as normas de citações e sistemas de plágios, isto é, de tudo que possamos nos resguardar dos direitos autorais.

Desta forma, este trabalho dissertativo utilizou como ferramentas de apoio e obedecendo eticamente os requisitos normativos Internacionais tais como: A Norma APA (American Psychological Association) com revisão de 2018, como também o sistema Plagius Wab Site versão disponível na internet.

4.10 Procedimentos Estatístico

O método da estatística está fundamentado com aplicação da teoria da probabilidade estatística, onde constitui um importante auxiliador da investigação científica. Portanto, através de suas explicações oriundas da utilização do método estatístico, estas de modo nenhum podem ser consideradas verdadeira, mas se adotarmos mecanismo de uma boa probabilidade, podem chegar em um consenso comum verdadeiro.

Conforme comenta Calvo (2004) diz que apresentação gráfica, é mostrada por meio de um gráfico. Onde são traçados por normatizações nacionais de construção. Também comenta que eles são apresentados através de títulos e escala. Onde temos a definição de escala como o comprimento métrico, isto é, os valores mostrados necessitam está presente em todo o gráfico. O auto ainda destaca que a escala não pode haver uma distorção dos fatos ou das relações que desejamos destacar.

Segundo Gil (1995), a tabela é conjunto de observações resumidas em um quadro, enquanto apresentação gráfica são as formas de como são apresentados os dados, que possuem objetivos de produzir impressões mais rápidas vividas pelo fenômeno de estudo. O auto também comenta que a estatística é tem um potencial de aproveitamento nas pesquisas quantitativas. Onde as pesquisas qualitativas são menos utilizadas no método estatístico.

Conforme abordagem de Silva, Menezes (2001) o ambiente de forma natural é considerado a fonte principal da coleta de dados, onde o pesquisador é somente um dispositivo, para a realização da análise dos seus dados indutivamente. Onde o processo é a definição do seu foco principal da abordagem. E neste sentido Hair Jr. et. al (2005) afirmam que podem muitas vezes descrever novos contextos, utilizando a pesquisa descritiva, usando a estatística descritivas, isto é, são inclusões de contagens de frequência, de medidas de tendências ou medidas de variações, como o desvio padrão.

Já Freund, Simon (2004) comentam que a estatística descritiva estará envolvida sempre que a coleta das informações e o processamento da interpretação e apresentação dos fatos numéricos vierem ser possível.

Desta forma esta pesquisa utilizou como ferramenta de apoio aos procedimentos estatísticos, planilhas eletrônicas, no caso Excel Avançado versão 15.1, onde buscamos analisar e registrar os dados levantados pelos questionários e organizados em tabelas dinâmicas. Sua utilização, mostrou-se efetivo pelo seu compartilhamento de dados e identificação de possíveis erros, por isso houve um aumento da produtividade do processo sem que pudesse prejudicar na qualidade da análise.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados a seguir tratam das respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários em cada uma das Instituições de Ensino Superior (IES).

5.1 Apresentação dos resultados da pesquisa

Foi verificado que na Universidade I (privada), o maior contingente de professores atua na instituição há um tempo médio que variou entre um e cinco anos, grupo respondente a 70% da amostra levantada. Outros 16% afirmaram lecionar na IES há durante anos, períodos esses compreendidos entre cinco e dez anos. Mais 6% atuam há menos de um ano, enquanto que 4% da amostra são contratados da Universidade I, por um período compreendido entre dez e vinte anos, e mais 4%, por um período superior a vinte anos (Figura 1A).

Na Universidade II (pública), 42% do universo amostral levantado afirmaram atuar na IES por um período que varia entre dez e vinte anos, e mais 38%, disseram lecionar na Instituição Federal por um período de cinco a dez anos. Ainda, 12% dos respondentes afirmaram que são professores da IES há pelo menos cinco anos; 6% atuam na UFMA há menos de um ano e apenas 2% da amostra afirmaram ser pertencentes ao quadro de docentes por um período superior a vinte anos (Figura 1B).

A primeira questão aplicada aos professores entrevistados, evidenciou que há uma diferença expressiva no tempo em que cada profissional avaliado atua em cada uma das instituições estudadas.

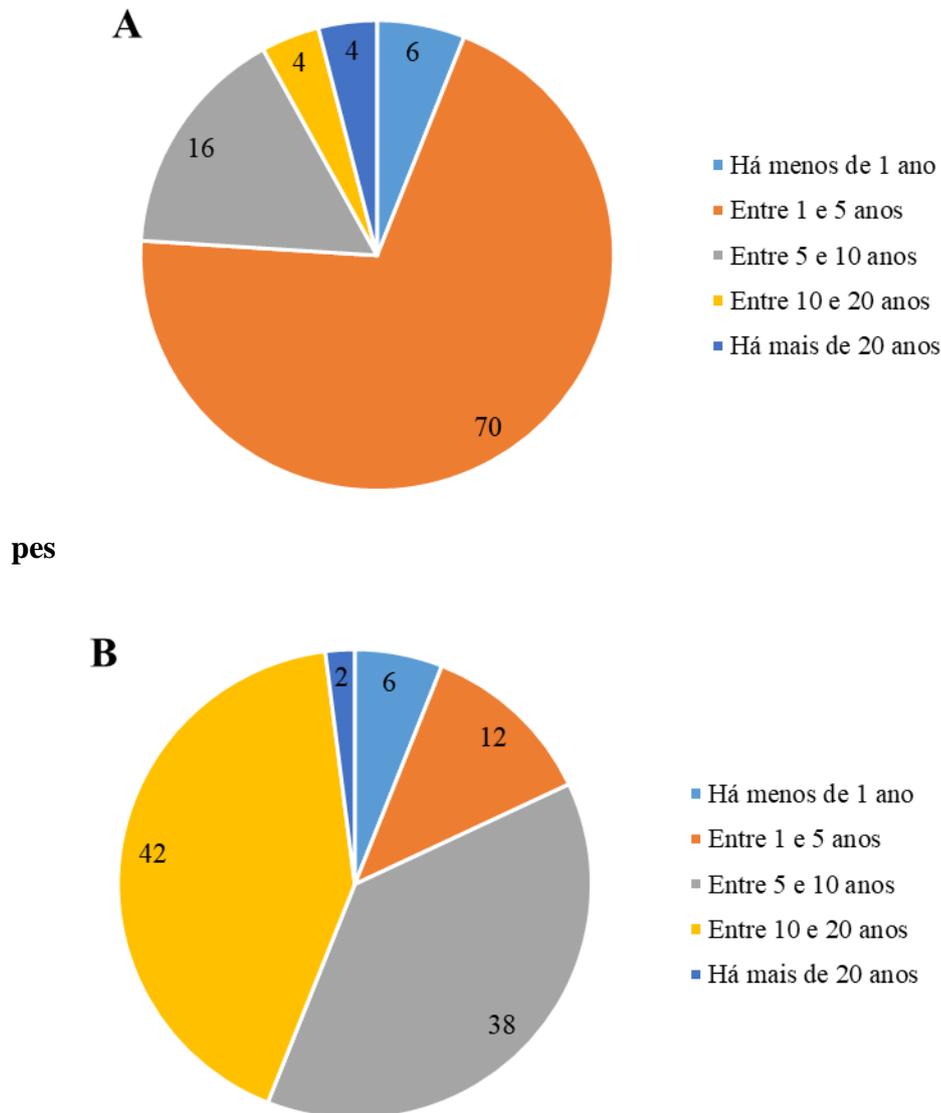


Figura 1: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Há quanto tempo você leciona em uma Instituição de Ensino Superior (IES)?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

Já nesse primeiro levantamento, observa-se uma maior experiência do docente da IES pública, respondente à pesquisa, quanto a realidade do ensino superior.

Para 62% dos entrevistados na IES privada, as condições de trabalho no âmbito da instituição mudaram muito nos últimos anos, uma vez que, para estes, em uma escala de 0 a 10, onde 10 foi o valor assinalado. O restante dos respondentes (38%), assinalaram que as mudanças ocorreram em um grau 9, na referida escala. Assim, a média ponderada das

respostas obtidas na escala foi de 9,62, valor muito próximo do grau máximo estipulado, o que sugere que, segundo a percepção dos professores entrevistados, as mudanças são reais e significativas (Figura 2A).

Na IES pública, 64% dos entrevistados afirmaram que as modificações foram muito significativas e assinalaram 10, na mesma escala acima referida. Outros 30% assinalaram grau 9 e mais 6% assinalaram que as mudanças ocorreram em grau 8 (Figura 2B). Aqui, a média ponderada foi de 9,58, outro valor também muito próximo ao grau máximo da escala e muito próximo ao observado na Universidade I, o que sugere que as alterações nas condições de trabalho estão presentes nos dois setores da educação superior, tanto pública, quanto privada.

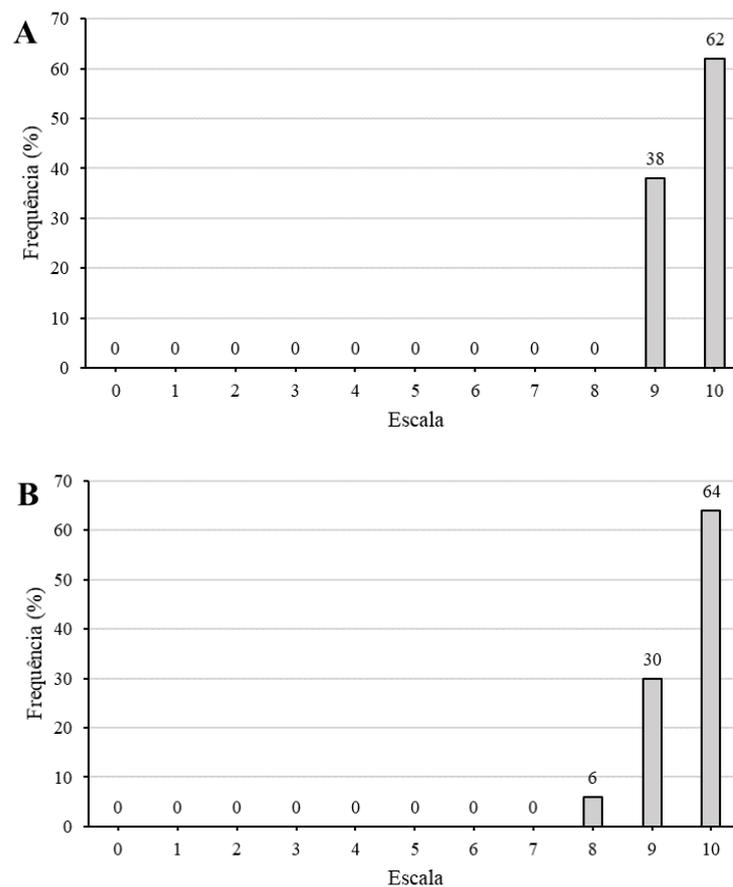


Figura 2: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Em uma escala de zero a dez, em que zero significa “nenhuma mudança” e dez significa “muita mudança”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

Quando perguntados sobre quais aspectos estão relacionados com as mudanças nas instituições estudadas, 90% dos respondentes na Universidade I assinalaram que estes estão

relacionados com o “*baixo estímulo à produção acadêmica por parte da IES*”, enquanto que, para esta questão, na Universidade II, a frequência da resposta foi de 94%. Outros 10% dos professores da IES privada acreditam que as mudanças estejam relacionadas ao “*alto estímulo à produção acadêmica*”, enquanto que esta frequência na IES pública foi de apenas 6%. Para 2% dos docentes fincados na conjuntura privada do ensino, “*aulas inseridas dentro de um programa funcional, didático e de valorização da educação*” são as principais mudanças ocorridas no contexto, esse valor sobe para 8% quando o foco é IES pública. As “*aulas limitadas, cronometradas e fragmentadas por um programa rígido*” foram assinaladas por 98% dos professores da IES privada e 92% da IES pública. A “*alta valorização da formação acadêmica do docente*” foi assinalada pela minoria dos docentes, atingindo os valores de 10% e 6%, no âmbito privado e público, respectivamente (Figuras 3 e 4).

A maioria acredita ainda que a “*baixa valorização da formação acadêmica do docente*” é uma das principais mudanças, sendo assinalada por 90% dos professores da Universidade I e 94% dos respondentes da Universidade II. Ainda, “*bons salários, altamente condizentes com o volume de trabalho realizado pelo corpo docente*” foi assinalado por apenas 4% dos professores da instituição privada e por 8% dos professores da IES pública. Nesse contexto, para a maioria dos entrevistados “*salários baixos, não condizentes com o volume de trabalho realizado pelo corpo docente*” foi a resposta assinalada por 96% dos professores da universidade privada, e 92% dos respondentes da universidade pública (Figuras 3 e 4).

Finalmente, todos os entrevistados nas duas instituições assinalaram que “*as condições de trabalho*” foram as principais modificações que a educação superior sofreu nos últimos anos. Esses resultados estão representados nas Figuras 3 e 4 que seguem.

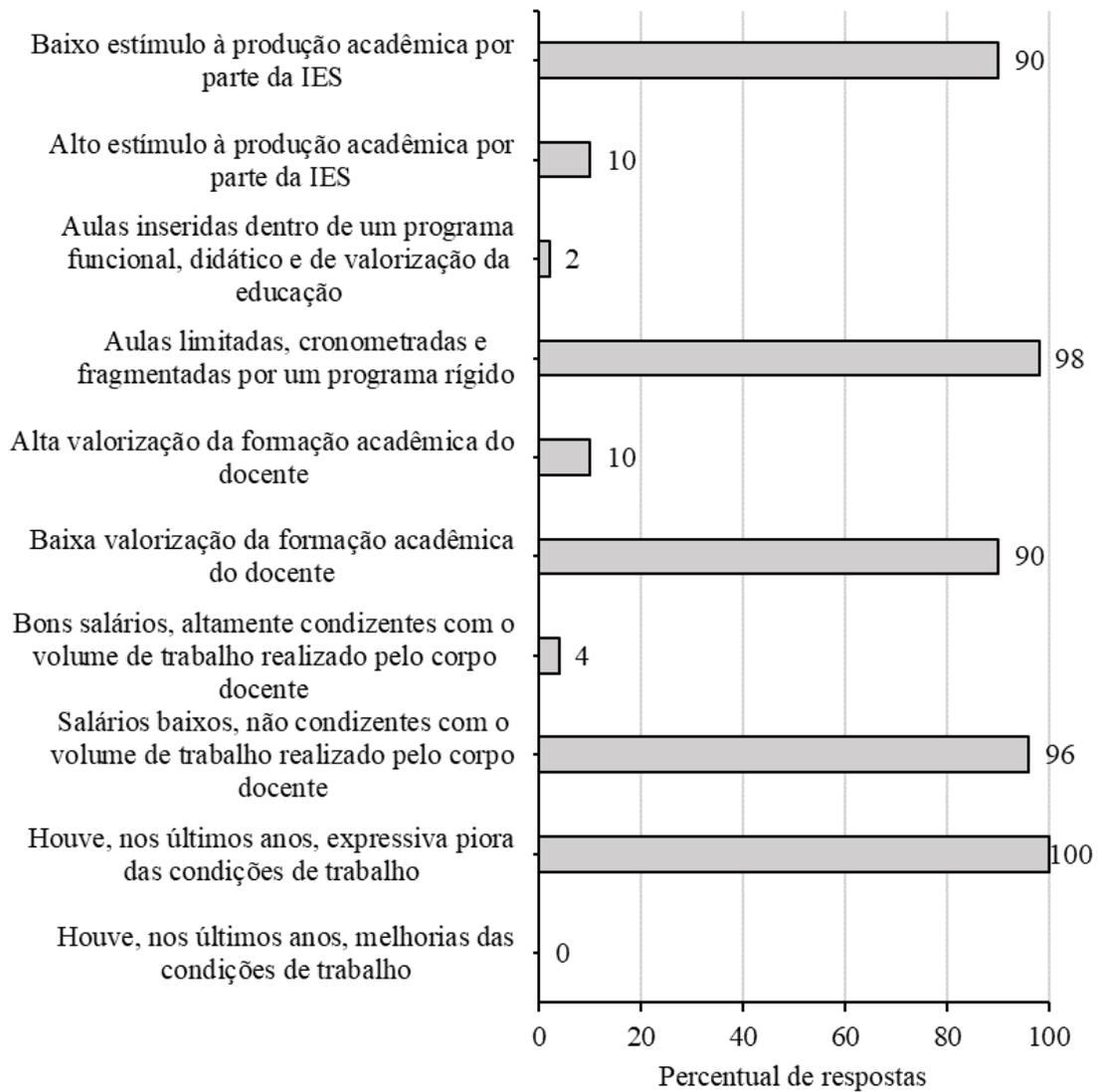


Figura 3: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas, à pergunta “Quais aspectos estão relacionados a essas mudanças? Marque quantas opções julgar necessárias.”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES? “. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

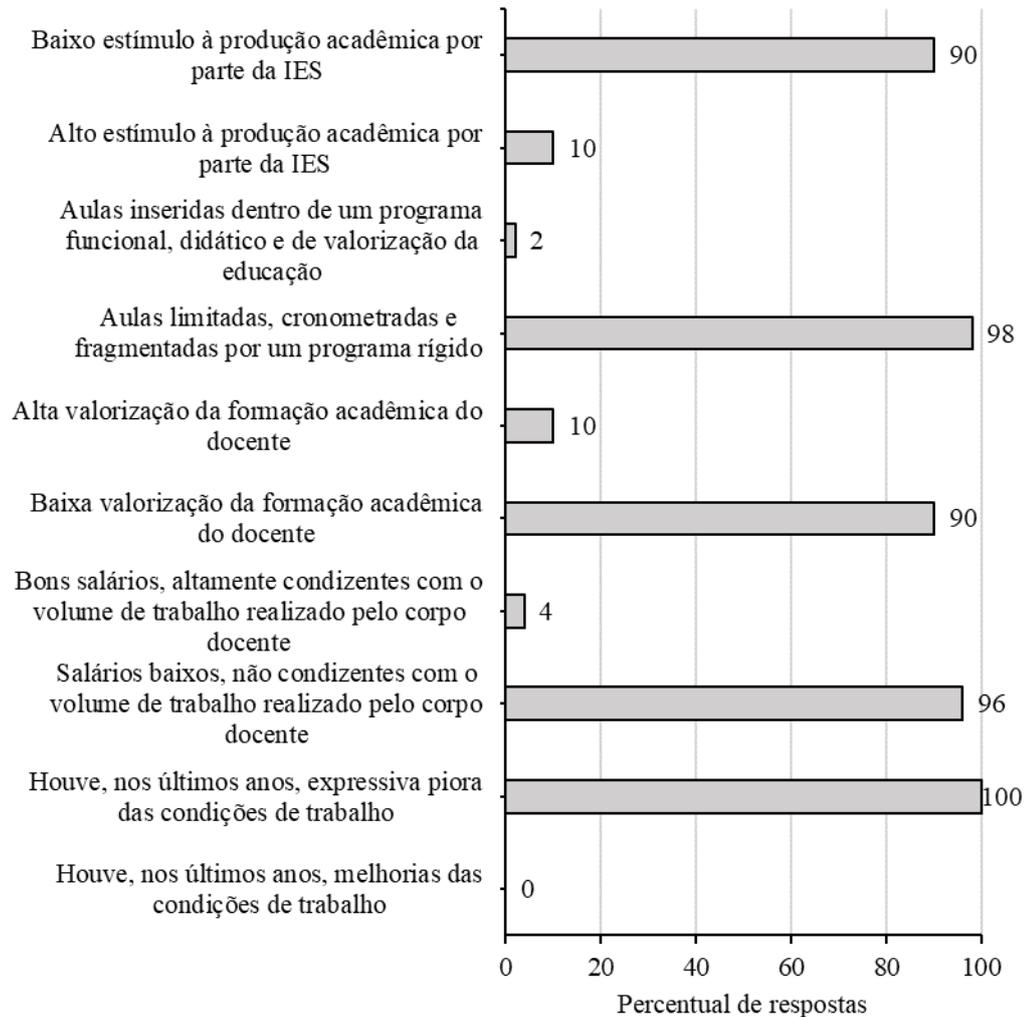


Figura 4: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições públicas, à pergunta “Quais aspectos estão relacionados a essas mudanças? Marque quantas opções julgar necessárias.”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

Assim, para 96% dos professores da IES privada investigada, a educação superior no contexto em que estão inseridos, piorou. No âmbito público, esse valor sobe para 98%. Esses resultados estão apresentados na Figura 5, que segue.

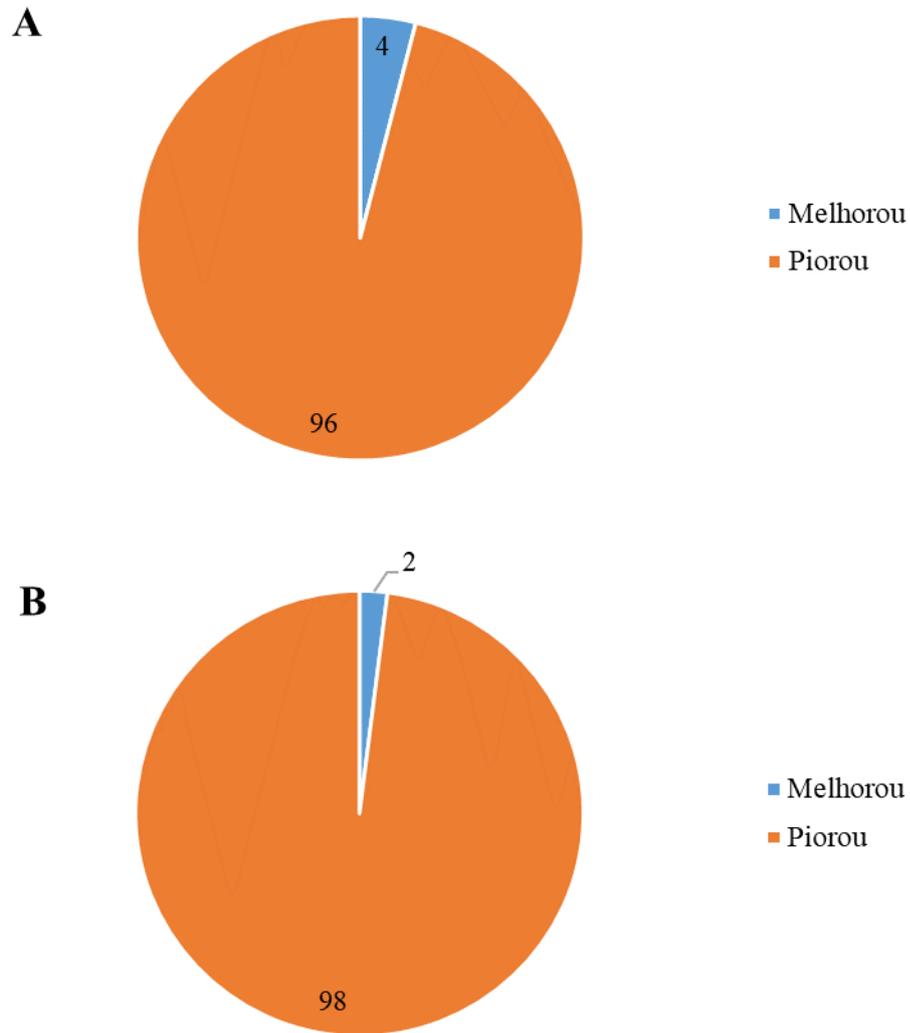


Figura 5: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Na sua opinião, a educação superior no Brasil, melhorou ou piorou?”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

Foi assinalado por 98% dos professores da Universidade I e 94% dos professores da Universidade II que o ensino superior brasileiro passa por um processo de precarização (Figura 6).

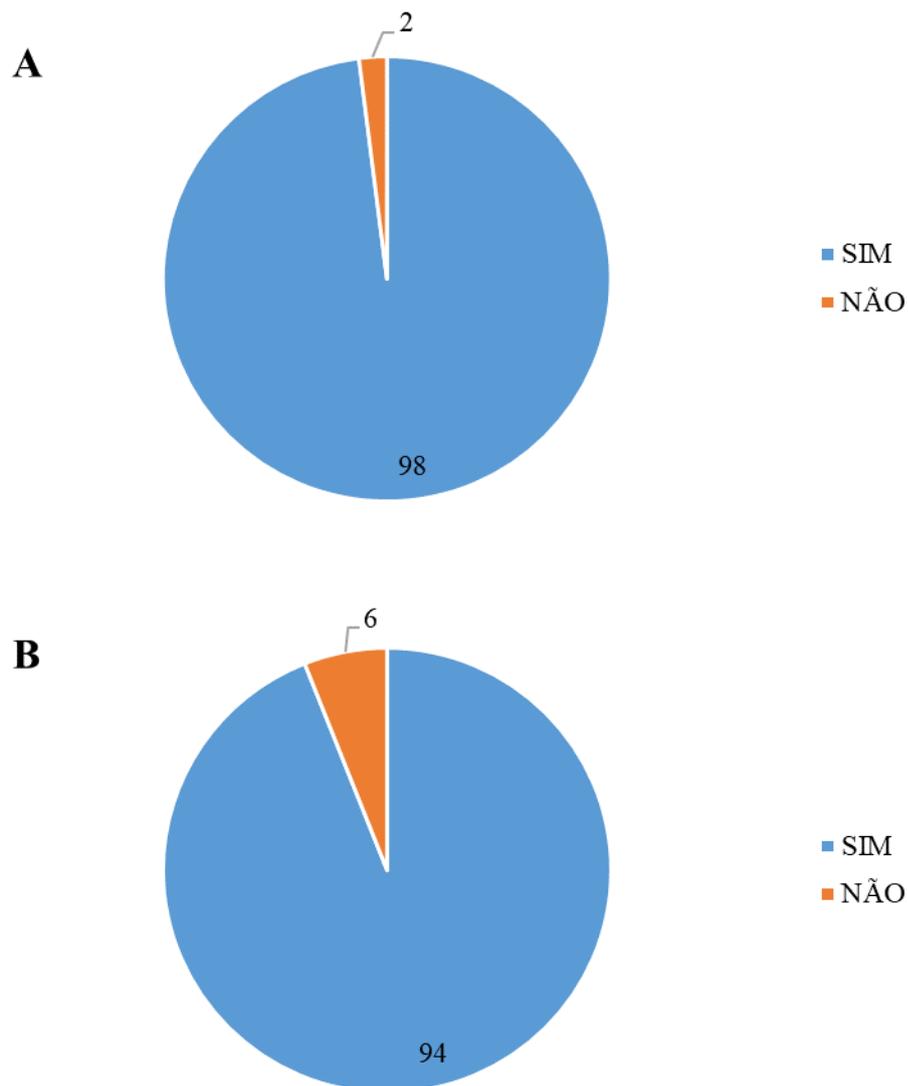


Figura 6: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Você considera que passamos hoje por um processo de precarização da educação superior do Brasil?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

Quando perguntados sobre a responsabilidade das políticas públicas brasileiras (PROUNI¹, FIES²) no processo de precarização da educação superior, 46% dos docentes da Universidade I não consideram as políticas prejudiciais e assinalaram que “*a oportunidade e o acesso ao ensino superior devem ser dados a todos os brasileiros*”; no contraponto disso, 26% dos entrevistados consideram que “*tais políticas são a principal causa da falta de incentivo salarial sofrida por professores de IES, tanto públicas, quanto privadas*”, os demais 28% dos entrevistados, assinalaram que “*a precarização da educação superior em nada se relaciona com tais políticas de inserção*” e acesso da população à

¹ Programa Universidade para Todos

² Fundo de Financiamento Estudantil

educação superior (18%) ou que essas políticas desviam “os recursos que poderiam ser aplicados na educação superior pública” (10%) (Figura 7).

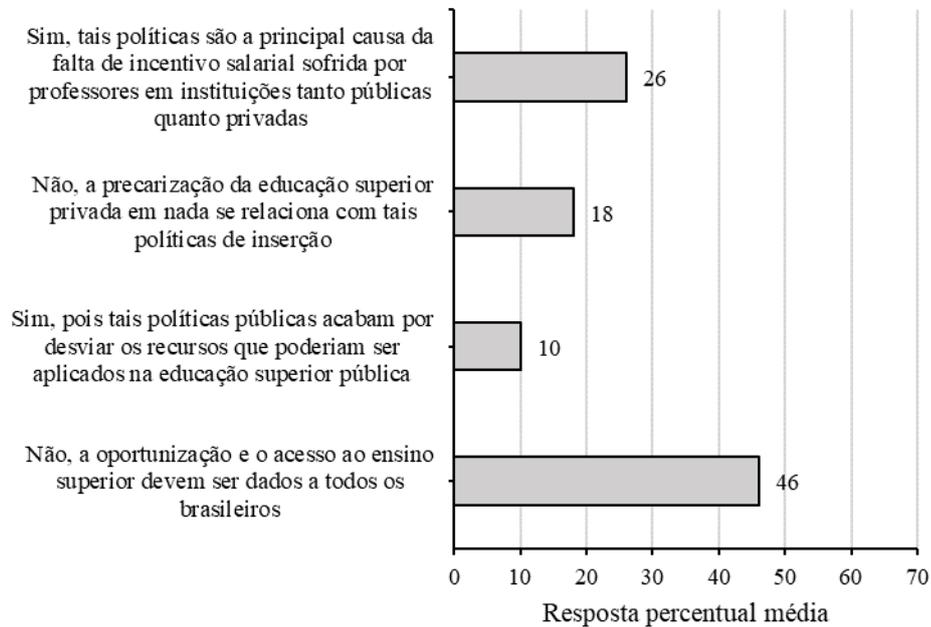


Figura 7: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas, à pergunta “Você considera as Políticas Públicas Brasileiras de inserção da população no ensino superior privado (PROUNI, FIES), prejudiciais a essas IES? ”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados
Fonte: Dados originais da pesquisa

Para 64% dos docentes da Universidade II, as políticas públicas não são prejudiciais, uma vez que estes assinalaram que “a oportunidade e o acesso ao ensino superior devem ser dados a todos os brasileiros”; em oposição a isso, 26% dos entrevistados consideraram que “tais políticas são a principal causa da falta de incentivo salarial sofrida por professores de IES, tanto públicas, quanto privadas”, os demais 10% dos entrevistados, assinalaram que “a precarização da educação superior em nada se relaciona com tais políticas de inserção” e acesso da população à educação superior (4%) ou que essas políticas desviam “os recursos que poderiam ser aplicados na educação superior pública” (6%) (Figura 8).

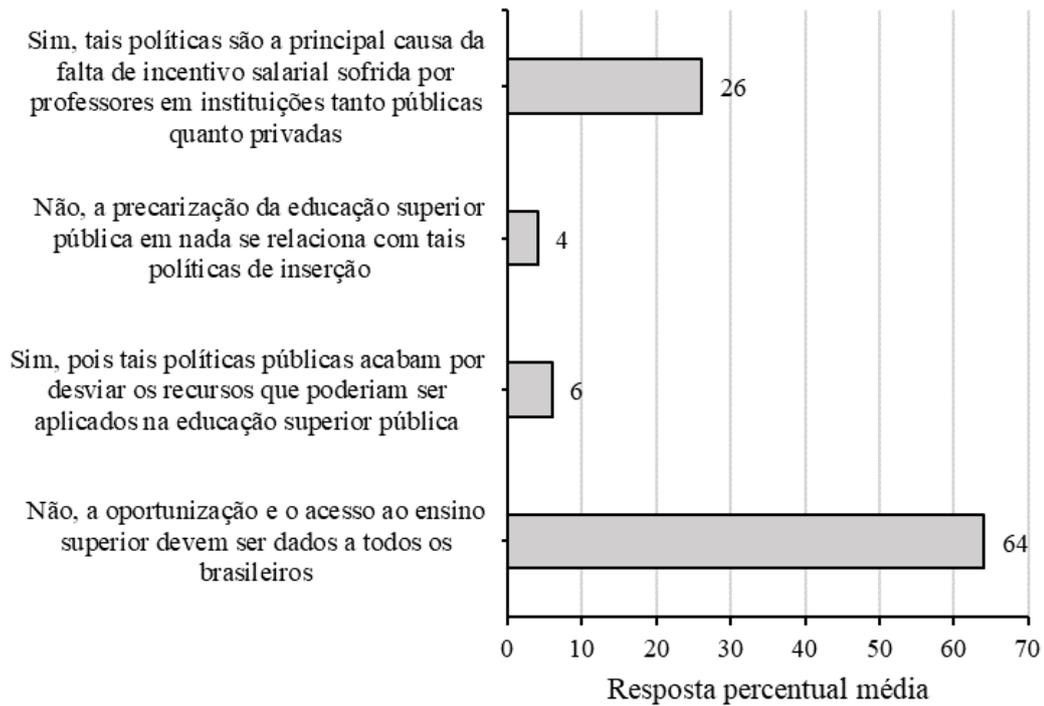


Figura 8: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições públicas, à pergunta “Você considera as Políticas Públicas Brasileiras de inserção da população no ensino superior privado (PROUNI, FIES), prejudiciais a essas IES? ”, quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES? “. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados
Fonte: Dados originais da pesquisa

Ainda na análise realizada, foi verificado que a maioria dos professores da IES privada (46%) e pública (64%), considera, em uma escala de 0 a 10, que as políticas públicas de inserção da população na realidade do ensino superior geram danos nulos às instituições de ensino. Graus variáveis foram de resposta foram verificados ao longo das análises, contudo, segundo a percepção da maioria, o problema não está em incluir, mas sim, em não provê a estrutura necessária para atender a essa crescente demanda. Essas respostas estão incluídas na Figura 9, que segue.

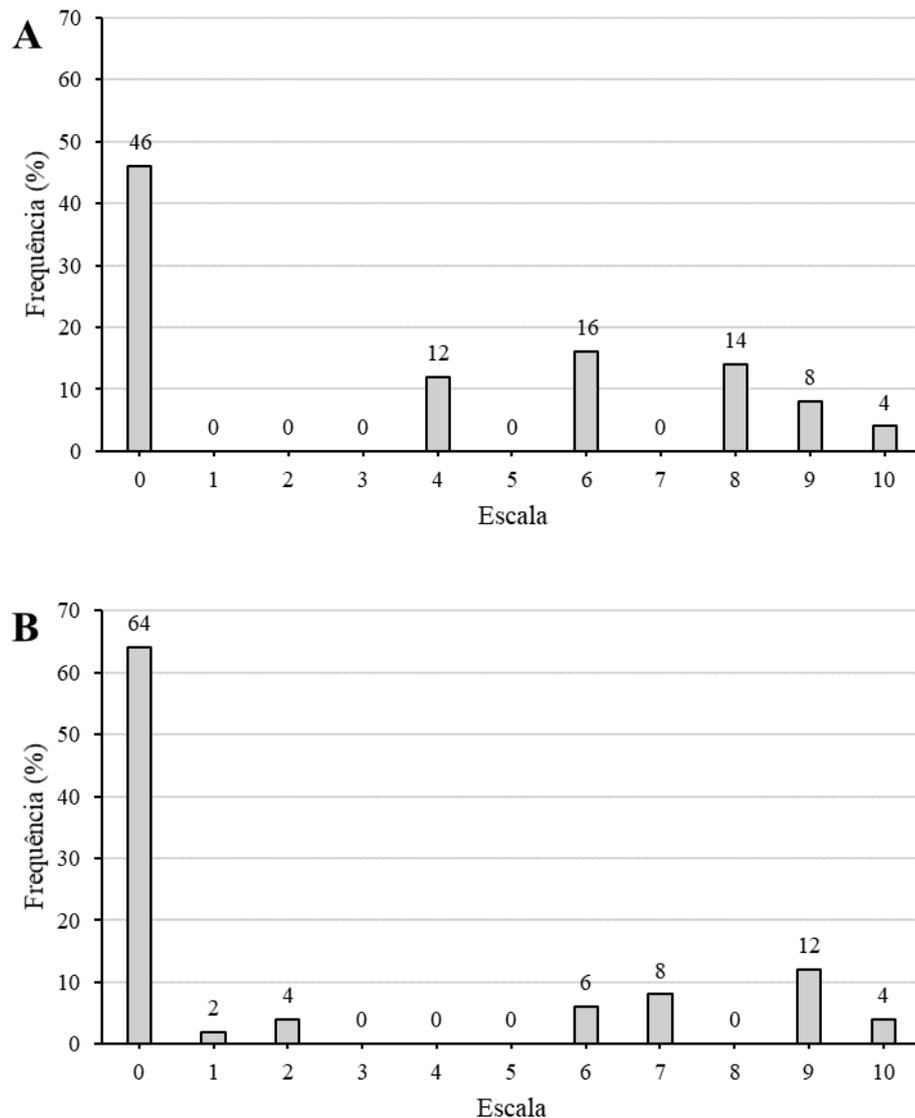


Figura 9: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Em que grau (de zero a dez), você considera as políticas públicas brasileiras de inserção da população na realidade do ensino superior, danosas às instituições de ensino superior?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

Quando arguidos acerca das principais causas da precarização da educação superior brasileira, foram verificadas diferentes respostas, quando se comparou os questionários aplicados aos docentes da instituição privada com os da instituição pública. Para os primeiros (60% do total), a precarização é devida ao “*aumento da jornada de trabalho*”, fato destacado apenas por 16% dos professores da IES pública. Em contrapartida, 86% dos respondentes da Universidade II afirmaram que a “*alta demanda por produtividade*” é a principal causa da precarização da educação superior pública, enquanto que esse fator faz parte de apenas 44% da amostra levantada na IES privada. O “*aumento da relação discente-docente*” é apontado como uma das principais causas da precarização no ensino superior privado (82%), sendo este, um fator destacado por apenas 30% dos docentes da IES pública. Estes

últimos ainda, em uma frequência de 12%, afirmaram que “aulas ministradas fora da formação acadêmica do docente” é fator de precarização da educação, enquanto que este é o principal fator apontados pelos professores da Universidade I (90%). Por fim, a “estrutura física da instituição” aparece como um problema atrelado à precarização da educação em 92% das respostas dos professores Universidade II e em 44% das respostas dos docentes contratados pela IES I (Figura 10).

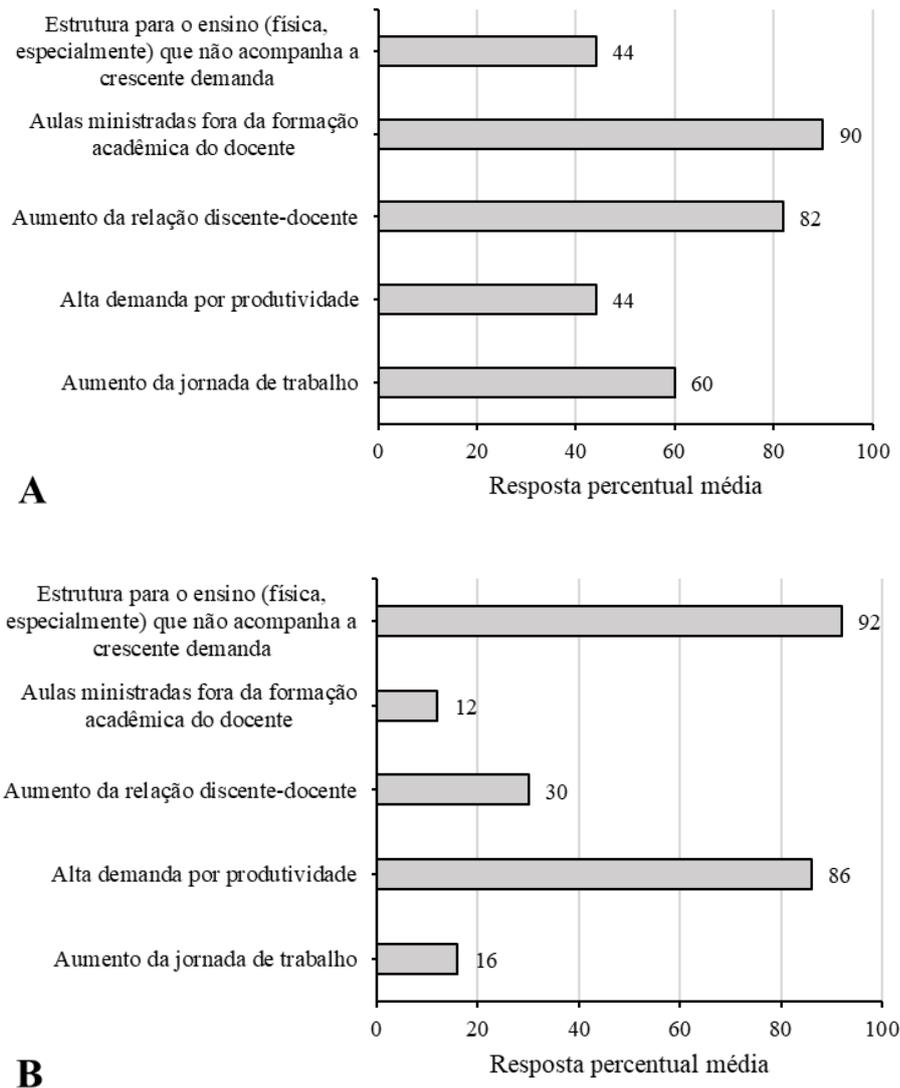


Figura 10: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “Quais aspectos listados abaixo estão relacionados com a precarização da educação superior?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados
Fonte: Dados originais da pesquisa

Finalmente, esta pesquisa verificou que, para 94% dos docentes inseridos no contexto privado do ensino e 90% dos professores da instituição pública, ora representados pelas Universidades I e II, respectivamente, “a desatualização dos projetos políticos pedagógicos

dos cursos superiores brasileiros” é o principal responsável pela precarização do ensino superior no país (Figura 11). Tal resposta aponta, indiretamente, para as políticas brasileiras e o estabelecimento das Bases Curriculares Nacionais que delineiam os conteúdos abordados em sala de aula. Dessa forma, estes dados apontam para ajustes na raiz de toda a estrutura que constitui a educação superior no Brasil.

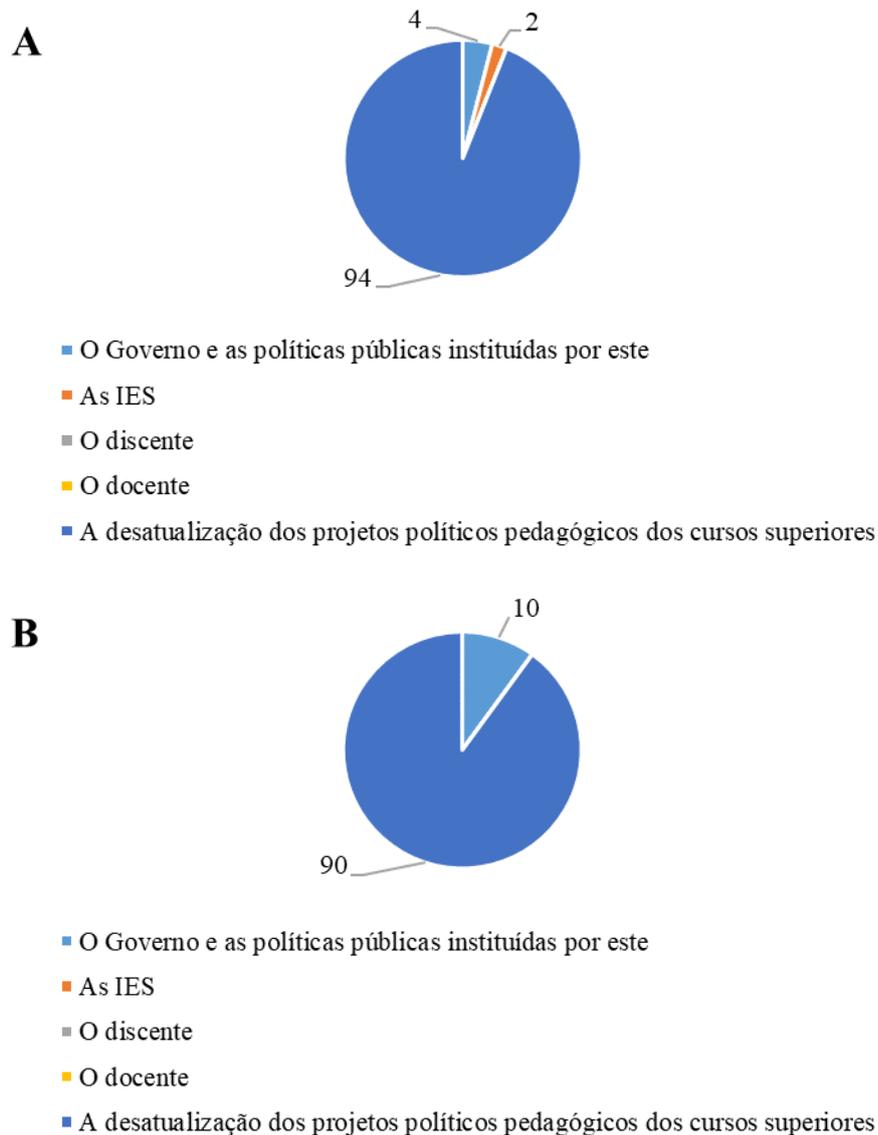


Figura 11: Respostas dos professores inseridos na docência do ensino superior maranhense em instituições privadas (A) e públicas (B), à pergunta “A quem se pode responsabilizar pela precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro?”. Os números apresentados nos gráficos representam a resposta percentual dos entrevistados

Fonte: Dados originais da pesquisa

CAPÍTULO VI

DISCURSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo iremos iniciar a Discussão dos resultados da pesquisa apresentada no capítulo V. Onde estaremos apresentando de forma contextual o que se obteve com as aplicações dos questionários. Onde neste momento estabeleceremos as relações de causas e as consequências entre as informações com as questões levantadas na problemática, fazendo com isso inferências necessárias para construção das conclusões finais.

6.1 Discussão dos resultados

A educação superior no Brasil atravessou um período de grandes mudanças, especialmente a partir de 2007, no entanto, para que se possa compreender o atual cenário, torna-se imprescindível analisar esse processo desde o final da década de 1960.

Essa análise histórica é primordial, pois, no período citado, houve a Reforma Universitária de 1968, a explosão de matrículas no ensino superior privado na década de 1970, com um posterior recuo na década de 1980, para uma retomada em meados da década de 1990.

A partir da implantação da LDB, surgem as principais ações estatais que irão oportunizar a atual fase da educação superior no Brasil, por meio de dispositivos legais que abordam a regularização e a organização da educação a distância, disciplinam os centros universitários, versam sobre regulação, supervisão e avaliação das instituições, além criarem programas de financiamento estudantil e de acesso às universidades, que são fundamentais na expansão do ensino superior.

Compreendendo-se essa trajetória histórica, pode-se entender o atual contexto, bem como aventar possíveis implicações.

Merecem destaque o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) e a evolução do ensino à distância, que auxiliam na expansão do ensino superior na atual conjuntura da globalização e das reformas neoliberais com o desenvolvimento de políticas que dissiparam as principais divisões que colocavam entre o ensino público e o privado.

A economia capitalista é flexível e repercute no campo educacional, a escola é o locus de formação profissional, em virtude da empregabilidade, sendo orientada com ênfase nas

capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional, visando atingir uma melhor posição dentro do mercado de trabalho.

O fato é com os principais desempenhos realizados pelas instituições de ensino superior assumindo, um importante papel na área econômico-financeiro de uma nação, nos últimos tempos, constata-se um crescimento desse segmento educacional, fundado no investimento dos grupos educacionais.

A educação superior é um direito universal, no entanto, tornou-se um mercado em franca expansão, que traz consigo questões que refletem na qualidade do ensino superior que vem sendo desenvolvido. O foco estritamente mercadológico tem prejudicado o ensino superior, de forma que se torna imprescindível uma ampla discussão que convirja somente para o ponto de vista acadêmico.

O objetivo desta pesquisa e da aplicação do questionário foi discutir o ensino privado e sua expansão, comparando o desenvolvimento do ensino privado e do ensino público, perpassando por uma análise da política neoliberal e a expansão mercadológica.

Desta forma vivemos em uma era, onde as organizações buscam mais do que pessoas capacitadas e experientes para fazerem parte de sua equipe de trabalho. Qualquer ramo de negócio exige da empresa e seus colaboradores um conjunto de características, como a agilidade, a flexibilidade, a criatividade, a inovação, o conhecimento específico, entre tantas outras, que somente são conquistadas através do uso correto da informação de uma liderança estratégica.

A educação passou a integrar o meio corporativo, possibilitando a disseminação dos valores da organização entre os diversos funcionários. Investir em treinamento e desenvolvimento, nos dias de hoje tornou-se sinônimo de lucro, para que o conhecimento permaneça dentro da organização, pois as organizações necessitam de profissionais qualificados e flexíveis diante das mudanças constantes, para que acompanhem a forma da cadencia do mercado, onde está se tornando altamente competitivo e agitado.

Assim entendemos que a organização empresarial pode e deve ser vista de dentro do seu ambiente interno, criando o seu próprio propósito de realizar a troca econômica do produto pelo lucro e de nutrir-se. Deve abandonar a visão de que a organização empresarial é uma invenção humana com propósitos específicos.

Quando se pensa numa organização, observa-se que ela significa uma combinação de pessoas e de tecnologia, visando alcançar um objetivo. Portanto, uma empresa é uma organização, de forma que pessoas, dinheiro e materiais são elementos que compõem essa organização. A organização contemporânea vem passando por constantes turbulências em

virtude do desenvolvimento tecnológico e das constantes mudanças que o mercado vem sofrendo.

O trabalho pode ser relacionado à necessidade de convivência humana na formação de uma identidade pessoal e social, essa identidade é obtida através da interação dos indivíduos de uma mesma sociedade.

E desta forma a educação superior ao ser colocada como o pilar, como o principal instrumento, para se alcançar o tão almejado destaque social, transformou-se na figura dos desejos da população, estando em evidência em todas as camadas sociais. Essa importância atribuída à educação superior fez com que o Estado investisse na criação de universidades públicas, sendo elas segmentadas em federais, estaduais e municipais.

No entanto, como se pôde constatar por meio dos questionários e da análise histórica do ensino, o crescimento do ensino superior público não foi adequado, de forma que a educação privada ao longo dos tempos ganhou força, transformando a educação superior num dos principais atores da expansão desse segmento educacional.

Com o advento da lei de Diretrizes e Bases, de 1996, foram rompidas as amarras em relação à educação superior privada, permitindo-se, assim, que ela pudesse expandir-se.

Quanto aos resultados encontrados referente ao objetivo geral onde buscamos analisar as percepções dos profissionais do ensino superior público e privado sobre as metamorfoses pelas quais passam as instituições de ensino superior: públicas ou privadas em São Luís do Maranhão, onde encontramos entre os entrevistados nas duas instituições a resposta contundente onde colocam explanam em suas respostas que “*as condições de trabalho*” foram as principais modificações que a educação superior sofreu nos últimos anos.

Desta forma é somado a este componente que hoje é fato consumado que as instituições privadas e públicas têm apresentado uma vulnerável instabilidade econômica, que está atingindo sua sobrevivência, como também aos profissionais que estão atuando em toda sua estrutura.

E conforme Alves (2011), comenta que as transformações que estão acontecendo no mundo do trabalho, onde temos a reestruturação produtiva, a flexibilidade, a terceirização, o subemprego e ainda o trabalho precário e com tudo isso ainda temos as políticas econômicas, onde todas veem contribuindo para o sofrimento dos docentes. O mesmo ainda completa que o processo de flexibilidade da produção requer um trabalho simultâneo e flexível, e isto mostra que a polivalência hoje são atributos esperados cada vez mais pelos profissionais.

Também quando buscamos identificar na educação superior pública e privada a existência da precarização do trabalho metamorfoseada de mudanças para sua melhoria e

eficácia, encontramos nas respostas que a desatualização dos projetos políticos pedagógicos dos cursos superiores brasileiros é o principal responsável pela precarização do ensino superior no país. Tal resposta aponta, indiretamente, para as políticas brasileiras e o estabelecimento das Bases Curriculares Nacionais que delineiam os conteúdos abordados em sala de aula. Dessa forma, estes dados apontam para ajustes na raiz de toda a estrutura que constitui a educação superior no Brasil.

A precarização do trabalho docente, foi alvo também de respostas dos professores, sendo está direcionada para a jornada de trabalho. Pois hoje para elevar uma carga horária que possibilite um aumento do seu provento, o professor busca assumir várias turmas, com números significantes de alunos e tendências de aumento durante o ano letivo. O fato é que o lucro se tornou o ponto crucial para os empreendimentos educacionais, por conta de uma combinação mais-valia e absoluta nesse setor. Com isso as gestões destas organizações cada vez buscam diminuir suas cagas horárias e fazem otimização das disciplinas, principalmente no setor privado com intuito de alcançar maiores lucros.

Desta forma observa-se que o trabalho do docente nas IES vem cada vez mais se intensificando em função da reestruturação capitalista.

[...] os ritmos, os tempos, as condições de trabalho e as exigências paralelas, impostas aos trabalhadores, em meio às suas atividades principais, agravam a intensidade do trabalho. São processos que produzem desgaste físico impacto das mais diferentes ordens sobre a saúde dos trabalhadores docentes. (Medeiros, p. 12, 2012).

O fato é, para garantir seu emprego, o professor tem buscado desenvolver um ritmo de trabalho muito extenuante, e essa dedicação muitas vezes não garante de fato sua permanência na instituição.

6.2 Conclusões

Com o intuito de encerrar a presente dissertação de mestrado e a concepção como um todo apresentada até o momento, serão em síntese expostos os temas abordados.

Existe uma avalanche de modificações que são vistas pelas pessoas todos os dias, contudo, alguns dos padrões observados são contraditórios. Dessa maneira, o valor que o capital assume que, de certa forma, repercute sobre todas as coisas, tornando-as objetos de compra e consumo, entrando nos mais diversificados âmbitos da vida social do homem, tornando as inter-relações desgastadas pelo capitalismo.

Nesse âmbito, vive-se uma globalização das relações de mercado, de maneira que o consumo de massa, a expressiva ampliação tecnológica e alta vazão do capital internacional acabaram por mercantilizar de forma incisiva a vida social e também o modo como se entende a educação, o docente e sua relação com o seu trabalho, que acabou se tornando fragmentada e enfraquecida.

Assim, entender as características das atividades executadas pelo professor brasileiro que labora na realidade da educação superior, nesse cenário de avanço tecnológico, dentro de um mundo cada vez mais globalizado, não é tarefa fácil, uma vez que, segundo a perspectiva neoliberal, em voga na atualidade, as análises fenomenológicas da sociedade não passam da superficialidade, tornando mais difícil ainda o entendimento da inserção do ser humano, enquanto indivíduo explorador de seus iguais, que acaba por breçar a elaboração e coletividade de estruturas sociais de resistência, além de tornar inexistente o indivíduo real e dotado de história.

A partir desse estudo, o indivíduo é instigado a considerar e observar o processo de precarização da educação superior, como resultado do processo capitalista em voga. E ainda, a lançar luz sobre as funções das Instituições de Ensino Superior e dos seus docentes, além de apontar para as práticas e ações que devem ser tomadas, a fim de que se paralise tal processo e se criem políticas de valorização do docente discriminado, uma vez que a evolução da prática docente se dá em meio a conflitos e contradições, que, às vezes, requer afastamento e em outras, enfrentamentos e resolutivas viáveis.

Assim, o maior desafio se configura, de forma mais incisiva, na habilidade de construção de ideias e conhecimentos, por meio das transformações aqui apontadas. O que indica o momento da ação são as iniciativas que implicam exclusão social, chegando nesse ponto, estão mais que justificadas as medidas criadas para a construção de uma sociedade que inclua cada vez mais, e exclua, cada vez menos.

Quando se observa as questões inerentes ao trabalho docente, por meio de análises fundamentais, como as apontadas aqui, promove-se uma corrente contrária ao neoliberalismo atual, que tenta se apoiar com corrente única aceitável. É importante que se entenda o compromisso social que existe na estruturação de uma educação superior de qualidade que atenda às modificações atuais e que supra as demandas de espera, que, como apontadas por este estudo, diferem no âmbito público e privado. Dessa maneira, a educação cumprirá o seu papel e garantirá formação a todos os que a quiserem, garantidos por direito fundamental que todo indivíduo tem à cidadania.

Foram feitas alusões sobre os conceitos de inclusão e educação digital, bem como foi verificado como que este conceito está contemplado naquele, e que existe uma dicotomia, no que tange ao uso dessas tecnologias em relação à educação digital, no aspecto técnico voltado à compreensão da operabilidade dos equipamentos eletrônicos, e no que diz respeito ao aspecto sobre a instrução e orientação dirigida ao comportamento humano, ético e moral para formar cidadãos digitais de valor e conscientes, para corroborar para além da preservação de princípios legais, ao fortalecimento dos sistemas de saúde, políticos, econômicos e jurídicos.

A educação e os costumes traduzem a identidade de um povo e formam a denominada cultura, a qual, sendo conhecida por todos, permite a compreensão acerca do comportamento humano de uma grande massa de pessoas (nação), o que permite a inteligência para conformar a conduta necessária para consecução da almejada paz social, esta traduzida na palavra “*segurança*”.

Enfim, chegam-se às respostas aos objetivos deste estudo, bem como às do questionário utilizado, que apontou a crescente mercantilização estampada no setor privado da educação superior, que vem impondo barreiras ao desenvolvimento do trabalho do docente, o professor é afetado em virtude do aumento de exigências em relação à sua competência e conseqüentemente à sua qualificação.

Dentro de um contexto atual, o que se observou foi uma intensa competitividade, em virtude de que existem várias instituições de ensino superior, que precisam analisar e pensar suas estratégias. Os docentes não se reconhecem enquanto unidade de disputa.

Diante disto, o avanço tecnológico acarretou o acelaramento da produção acadêmica, com uma maior divulgação em relação à quantidade de informações, produzindo a superficialidade e a repetição dos conhecimentos.

De acordo com o entendimento meritocrático e mercadológico, os professores são avaliados por meio de um critério de produtividade, que pode ser visto pela quantidade de produção desses docentes e conseqüentemente pela pontuação, que a eles é atribuída, muitas vezes, sem que exista uma avaliação sobre a qualidade das produções.

Com tudo o que foi levantado e discutido, podemos compreender nesse momento que o trabalho dos docentes nessas perspectivas questionadas, sofreram de certa forma uma metamorfose significativa desta sua natureza bem como o seu conteúdo, isso se deu pelo fato das exigências que foram decorridas pelas várias mudanças do mercado competitivo e financeiro, e de certo modo houve um aumento da desvalorização deste profissional. Contribuindo de certa forma, na relação do trabalho docente com o seu sofrimento da mente.

Neste caso, não importa apenas exibir este contexto de sofrimento do professor universitário, frente a tantas diversidades como a flexibilização, a precariedade, as condições e a falta da organização do trabalho, na frequente reestruturação da produção e das tecnologias digitais, mas é preciso fazer uma busca de alternativas, respaldado para as novas condutas, onde as habilidades possam prevenir ou eliminar tais sofrimentos.

Em um breve epílogo, conclui-se esta dissertação com satisfação, alegria e a certeza de que devem ser analisadas as determinações e as dinâmicas que estão relacionadas ao trabalho docente, ficando associadas ao novo ordenamento das políticas educacionais e consequentemente ao projeto de formação desses docentes. Sendo que não basta apenas interpretar, é preciso agir e trabalhar de maneira coletiva.

O que traz à lembrança uma pertinente passagem de Eduardo Galeano, mais conhecida hodiernamente como Palavras Andantes:

Ela está no horizonte.

Me aproximo dois passos, ela se distancia dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos além.

Por mais que caminhe, nunca o alcançarei.

Para que serve a utopia? Serve para isso: para fazer caminhar.

CAPÍTULO VII

LINHAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

Chegamos ao final de nossa procura investigatória, e por isso entendemos que antes de uma conclusão final, deveríamos realizar uma reflexão oportuna sobre nosso tema de investigação. Sabemos também e temos a convicção que outros estudos com o tema produzido, terá mais chances de se aprofundar nas questões investigatória e com isso estamos propondo através deste capítulo uma continuidade para a dissertação apresentada, mas buscando novas perspectivas através da linha de investigação apresentada.

7.1 Novas considerações para linhas futuras de investigação

Este estudo buscou reunir informações sobre as mudanças que ocorreram no decorrer da travessia dos séculos XX para o XXI, na concepção dos docentes das Universidades Públicas e Particular, onde apontaram que a principal mudança está ligada nas condições de trabalho dos docentes, e deste modo, mostrou-se que o trabalho exercido, detém de uma natureza complexa e possui muitas peculiaridades entre as instituições, como também pontos comuns. Assim destacamos a importância de se fazer estudos mais aprofundados sobre esta realidade.

Na linha da pesquisa “condições de trabalho” onde a imagem do professor que possui características técnicas, onde a burocracia escolar vem direcionando o mesmo para administrar e programar o sistema curricular da instituição, e desta forma transformando a imagem do profissional, onde antes à docência intelectual era sua marca, agora é somente um instrumento técnico burocrático. Assim pretendemos mostra a existência de uma enorme complexidade que devem ser eixos de novos estudos, pois fatores como: político, cultura e o social devem ser debatidos no meio acadêmico.

De certa forma é preciso entender que as relações das Instituições de educação, com o mundo atual, movido pela produção, assim como as condições do trabalho do docente, deve oferecer uma gama de temas com visão futurísticas e emergentes, que podem ajudar a encontrar soluções para os novos estudos dentro da linha sugerida nesta pesquisa. Podemos assim destacar três temas atuais:

1. As novas relações entre o docente e as universidades: os objetivos institucionais na contramão dos profissionais da docência;
2. As exigências dos novos sistemas socioeconômico-político com o trabalho dos docentes universitários;
3. O estado e sua relação com a educação superior, frente a escassez de recursos e investimentos em pesquisa.

Referências Bibliográficas

- Abrusio, J. (2015) *Educação Digital*. 1. ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- ALVES, Giovanni (2011). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Editora Boitempo.
- André, M. E. D. A.(2010). *Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Antunes, R. (2010). Aonde vai o mundo do trabalho? In: Coggiola, O. (Org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã.
- Apple, M. W. (1987) Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 60, fev.
- Arroyo, M. G. (1985). Educação e participação do trabalhador. *Revista de Educação*.
- Ávila, H. (2016) *Teoria da segurança jurídica*. 4 ed, revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros.
- Barbosa, R. (2010) *Migalhas de Rui Barbosa*, v.1, 1 ed. n.81. São Paulo: Migalhas.
- Brasil. *Constituição Federal Brasileira de 1988*. [Em linha]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. [Acessado em 20 jul. 2018].
- Braverman, H. (1987) *Trabalho e capital monopolista: degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAMPOS, Vicente Falconi. Controle da Qualidade Total (no estilo japonês). 8ª edição. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviço Ltda., 2008
- Conferência Mundial sobre Educación Superior 2009 (CME 2009): “Las Nuevas Dinámicas de la Educación Superior y de la Investigación para el Cambio Social y el Desarrollo” (UNESCO, Paris, 5-8 de julio de 2009)
- Carturan, J.C. (2017). Apostila “*Practitioner em PNL: Conchece-te a ti mesmo*”.
- Cardoso, Fernando Henrique - FHC (1995-2003). A Arte da Política. A História que Vivi 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 700 páginas. [ISBN 9788520007358](https://www.isbn.br/9788520007358), p. 428.
- Carvalho, M. A. D., Ribas, M. H., & Schmidt, L. M. (2003). A prática pedagógica como fonte de conhecimento. Queluz, A. G. & Alonso, M. *O trabalho docente: teoria & prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Catini, C. de R. *Trabalho Docente, capital e Estado*. Dissertação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. [Em linha]. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-154309/publico/DissertacaoCarolinaCatini.pdf> [Acessado em 20 jul. 2018].

- Chagas, G. L. D. M. (2017). *Regulação burocrática profissional, deveres e direitos dos professores do ensino superior privado: um estudo de caso*. (Doctoral dissertation, Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Educação).
- Chesnais, F. (2000) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Chiavenatto, I. (2014) *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 9ª ed. São Paulo/Barueri.
- Crespo, M. S. C. *Educação digital. Módulos fundamentos do direito digital*. Apostila digital. [Em linha]. Disponível em: <http://portal.damasio.com.br/Login.aspx> > [Consultado em 20 jul. 2018.]
- Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe – CRES/2008 - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, da Associação Brasileira de Política e Administração da Educação.
- Enguita, M. F. (1991) *A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização*. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 4.
- Ferreira, A. B. de H. (2008) *O minidicionário da língua portuguesa*. Coordenação de edição Marina Baird Ferreira. Equipe de lexicografia Margarida dos Anjos, 7 ed. Curitiba: Positivo.
- Fogliatti, M. C.; Mattos, N. M. C. Teoria de Filas. Editora Interciência. Rio de Janeiro, 2007.
- Fórum Nacional de Educação Superior (FNES) 2009 <https://ufal.br/ufal/noticias/2009/05/forum-nacional-de-educacao-superior-esta-sendo-transmitido-pela-internet>
- Fleury, A.; Fleury, M. T. L. *Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 2000.
- Fogliatti, M. C.; Campos, V. B. G.; Ferro, M. A. C.; Sinay, L.; Cruz, I. (2008) *Sistema de gestão ambiental para empresas*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Freire, Paulo. (2011) *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frigotto, G. (1994) O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez.
- Gaeta, C. (2017). *Fundamentos da educação superior*. Senac, 13 de set.
- Gentili, P. & Silva, T. T. da (Org.). (1997) *Neoliberalismo, qualidade total e educação: críticas*. Petrópolis: Vozes.
- Gil, A. C. (1988) *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Giordani, B. *O que é cultura digital pra você?* 10 outubro 2012. [Em linha]. Disponível em: <http://www.revistacliche.com.br/2012/10/o-que-e-cultura-digital-para-voce/>. [Acessado em 20 jul. 2018].

- Gounet, T. (2000) *Penser à L'envers. Le Capitalisme, Dossier Toyotisme*. Bruxelas: Etudes Marxistes.
- Gounet, T. (1999). *Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, D. (1989). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- Leontiev, A. (1978) *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte.
- Lima, D. de. Segurança Jurídica na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10653>. [Acessado em 20 jul 2018].
- Lowi, M. (1992) *Ideologias e Ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- "Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2011)" (in Portuguese). *Biblioteca da Presidência da República*. Retrieved 30 June 2017.
- Lucena, C. (2017). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: autores associados.
- Martins, C. B. (2008). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106.
- Medeiros, Luciene. REIS, Maria Isabel Alves. Condições de trabalho e efeitos sobre a saúde dos docentes. IN: MAUÉS, Olgaíses (et al). *O trabalho docente na Educação Básica: o Pará em questão*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, p. 75-91, 2012.
- Marx, K. (2002) Cap. VI. *O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes.
- Marx, K. (1985). *Capítulo VI, Inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2010). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Olsson, G. (2013) *Educação Jurídica, relações internacionais e cidadania*. Rio de Janeiro: Argos.
- Pecegueiro, C. M. P. de A. *A Formação do professor na perspectiva da Lei de Diretrizes e bases da educação nacional do Brasil nº 9394/96* [Em linha]. Disponível em http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA10_ID2092_20092016123441.pdf. [Acessado em 20 jul 2018].
- Pinheiro, M. (2001). *Fragmentos para uma práxis da universidade cidadã. Universidade e Sociedade*, Brasília, ano X, n. 23, p. 160-164, fev.
- Pischetola, M. (2016) *Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula*. Petrópolis: Vozes e Rio de Janeiro: PUC-Rio.

- Pochmann, M. (2000) *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo, Publisher. Brasil.
- Quintaneiro, T. (2002) *Um toque de clássicos: Marx e Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG.
- Reis, F. H. C. S.. *A percepção dos professores de uma instituição de ensino superior privado sobre sua prática pedagógica*. Dissertação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2016. [Em linha]. Disponível em [http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/8184/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%20dia%2025-05-2017%20Flavia%20\(1\).pdf?sequence=1](http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/8184/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%20dia%2025-05-2017%20Flavia%20(1).pdf?sequence=1). [Acessado em 20 jul 2018].
- Richardson, R. J. (2009). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, M. B. (2014) *Trajetórias de vida e de trabalho flexíveis: o processo de trabalho pós-Braverman*. Cad. EBAPE. BR, v. 12, nº 4, artigo 2, Rio de Janeiro, Out./Dez.
- Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Educação e Lucro*. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>>. [Acessado em 20 jul 2018].
- Santos, S. D. (2012). A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*.
- Semesp (2015). *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. [Em linha]. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. [Acessado em 20 jul 2018].
- Silva JR, J. dos R. e Sguissardi, V. (2001). *Novas faces da Educação Superior no Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- Silva, J. A.. (2005) *Curso de Direito Constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros.
- Soares, M.; Sena, C. C. B. *A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar*. ABPP. Publicado em: 25abr/2012. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/126.pdf>>. [Acesso em: 18 de julho de 2018]
- Sodré, G. *Organização Android*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- Souza, C. A. M. (1996) *Segurança jurídica e jurisprudência: um enfoque filosófico-jurídico*. São Paulo: Ltr.
- Souza, J. V. A. (2015). *Introdução a sociologia da educação*. Belo horizonte: autentica.
- Tristão, E. (2010) *Alienação, reificação e formas de subsunção do trabalho ao capital*. In: Anais... Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Marília, SP: UNESP.

- UFMA – *Universidade Federal do Maranhão*. (2018). Histórico da UFMA. [Em linha]. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>>. [Acessado em 20 jul 2018].
- Vosgerau, D. S. A. R., Meyer, P., & Contreras, R. (2017). Análise de dados qualitativos nas pesquisas sobre formação de professores. *Revista Diálogo Educacional*, 17(53).
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso*. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE 1

GUIA DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

1. Há quanto tempo você leciona em uma Instituição de Ensino Superior (IES)?

Há menos de 1 ano.

Entre 1 e 5 anos.

Entre 5 e 10 anos.

Entre 10 e 20 anos.

Há mais de 20 anos.

2. Em uma escala de zero a dez, em que zero significa "nenhuma mudança" e dez significa "muita mudança", quanto você acha que mudou as condições de trabalho nas IES?

3. Quais aspectos estão relacionados a essas mudanças? Marque quantas opções julgar necessário.

Houve, nos últimos anos, melhorias das condições de trabalho

Houve, nos últimos anos, expressiva piora das condições de trabalho

Salários baixos, não condizentes com o volume de trabalho realizado pelo corpo docente

Bons salários, altamente condizentes com o volume de trabalho realizado pelo corpo docente

Baixa valorização da formação acadêmica do docente

Alta valorização da formação acadêmica do docente

Aulas limitadas, cronometradas e fragmentadas por um programa rígido

Aulas inseridas dentro de um programa funcional, didático e de valorização da educação

Alto estímulo à produção acadêmica por parte da IES

Baixo estímulo à produção acadêmica por parte da IES

4. Na sua opinião, a educação pública superior no Brasil, melhorou ou piorou?

Melhorou

Piorou

5. Você acha que passamos hoje por um processo de precarização da educação superior pública do Brasil?

Sim

Não

6. Você considera as Políticas Públicas Brasileiras de inserção da população no ensino superior privado (PROUNI, FIES), prejudiciais à educação superior pública?

Não, a oportunização e o acesso ao ensino superior devem ser dados a todos os brasileiros.

Sim, pois tais políticas públicas acabam por desviar os recursos que poderiam ser aplicados na educação superior pública.

Não, a precarização da educação superior pública em nada se relaciona com tais políticas de inserção.

Sim, tais políticas são a principal causa da falta de incentivo salarial sofrida por professores em instituições tanto públicas quanto privadas.

7. Em que grau (de zero a dez), você considera as políticas públicas brasileiras de inserção da população na realidade do ensino superior, danosas às instituições públicas?

8. Quais aspectos listados abaixo estão relacionados com a precarização da educação superior pública?

Aumento da jornada de trabalho.

Alta demanda por produtividade.

Aumento da relação discente-docente.

Aulas ministradas fora da formação acadêmica do docente.

Estrutura para o ensino (física, especialmente) que não acompanha a crescente demanda.

9. A quem se pode responsabilizar pela precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro?

O Governo e as políticas públicas instituídas por este

As IES

O discente

O docente

A desatualização dos projetos políticos pedagógicos dos cursos superiores.